



CAMPINAS

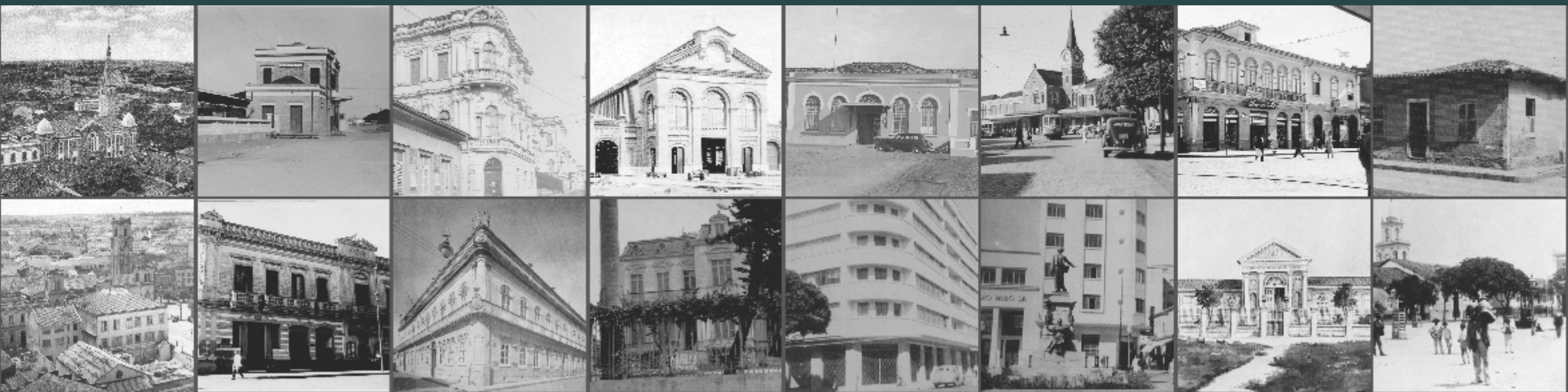
ARQUEOLOGIA DE UMA PAISAGEM

Maria Rita Silveira de Paula Amoroso / Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno





Avenida Campos Sales e Igreja do Rosário em seus tempos

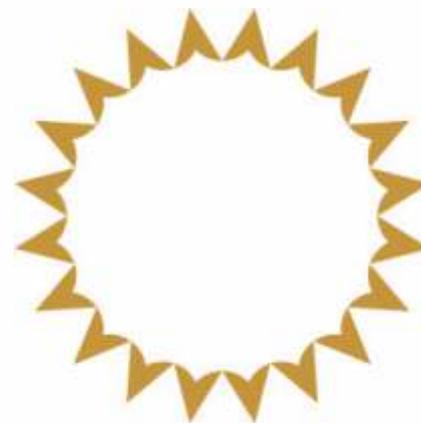


ARQUEOLOGIA DE UMA PAISAGEM

Avenida Campos Sales e Igreja do Rosário em seus tempos



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE CAMPINAS**



FAUUSP

Autorias

Maria Rita Silveira de Paula Amoroso
Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

Colaboração

Beatriz Kadayan Damilakos
Fernanda Nápoli de Siqueira
Luiza Giovana Hespanhol de Andrade

Campinas / São Paulo - 2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Amoroso, Maria Rita Silveira de Paula
Campinas : arqueologia de uma paisagem : Avenida
Campos Sales e Igreja do Rosário em seus tempos /
Maria Rita Silveira de Paula Amoroso, Beatriz
Picollotto Siqueira Bueno. -- Campinas, SP : Ed. das
Autoras, 2024.

Bibliografia.
ISBN 978-65-01-09436-6

1. Arquitetura 2. Campinas (SP) - História
3. Patrimônio cultural 4. Planejamento urbano
I. Bueno, Beatriz Picollotto Siqueira. II. Título.

24-217185

CDD-363.6098161

Índices para catálogo sistemático:

1. Patrimônio cultural e histórico : Memória e
preservação : Campinas : Estado : História
363.6098161

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Coordenação Geral e Apresentação

Arq. Urb. PhD Maria Rita Silveira de Paula Amoroso

Publicação

Prefeitura Municipal de Campinas

Projeto Gráfico – CEDCAD

CAPA – Vista da Vila de São Carlos (Imagem cedida por Antônio Carlos Lorette)

CONTRA CAPA – Vista da Vila de São Carlos (Imagem cedida por Antônio Carlos Lorette)

Os textos são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Proibida a reprodução parcial ou integral do livro sem consentimento dos autores.

Arqueologia de uma paisagem

Este livro decorre de uma parceria para cooperação técnica que estão celebrando a Secretaria de Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Campinas e a Universidade de São Paulo, por meio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, para atuação conjunta na elaboração de pesquisas sobre centro histórico de Campinas e pesquisa histórica referente à Avenida Campos Sales e a Igreja do Rosário.

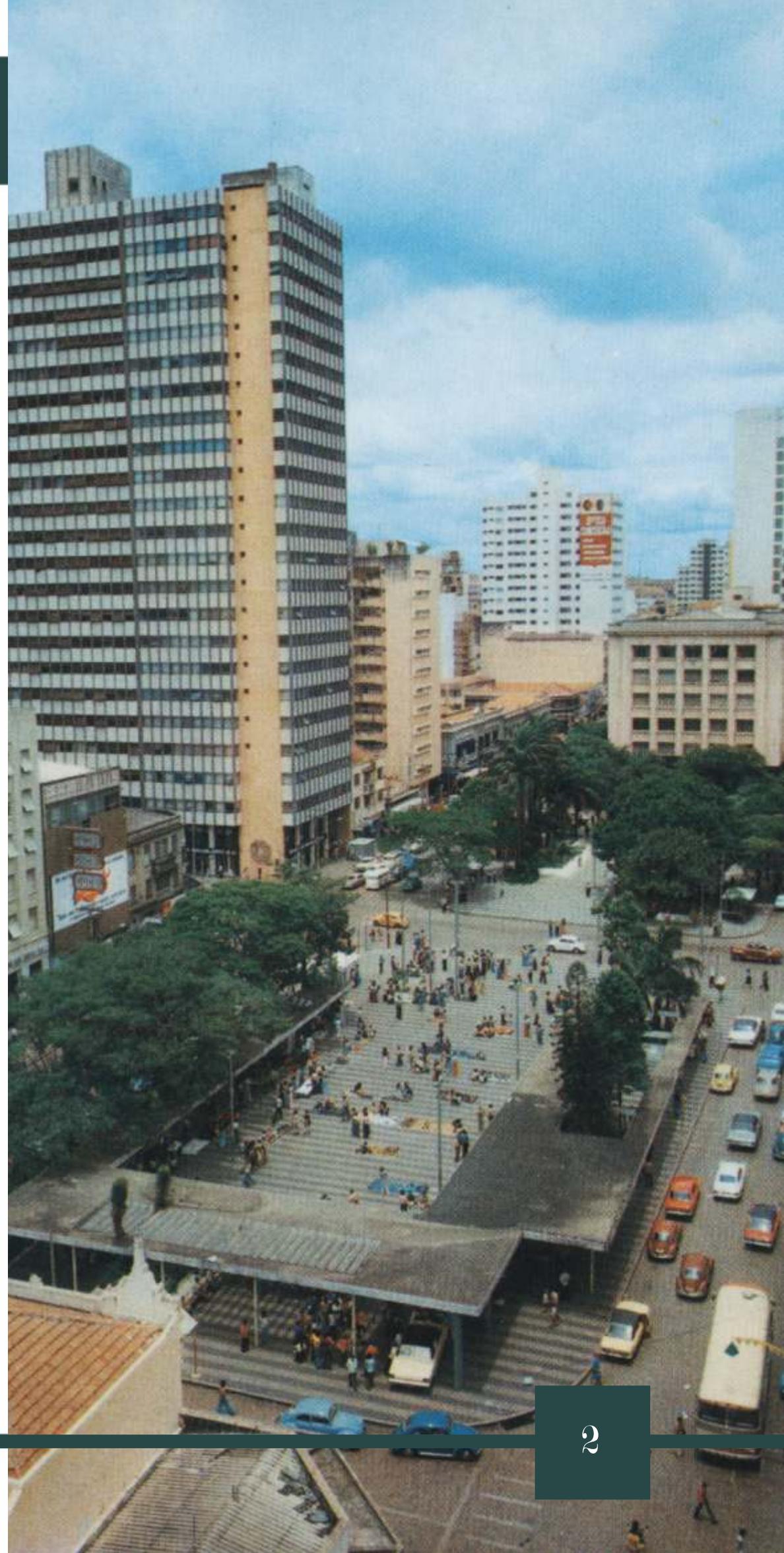
Celebra os 250 Anos de Campinas e coroa o projeto de Requalificação da Avenida Campos Salles, inaugurado em julho último.

O livro coroa esforços conjuntos na busca de pesquisas documentais para contextualização do processo de transformação da Avenida Campos Sales em meio à urbanização da cidade e futura demarcação do sítio onde estava localizada a Igreja do Rosário junto da equipe técnica da Coordenadoria departamental de Patrimônio Cultural – CDPC, apresentando os resultados ao CONDEPACC.

O livro realizado com apoio da Secretaria de Cultura colabora como elemento facilitador para a promoção de discussões que fundamentam ações de preservação e planejador urbano.

Com enorme satisfação, tornamos pública essa iniciativa conjunta entre a Universidade de São Paulo e a Secretaria de Cultura de Campinas, celebrando o aniversário da cidade como ela merece.

ALEXANDRA CAPRIOLI



Arqueologia de uma paisagem

Introdução.....	04
Capítulo 1 – A paisagem: de pouso a cidade	20
Capítulo 2 – A cidade imperial e a ferrovia	60
Capítulo 3 – Os espaços da República	90
Capítulo 4 – Depois de Prestes Maia	154
Capítulo 5 – Avenida Campos Sales	170
Capítulo 6 – Igreja do Rosário	206
Requalificação - Campos Sales	226
Conclusão	251
Bibliografia.....	256

Introdução

Cartão Postal

**Monumento a Campos Sales
tendo ao fundo a Igreja do Rosário**



O livro que o leitor tem em mãos é ao mesmo tempo prospectivo e propositivo. Decorre do trabalho de Requalificação da Área Central de Campinas, idealizado conceitualmente pela Arquiteta Maria Rita Silveira de Paula Amoroso, envolvendo as Avenidas Francisco Glicério e Campos Sales, bem como de pesquisa correlata que vem subsidiando as intervenções, realizada em nível de pós doutoramento na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, sob a supervisão da Profa. Dra. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. Intitulada Laboratório Campinas: Prospecção em Arqueologia da Paisagem e Proposição de um Manual de Conservação do Centro Histórico, a investigação comunga dos pressupostos teóricos e metodológicos do Grupo de Pesquisa em Arqueologia da Paisagem liderado por Beatriz Bueno, registrado no Diretório do CNPq, e faz da cidade um grande laboratório.

A linha de pesquisa em arqueologia da paisagem hoje envolve diversos pesquisadores geograficamente espalhados por todo o país. Os estudos têm como denominador comum a eleição de recortes espaciais e temporais mais alargados, adotando a escala da paisagem cultural como horizonte.

Para tanto, a cartografia entrecruzada a outras fontes primárias diacrônicas e sincrônicas mostra-se estratégia metodológica característica dessa linha de pesquisa. Numa espécie de geo-história ou geografia retrospectiva, o método consiste em desvelar paisagens pretéritas representadas na cartografia e remanescentes na paisagem contemporânea, entendendo-as como configurações territoriais de um conjunto de elementos naturais e antrópicos pretéritos, amalgamados e passíveis de ressignificação, uma espécie de palimpsesto em que, mediante acumulações e substituições, a ação das diferentes gerações se superpõe.

Nosso conceito de paisagem é tributário de Milton Santos. Para o geógrafo, ao considerar o espaço geográfico um híbrido, paisagem e espaço não são sinônimos:

“A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que a anima”

(SANTOS, 1994/2004).

Enquanto configuração territorial marcada por um conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área, a paisagem, a rigor, é um recorte operacional atribuído pelo olhar e norteado por suas indagações. A paisagem existe por meio de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, mas que, no entanto, coexistem agora. Dessa constatação resulta o conceito de rugosidades de Milton Santos, definido como acumulação desigual de tempos: à medida que a ação de um sistema histórico anterior deixa resíduos, as localizações são historicamente determinadas pelas combinações de variáveis novas e antigas. Além disso, em cada sistema há uma combinação de variáveis em escalas diferentes, bem como de idades diferentes, e cada sistema transmite elementos cuja datação é diferente.



CAMPINAS PALIMPSESTO - RUA REGENTE FEIJÓ - MIS - BMC- 114

Não se trata apenas de uma superposição no tempo, pois a cada momento os elementos que entram na combinação têm diferentes idades. Há também superposição, simultaneamente, de influências originárias de múltiplos pontos ou espaços. Todas essas sobreposições atribuem a cada lugar uma combinação específica, uma significação que é ao mesmo tempo temporal e espacial. Nesse sentido, seu caráter, memória viva de um passado já morto, transforma a paisagem em precioso instrumento de trabalho, pois essa imagem imobilizada permite, de uma vez por todas, rever as etapas do passado numa perspectiva de conjunto.

O conceito de rugosidades de Milton Santos decorre de suas aproximações com os historiadores da Escola dos Annales na década de 1970, especialmente Marc Bloch e Fernand Braudel. Para o geógrafo, Marc Bloch alerta contra o risco de querer impor essa imagem – oferecida pela paisagem – a cada etapa do passado, indicando que temos diante de nós fragmentos materiais de um passado – de sucessivos passados –, cuja simples recolagem não nos ajuda em muito. De fato, a paisagem permite apenas supor o passado.

Mais do que um palimpsesto (escritas sobrepostas frequentemente encontradas nos manuscritos sobre pergaminho), segundo Ulpiano Bezerra de Meneses, a paisagem oferece pistas materiais que permitem perceber seu caráter histórico. Esses traços fósseis permitem entender ao longo do tempo a formação geomorfológica e social da paisagem contemporânea e suas sucessivas formas anteriores.

A paisagem, na expressão do historiador Fernand Braudel, é como nossa pele, condenada a conservar a cicatriz das feridas antigas (MENESES, 2002).

Para Milton Santos, as rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. O momento se cristaliza em memória; memória de um presente que se foi. O espaço, portanto, é um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim, o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos.

Ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes, enquanto outros criam formas para se inserirem dentro delas. Espaço é condição eficaz e ativa da realização concreta dos modos de produção e de seus momentos. Os objetos geográficos aparecem em localizações de forma a corresponderem aos objetivos da produção em dado momento e, em seguida, por sua própria presença, influenciam os momentos subsequentes da produção.

Para Milton Santos, o homem trabalha sobre herança e, nesse sentido, o espaço material não é uma dimensão coadjuvante, mas ator principal, ao mesmo tempo produto e vetor, bem como inércia ativa para o presente (SANTOS, 1978/2008).

A paisagem de Campinas, profundamente alterada, revela nas suas rugosidades vestígios de outros tempos que carecem de ressignificação. A metodologia consiste em transformar a cidade e sua paisagem em um grande laboratório e revolver camadas de historicidade e representação, em busca de um patrimônio cultural em risco de dilapidação, descarte e carência de imageabilidade.

O termo paisagem sugere relações entre o homem e o meio ambiente e convoca a interdisciplinaridade, mesclando conhecimentos da geografia, arqueologia, antropologia, biologia, história, sociologia, arquitetura, urbanismo, história da arte, entre outras.



PANORAMA DE CAMPINAS. ACERVO CMU. COLEÇÃO V8. 41 APS_00_00676

Da mesma forma, convoca diretrizes internacionais para sua gestão e conservação, sendo a Declaração da UNESCO, de 1972, ponto de partida para a patrimonialização da paisagem. A partir de 1992, a UNESCO adotou o conceito de paisagem cultural como uma nova tipologia de reconhecimento dos bens culturais.

Duas décadas depois, em 6 de julho de 2012, reconheceu o Rio de Janeiro como a primeira área urbana do mundo a receber a chancela de paisagem cultural.

Em consonância com a Unesco, o IPHAN regulamentou a paisagem cultural como instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro em 2009, por meio da Portaria nº 127. Como definição, a chancela de Paisagem Cultural Brasileira refere-se à uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

Com base no conceito de paisagem supracitado, este livro se estrutura em seis capítulos e mobiliza farta documentação empírica já explorada em outros estudos, todavia aqui explorada de forma a redefinir o perímetro central que acreditamos mereça preservação. À documentação cartográfica e iconográfica, somam-se visitas de campo, com vistas a destacar na paisagem contemporânea vestígios de outros tempos e ressignificá-los.

O levantamento do patrimônio material via cartografia histórica, registro fotográfico e o georreferenciamento em bases digitais atuais, permite revolver e decodificar a paisagem urbana do centro de Campinas, analisando seu processo de formação e transformação, fundamentando iniciativas de intervenção, requalificação, conservação e gestão do seu patrimônio cultural.

Assim, uma análise “arqueológica” da paisagem central de Campinas será realizada por meio do entrecruzamento e espacialização de fontes primárias em bases cartográficas antigas e contemporâneas, por meio do SIG Histórico, que resultará em um banco de dados georreferenciado, tendo por base o Mapa Digital de Campinas, lote a lote.

A análise arqueológico-filológica pressupõe desde o estudo da geográfica física sobre a qual se assenta a cidade, como dos artefatos resultantes da ação antrópica nas diversas temporalidades, entrelaçados às representações, às memórias

urbanas, tal como definidas por Kevin Lynch, buscando escavar também esquemas simbólicos ligados ao conceito de memória e ressignificá-los dando-lhes legibilidade e imageabilidade.

Os conceitos de imageabilidade e legibilidade de Lynch (1960) alicerçam nossa compreensão e ação sobre a cidade, na medida em que nos auxiliam a interpretar a história da cidade como permanência de espaços vividos e sequência estruturada de lugares – sobretudo na arquitetura relativa ao comércio e demais atividades sociais (habitação, saneamento, infraestrutura, equipamentos públicos, parques e jardins), que revelam modos de produção e memória da história de Campinas.

Caleidoscópio de transformações, a história do processo de urbanização da cidade revela metamorfose em ritmo e dinâmica preocupantes, desconsiderando o passado, descartando-o em nome de uma modernidade que sempre privilegia novas edificações em novas centralidades. Saga da maioria das cidades brasileiras e do mundo afora, o conjunto das estratificações mostram-se resilientes ao reuso, carecendo de ações propositivas nesse sentido.

Trata-se, pois, de olhar para a produção material da cidade de um ponto de vista pouco usual, articulando um jogo de escalas, do geral ao pormenor, elegendo um outro modo de ver a história do urbanismo, com foco nas ações individuais em meio às políticas públicas. Tal como São Paulo, Campinas também foi construída e reconstruída por uma plêiade de arquitetos e artesãos, muitos deles imigrantes, a maioria italianos, cuja heterogeneidade e nacionalidades múltiplas, direta ou indiretamente, deixaram-lhe marcas na paisagem contemporânea. Pôr luz nesses tantos atores, proprietários, inquilinos e construtores, nos parece fundamental para recontar a história da cidade de outro ponto de vista.

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/899/> Consulta em 22 de fevereiro de 2024.

SIG Histórico de Campinas: a primeira etapa de levantamento consiste na sistematização dos dados oriundos de diversas fontes primárias em banco de dados no Quantum Gis (QGIS), software livre eleito para georreferenciamento das informações. Para tanto, foram configurados os seguintes campos no Banco de Dados: lote, ano, proprietário, endereço, construtor/arquiteto/engenheiro, tipologia programática, usos, usuários, estado atual de conservação do imóvel, tombamento incidente. O Quantum Gis permite espacializar as informações na cartografia eleita como mapa-base da pesquisa, bem como realizar diversas cartografias temáticas sobre as questões qualitativas que alicerçam as conclusões desta pesquisa. A ferramenta permite também a criação de gráficos e tabelas.

O reconhecimento dos proprietários, dos agentes construtores, dos usuários e também dos usos dos imóveis em Campinas, associado ao estudo da legislação, permite compreender as mudanças nos programas edilícios e seus usos, com ênfase na história do comércio de varejo e dos comerciantes tradicionais da cidade. *Kevin Lynch, The image of the city, 1960.*

O patrimônio cultural, material e imaterial, será aqui analisado entre o privado/ pessoal e o coletivo/social como acumulação de valores transmitidos de geração a geração e passíveis de partilha e herança.

Em uma sociedade capitalista impulsionada pela pressão imobiliária, o conceito de patrimônio material e imaterial – ou bem imóvel ou cultural – não sobrevive sem uma função social efetiva. Diante da expansão econômica, do crescimento urbano e dos sistemas industrializados de construção, premissas para uma pesquisa sobre centros históricos na atualidade, o “valor do monumento” não resiste sem uma base de proteção política.

Uma vez que a função social e a proteção política são sistemas que demandam a articulação da sociedade, no caso de Campinas é preciso considerar a preservação de grande parte de um patrimônio arquitetônico que se inclui nas demandas culturais através do campo de uma identidade histórica feita de autenticidade e diversidade.

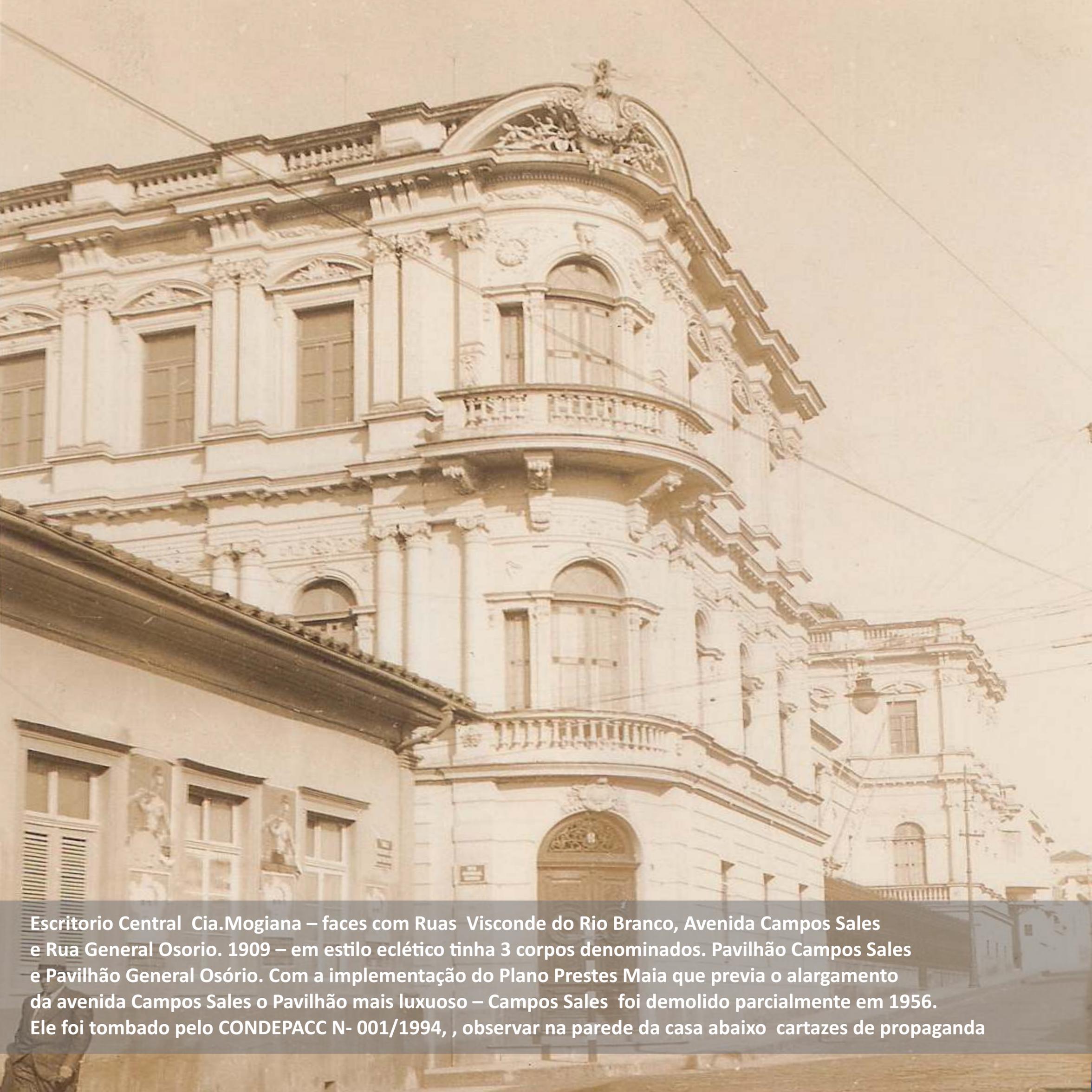
É desse modo que a noção de Patrimônio Arquitetônico no mundo contemporâneo, para além de seus significados históricos, estéticos ou de rememoração, passa pelo crivo político de reconhecimento de identidades, ação comunitária, função social e educação patrimonial

Beatriz P. S. Bueno, A Cidade como Negócio.

Tese (Livre-Docência), FAUUSP, 2018. No prelo, EDUSP.

Somados às políticas públicas oficiais, o interesse social e a ação cívica servem de base para qualquer atitude referente à proteção de bens culturais – como é o caso do patrimônio arquitetônico em seu sentido cultural.

Combater o descaso e a indiferença social aos temas culturais como patrimônio, cultura, memória, história, então, faz parte de ações que buscamos incentivar na área de educação patrimonial, entre outras, que tragam uma simbiose positiva entre o meio intelectual e as atividades que dizem respeito ao habitante, trabalhador ou usuário do centro.



Escriório Central Cia. Mogiana – faces com Ruas Visconde do Rio Branco, Avenida Campos Sales e Rua General Osorio. 1909 – em estilo eclético tinha 3 corpos denominados. Pavilhão Campos Sales e Pavilhão General Osório. Com a implementação do Plano Prestes Maia que previa o alargamento da avenida Campos Sales o Pavilhão mais luxuoso – Campos Sales foi demolido parcialmente em 1956. Ele foi tombado pelo CONDEPACC N- 001/1994, , observar na parede da casa abaixo cartazes de propaganda

Para efeito de conceitualização básica, o patrimônio arquitetônico construído e paisagístico engloba os aspectos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares através do tempo. Recurso de importância vital para a identidade coletiva e fator de diferenciação e de valorização territorial que importa conservar e divulgar enquanto potencial de projeção local, regional e nacional, quando não mundial, o patrimônio arquitetônico está associado à diversificação dos valores de ordem histórica, urbanística, arquitetônica, etnográfica, social, industrial, técnica, científica e artística.

Portanto, a pesquisa, a divulgação e as necessárias intervenções no patrimônio arquitetônico construído do centro histórico de Campinas, bem como em sua paisagem urbana, devem cuidar das expressões culturais que o caracterizam em seu caráter único, o que envolve uma operação técnica multidisciplinar integrada e exigente, determinante para a futura utilização e fruição pública – seja de monumentos singulares, conjuntos ou espaços urbanos, seja dos respectivos contextos que com eles toda a população possa estabelecer uma relação direta ou indireta (perceptiva, informativa, interpretativa).

Há algum tempo, falar de patrimônio edificado seria falar de monumento histórico, de bens que por serem únicos e excepcionais deveriam ser preservados. Assim, entendia-se como patrimônio apenas edificações monumentais, como palácios e igrejas e aquelas ligadas à história dos grupos dominantes, como, por exemplo, as casas dos personagens históricos importantes. Hoje, porém, com 6 BRASIL, 2008, pp. 33 e 44-5. a mudança na maneira de se entender a cultura, o conceito de patrimônio edificado também sofreu uma ampliação. Como resultado, duas novas visões nos ajudam a refletir atualmente sobre o conceito:

(...) ampliam-se os tipos de edificações que se pensa preservar e se incluem no campo do patrimônio também edificações não monumentais: a arquitetura rural, a casa do homem comum, as fábricas e outras estruturas industriais. Em segundo lugar, muda aquela ideia de que só se deve preservar o que é muito antigo. Hoje se sabe que todos os períodos históricos são importantes e dignos de atenção. Isto faz, por exemplo, com que no Brasil deixe de se considerar como patrimônio apenas as edificações do nosso período colonial e se inclua aí a arquitetura do século XIX e mesmo a do século XX. (CASTRIOTA, 2009, p.24).

Enfim, entre os desafios para o campo do patrimônio, figuram o estreitamento dos laços entre reconhecimento, tombamento e salvaguarda do patrimônio material e as formulações desenvolvidas no campo da economia da cultura, além da ampliação de seu conceito em direção aos bens intangíveis⁶.

Neste sentido, os documentos do século XXI fortalecem o debate promovido na segunda metade do século XX e ampliam as discussões sobre as novas tecnologias e o mundo globalizado. Em nosso caso específico, mapear o processo de transformação do centro histórico de Campinas, onde estão inseridas duas de suas maiores avenidas, permite-nos aquilatar a condição atual de resiliência dos imóveis para reuso e restauração urbana, buscando auxiliar na requalificação da área.

A UNESCO, desde a Convenção de Haia em 1954, define patrimônio cultural compreendendo os monumentos arquitetônicos, os sítios arqueológicos e os objetos e estruturas herdadas do passado, dotados de valores históricos, culturais e artísticos, bens que representam a cultura de um grupo social ou de uma sociedade. Desde então, outros documentos internacionais passaram a adotar tal nomenclatura, num indicativo dessa apropriação conceitual.

De acordo com o IPHAN, o patrimônio cultural é entendido como um conjunto de bens, de natureza material e imaterial, que guarda em si referências à identidade, ação e memória de grupos sociais; não restritos apenas aos imóveis oficiais isolados, igrejas ou palácios, estendendo-se a imóveis particulares, trechos urbanos e até ambientes naturais de importância paisagística, passando por imagens, mobiliários, utensílios e outros bens móveis ou imateriais.

Diferentemente de outras modalidades de cultura restritas apenas ao “mercado cultural”, o patrimônio cultural apresenta interfaces significativas com outros segmentos da economia, a começar pelo turismo e lazer, ampliando exponencialmente o potencial de investimento.

Com base em legislações específicas, na prática, o IPHAN trabalha na proteção do Patrimônio Cultural classificado, segundo sua natureza, em um conjunto formado por quatro livros do tomo: 1) Arqueológico, paisagístico e etnográfico; 2) Histórico; 3) Belas Artes; e 4) Artes Aplicadas (AMOROSO, 2016).

Por sua vez, existem características exclusivas na história dos centros históricos urbanos que se enquadram no contexto geral de políticas de preservação aplicadas pelo IPHAN no país (conforme classificação acima), sobretudo enquanto enormes espaços públicos e privados que formam um patrimônio arquitetônico e cultural únicos – como este campineiro que, por sinal, inclui as “paisagens culturais” características dos traçados urbanos construídos nos séculos XIX e XX, considerando suas modificações ao longo do tempo.

Porque a preservação do patrimônio envolve pensar sua classificação material e imaterial (tangível e intangível), seu conceito foi alargado ao longo das últimas décadas, ampliando-se a concepção de patrimônio imaterial.

Uma vez que buscamos vincular nossa pesquisa com as instituições de planejamento e preservação do patrimônio cultural em Campinas – no sentido de fomentar articulações junto aos órgãos competentes para ajudar na formulação de políticas públicas decorrentes do Plano Diretor municipal – concentramos aqui o entendimento do contexto atual de nosso objeto de estudo enquanto um patrimônio cultural, em última instância, constituído de Patrimônio Arquitetônico, Documental, Urbanístico e Paisagístico em risco.

Para uma discussão mais detalhada sobre o conceito de Patrimônio Cultural ver Maria Rita Amoroso, “Patrimônio cultural e paisagem cultural: questões sobre conceitos, normativas e diretrizes contemporâneas” In Entre o Rural e o Urbano: Os limites e as potencialidades de preservação da paisagem cultural das regiões norte e leste de Campinas-SP, 2016, pp. 227-286. Capítulo 4.

Para além de sua conceitualização, trazemos para debate a questão urgente da necessidade da revitalização e conservação daquilo que se entende por patrimônio arquitetônico e cultural campineiro, posto que extrapola as discussões teóricas enquanto se relaciona simbioticamente com questões de ordem prática, também éticas e cidadãs. Esta exigência humanitária de conservação do centro, porém, é que direcionou o recorte temporal da presente pesquisa, que possibilita visualizar desde uma configuração pioneira de paisagem urbana até suas modificações, substituições e perdas, tal qual se encontra na atualidade.

Nesse sentido, o livro estrutura-se em seis capítulos, a saber:

- Capítulo 1 – A paisagem: de pouso a cidade
- Capítulo 2 – A cidade imperial e a ferrovia
- Capítulo 3 – Os espaços da República
- Capítulo 4 – Depois de Prestes Maia
- Capítulo 5 – Avenida Campos Sales
- Capítulo 6 - Igreja do Rosário Anexos: Cronologia, Cartografia Temática e Roteiros.

A Cartografia Temática envolve a produção de mapas interpretativos das Plantas de Campinas de 1878 (Luigi Pucci), de 1900 (org. Leopoldo Amaral) e de 1929 (Macedo Vieira), redesenhadas na cartografia disponibilizada pelo Google Earth em busca dos vestígios das diversas camadas de historicidade na paisagem contemporânea. A rede hidrográfica, a tipográfica e a vegetação foram destacadas para que se tenha ideia do sítio original onde foi implantada a cidade e seu manejo ao longo do tempo.

A cronologia permite reconhecer os diversos tempos e ações humanas amalgamados na paisagem da cidade. Os roteiros permitem sensibilizar e ensinar a pensar com os olhos, em busca de um patrimônio em risco e resiliente ao restauro e ao reuso.

Do geral ao particular, a estrutura do livro opera um jogo de escalas, nas quais a Avenida Campos Sales funciona como metonímia do processo de transformação da própria cidade e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário como metáfora do descaso pelo seu patrimônio cultural e memória dos múltiplos atores responsáveis pela sua construção, aí incluso os invisibilizados e excluídos afrodescendentes.

O projeto tem aderência às áreas da conservação do patrimônio e do planejamento arquitetônico e urbano, que são estratégicas para o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida.

A conservação do patrimônio de um centro histórico implica em vários desdobramentos como a educação patrimonial, por exemplo.



AVENIDA FRANCISCO GLICÉRIO, EM 1926. ACERVO CMU. COLEÇÃO V8. 33/APS_00_00028.

Nesse sentido, para além de uma cronologia e uma cartografia didática, serão desenvolvidos roteiros em busca da cidade colonial, republicana e Art Déco, com foco na área central, com vistas a despertar a consciência dos cidadãos e ensejar políticas de educação patrimonial junto às escolas públicas e privadas da cidade.

Mostra-se essencial chamar a atenção para as políticas públicas e condições atuais existentes do patrimônio na área central, com foco na Avenida Campos Sales, de forma a simular a viabilidade de políticas que estimulem o RESTAURO / REUSO e a requalificação / revitalização da cidade (e do seu “patrimônio em risco”), alertando para o poder da legislação urbana e patrimonial de desenhar cidades mais resilientes ao reuso e gerar incentivos para o envolvimento da comunidade na missão de preservação do seu patrimônio cultural e paisagem correlata.

A “condição atual de resiliência imobiliária” dos centros “históricos”, por exemplo, onde há uma “tradição” de interesses em jogo, sejam individuais sejam de grupos, envolve uma questão incontornável de dependência de dinâmicas do cenário local que incide sobre qualquer tipo de “visão resiliente” que certamente devemos buscar na atualidade – pois significa construir o futuro no planeta. Assim a única saída seria concatenar mercado imobiliário e políticas públicas, e ambos estão em relação de simbiose com o setor econômico e financeiro.

REUSO e RESTAURO, no caso de novas edificações, por exemplo, depende de ações públicas e empresariais, envolvidas com os diversos ramos de negócios já consolidados e com a burocracia estatal. Aqui não há “resiliência dos imóveis” a priori, e sim modelos funcionais a serem conhecidos, que depois de entendidos em seus funcionamentos empíricos devem fornecer subsídios para propostas conjuntas, projetos e ações unidos em prol de uma efetiva requalificação urbana – que depende, de um lado, do mercado (aspecto econômico, rentável, utilitário) e de outro da legislação (que se conecta também com as políticas municipais e institucionais) que norteia diretamente as intervenções urbanísticas.

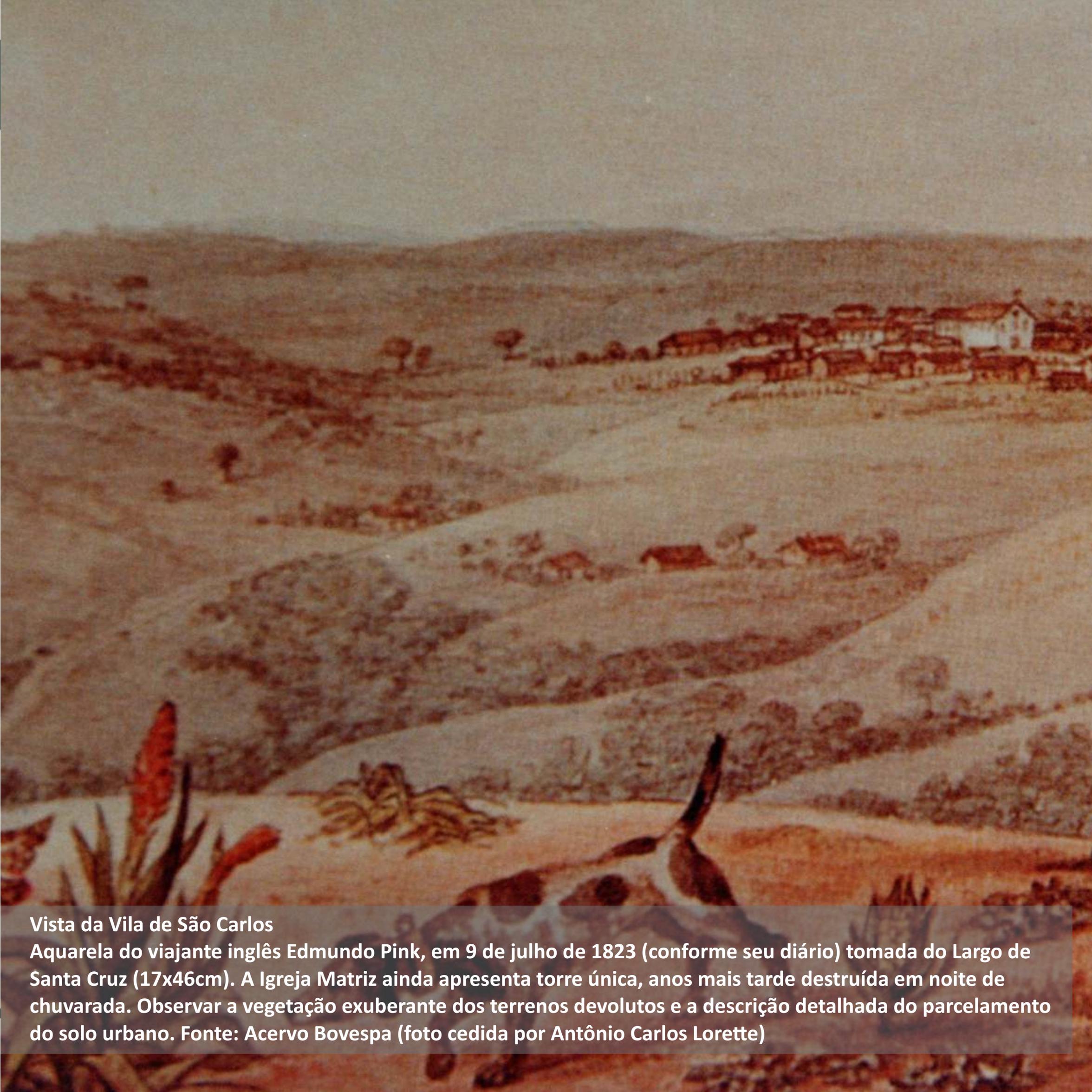
Nesses termos, o livro que o leitor tem em mãos é um convite para folhearmos esse “palimpsesto de pedra”, - o centro histórico de Campinas -, buscando reler a sequência dos eventos que marcaram sua paisagem no passado e que devem ser reconhecidos no presente.



ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DA CIA PAULISTA DE ESTRADAS DE FERRO
ACERVO CMU. COLEÇÃO V8 APS_00_00645

A paisagem:
De pouso a cidade

Capítulo 1



Vista da Vila de São Carlos

Aquarela do viajante inglês Edmundo Pink, em 9 de julho de 1823 (conforme seu diário) tomada do Largo de Santa Cruz (17x46cm). A Igreja Matriz ainda apresenta torre única, anos mais tarde destruída em noite de chuvarada. Observar a vegetação exuberante dos terrenos devolutos e a descrição detalhada do parcelamento do solo urbano. Fonte: Acervo Bovespa (foto cedida por Antônio Carlos Lorette)



Companhia Largo do Rosário



LARGO DO ROSÁRIO 1890 - LATERAL RUA GENERAL OSORIO - MIS - BMC- 114

Largo do Rosário 1890
Lateral Rua General Osório

Largo do Rosário 1890

lateral rua Campos Sales

*Campinas - Largo do Rosário
1890.*



LARGO DO ROSÁRIO 1890 - LATERAL RUA CAMPOS SALES - MIS - BMC - 432



LARGO DO ROSÁRIO 1890 - EM FRENTE IGREJA DO ROSÁRIO - MIS - BMC - 433

Largo do Rosário 1890

Em frente a Igreja do Rosário (rua do Rosário)
atual Av .Francisco Glicério

Arqueologia de uma paisagem

Entremos na cidade de Campinas pelas mãos de Augusto Emílio Zaluar (1826-1882), autor de Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861), publicado em 1862, que descreve a paisagem pretérita em pormenores.

Ainda não há oitenta anos existia, cerca de dezoito léguas no noroeste da cidade de S. Paulo, um lugar onde tropeiros vindos da capital e de Santos, com direção a Cuiabá e Goiás, tinham construído alguns ranchos e descansavam suas tropas, para depois seguirem, pelo meio de sertões ínvios, as suas muitas vezes perigosas e arriscadíssimas jornadas.

As florestas primitivas cobriam em todas as direções este solo precioso. As caravanas dos desertos da América não precisavam, como as da Arábia, arvorar suas tendas no meio dos areais, porque a sombra dos jequitibás, das perobas e das figueiras bravias, derramava sobre a cabeça dos viajores uma frescura mais vivificante e amena do que a das palmeiras solitárias da Iduméia e da Palestina. A pureza do ar e o perfume das flores silvestres faziam deste lugar um verdadeiro oasis.

Verdadeiro oásis, Zaluar nos dá a medida do lugar eleito para pouso de tropeiros que de São Paulo se dirigiam às minas de Goiás e Cuiabá.

Quem sabe se pela mente de algum tropeiro desconhecido passou algum dia a ideia de que este lugar remoto seria em pouco mais de meio século um verdadeiro empório de riqueza e de civilização?

O certo, porém, é que dos ranchos aglomerados nasceu em breve um arraial, e do arraial criou-se uma vila, e da vila fundou-se uma cidade, que é uma das primeiras da província de S. Paulo, e faz parte de um dos municípios desta, que em produção agrícola e fortunas locais só tem paralelo com o Bananal. Contam que um indivíduo por nome Pedroso, perseguido pelo recrutamento, fugira de Itú, donde era natural, e, refugiando-se no meio das matas virgens que então cobriam este lugar, ficara tão surpreendido com sua fertilidade e clima, que, regressando a Itú, onde foi pouco depois, passou algum dia a ideia de que este lugar remoto seria em pouco mais de meio século um verdadeiro empório de riqueza e de civilização? Contam que um indivíduo por nome Pedroso, perseguido pelo recrutamento, fugira de Itú, donde era natural, e, refugiando-se no meio das matas virgens que então cobriam este lugar, ficara tão surpreendido com sua fertilidade e clima, que, regressando a Itú, onde foi pouco depois preso, narrara a todos os prodígios deste terreno abençoado; o que de tal modo influiu no ânimo dos habitantes daquela vila, que não só dali, como da Cotia, Parnaíba, Mogi-Mirim e Jundiaí, que já então eram vilas antigas, afluíram gente a povoar estes sertões.

Esta povoação foi erecta em vila com o nome de S. Carlos no ano de 1797. No lugar onde hoje existe a cidade havia então um pequeno campo de pastagem, o que era de grande auxílio para o pouso das tropas, a que davam o nome de Campinho, que depois provavelmente se mudou no de Campinas, mais poético e em analogia com a perspectiva pitoresca do terreno.

O nome da freguesia, fundada em 1774, diz muito sobre sua paisagem: Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Mato Grosso. O Mato Grosso alude às matas com jequitibás, perobas e figueiras bravias narradas por Zaluar. O adjetivo bravio coincide com o topônimo Mato Grosso do nome original de Campinas e também do toponímio Mato Dentro, que consta no nome de Jundiaí, vila da qual nossa cidade era parte. Ao emancipar-se em 1797, ganha a alcunha de Vila de São Carlos, tornando-se Cidade de Campinas em 1842.

As campinas aludem às pastagens vizinhas às matas sertão adentro após Jundiaí, onde formaram-se pousos para descanso das

tropas em viagem.

O local ficou conhecido como "Campinhos de Mato Grosso", depois "Bairro de Mato Grosso", e por fim "Campinas do Mato Grosso", por haver na região três pequenos terrenos descampados (sem árvores), do que originou o nome atual do município.

Campinas está localizada junto a duas bacias hidrográficas: a do rio Piracicaba, que abrange o rio Atibaia e os ribeirões Anhumas e Quilombo, ocupa as Regiões Norte, Central e Leste da cidade, estendendo-se por uma área de 12 531 km², abrangendo o sudeste do estado de São Paulo e extremo sul de Minas Gerais[44]; e a do Capivari, que abrange o ribeirão Piçarrão, ocupando as regiões Noroeste, Sudoeste e Sul da cidade, estendendo-se por uma área de 1 611 km², [45] abrangendo cidades das regiões de Jundiaí, Campinas e Capivari. Dentre os rios que cortam o município de Campinas, os principais são o Capivari, o Jaguari, o Capivari-Mirim e o Atibaia, sendo que este último é de especial relevância para o abastecimento de água do município, já que grande parte da captação é feita em sua bacia.[46]0

Zaluar atribui ao clima ameno o esplendor da natureza envoltória..

O clima de Campinas é dos mais amenos e saltares que conheço. Grande parte das estradas e caminhos vicinais parecem longas aléias de jardins, rescendentes de vivíssimos perfumes e adornados do mimoso matiz de mil variadas flores, umas despregadas em longos festões de cálices azuis, outras da família das cambarás em odorífera plumagem; outras finalmente, como as flores de S. João, parecem mergulhadas em púrpura, entrelaçadas à mosqueta bravia e ao jasmim selvagem, o que tudo faz impregnar constantemente a atmosfera de agradáveis e deliciosos odores.

Visitei alguns sítios, e por toda a parte vi aliado o esplendor da natureza, a seiva e robustez da vegetação ao caráter franco, sincero e liberal dos Campineiros.

/.../

Este delicioso torrão da província de S. Paulo é fértil em grande cópia de árvores frutíferas, não só indígenas como estranhas, que todos os anos oferecem aos seus moradores os agradáveis passeios a que chamam "ir às frutas." As famílias viajam então em romaria de umas para outras fazendas, e se distraem com este salutar refrigério, enquanto os homens se entregam aos exercícios mais varonís da caça e da pesca.

Nunca encontrei em minhas viagens no Brasil como aqui, além das frutas do mato, que aí produzem em grande abundância, como sejam abacates, deliciosas jabuticabas e muitas outras, figos, uvas e morangos, conservando o mesmo sabor e perfume que os da Europa.

Banhada por rios caudalosos, clima ameno e solo fertilíssimo - não por acaso denominado de terra "rossa" (vermelha) - em Campinas desenvolveram-se duas culturas que enriqueceram o núcleo urbano: a da cana de açúcar e a do café.

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Campinas>. Consulta em 14 de fevereiro de 202

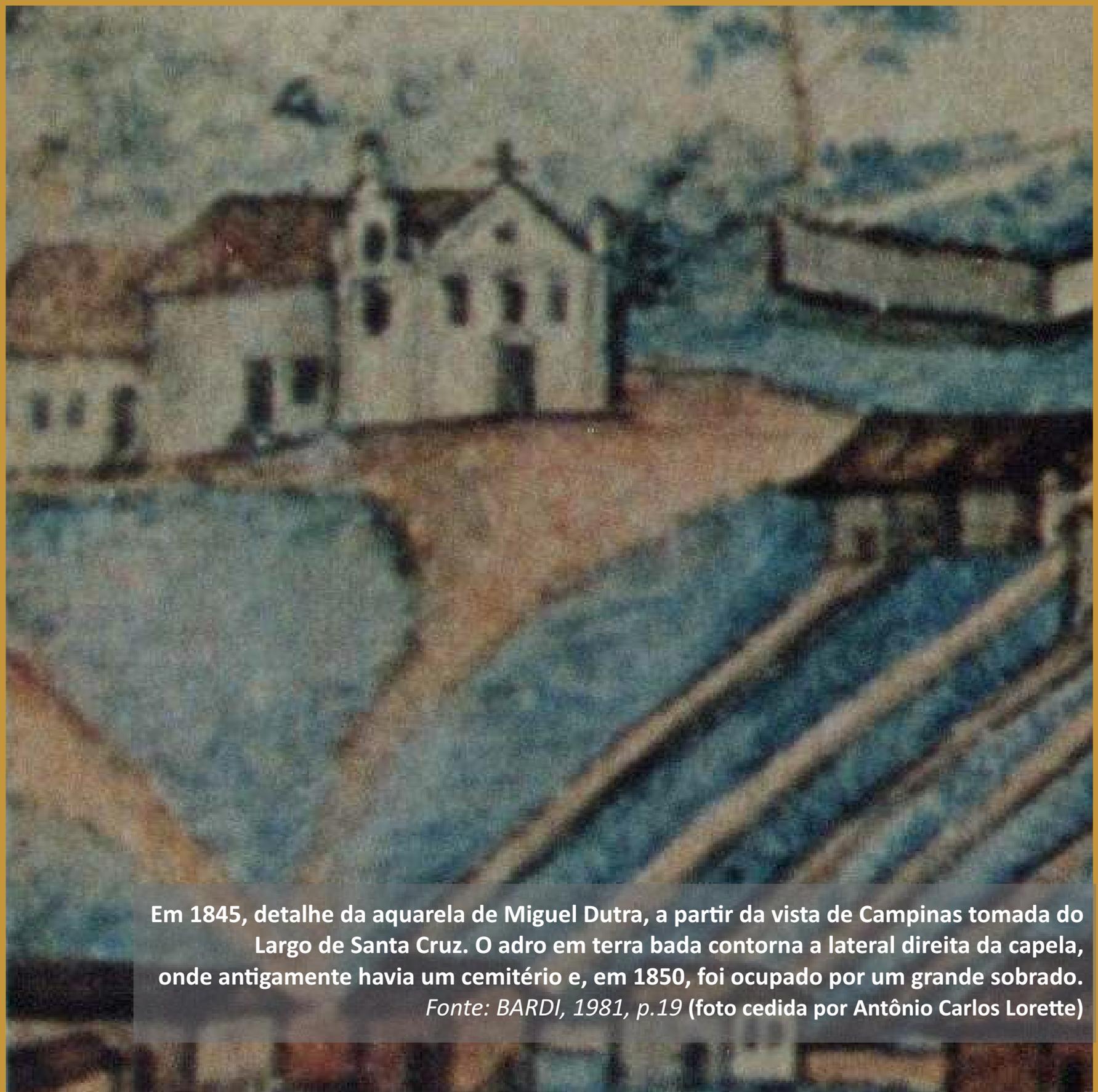


Desenho de Campinas dos primeiros tempos. MIS. BMC_009

Capela de Santa Cruz

Meados Do Séc. XIX

Autor José De Castro Mendes



Em 1845, detalhe da aquarela de Miguel Dutra, a partir da vista de Campinas tomada do Largo de Santa Cruz. O adro em terra bada contorna a lateral direita da capela, onde antigamente havia um cemitério e, em 1850, foi ocupado por um grande sobrado.

Fonte: BARDI, 1981, p.19 (foto cedida por Antônio Carlos Lorette)

Arqueologia de uma paisagem

Os primeiros povoadores do lugar entregaram-se logo ao cultivo da cana e construíram engenhos de açúcar. /.../ Sobretudo nos últimos vinte anos, depois que começou a ser ensaiada e a produzir a cultura do café, pois até então o único ramo de cultura era cana e gêneros alimentícios, este fertilíssimo torrão da província de S. Paulo excede em produção não só a quase todos os seus municípios, como ainda a um grande número de outros que tenho visitado da província do Rio de Janeiro. Será este resultado devido simplesmente às circunstâncias peculiares do seu solo, à uberdade dos terrenos, ao emprego de mais apropriados sistemas agrícolas, ou o é, também, e muito particularmente, ao espírito esclarecido, à iniciativa pronta, ao impulso generoso e livre de seus habitantes?

A proximidade do Porto de Santos, facilita o embarque, inicialmente realizado no lombo de mulas. O caminho para Goiás alinhava a vila aos sertões via Mogi-Mirim e São Paulo-Santos. A localização estratégica garantiu o sucesso do povoado.

Distantes dezoito léguas da capital da província, quase trinta do pôrto de Santos, e perto de cento e trinta da capital do império, os habitantes de Campinas não podem gozar ainda com facilidade de todos os regalos que a civilização das grandes cidades proporcionam a seus moradores; mas em compensação sobram-lhe os desejos e os meios de em breve o conseguirem.

Interessante perceber que o povoado decorre de três pousos de tropeiros, dois dos quais ao longo do caminho - junto do córrego Proença e junto do pontilhão do atual Laurão -, sendo um terceiro situado em terreno mais alto no atual Largo de Santa Cruz.

Chama a atenção o fato de o sítio escolhido para a povoação ser a parte elevada e rodeada por córregos e bosques, protegida das áreas pantanosas das várzeas lindeiras. A colina tinha topografia razoavelmente plana e perímetro alargado para que o núcleo urbano pudesse crescer.

No entorno muito fértil formaram-se fazendas de cana de açúcar e café para fins de exportação. Zaluar clama pela ferrovia que só virá em 1872, conectando Campinas ao Porto de Santos, e menciona a existência de oitenta e nove fazendas de café, vinte de cana e respectivos engenhos.

As fazendas estudadas por Maria Rita Amoroso¹¹ formavam um cinturão verde até hoje perceptível, embora em processo crescente de metamorfose e urbanização, o que enseja uma política de preservação que articule o centro a toda uma paisagem cultural envoltória.

... a estrada de ferro de Santos a Campinas, apenas realizada, abrirá como por encanto novos e fecundos mananciais de riqueza pública, e é sem dúvida a única garantia de futuro que corre aos lavradores do sul da província de S. Paulo.

¹¹AMOROSO, Maria Rita S. Arquitetura campestre na obra de Ramos de Azevedo: a arquitetura rural campineira – A Fazenda São Vicente. 2009. Dissertação. Mestrado em Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Orientadora: Ivone Salgado. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, Brasil. PUC-Campinas, 2009

A falta de vias de condução, e por consequência a dificuldade e careza dos transportes, sobrecarrega de ônus tão pesados as povoações desta parte da província, que não há interesse que possa resistir sem abalo a este imposto exagerado e constante. Em presença dos dados estatísticos que me foram ministrados por pessoas circunspectas, e colhidos de documentos autênticos, a produção deste município eleva-se ao valor líquido de Rs. 3.000:000\$, enquanto a sua importação apenas chegará a 1.200.000\$, devendo advertir-se que pelo menos uma terça parte das fazendas e ferragens importadas são de novo reimportadas pelos municípios circunvizinhos.

A receita por consequência excede em mais do dobro a despesa. Calculai agora qual seria a importância de Campinas se houvessem fáceis comunicações para o grande mercado da corte! Deve no entanto observar-se que hoje estão ainda os terrenos produzindo com toda a sua força de vitalidade, porém que, segundo o emprego de nossos processos rotineiros e a crescente e assustadora escassez de braços, todos estes elementos de prosperidade tenderão a estacionar-se, e cairá este esperançoso município no estado de decadência em que já se acham muitos outros, se porventura se não realizar com brevidade a idéia dessa via férrea, que será um ponto de aproximação entre o produtor e o consumidor, e uma garantia segura de seus recíprocos interesses.

Quando visitar o pôrto de Santos, estudarei, debaixo de um ponto de vista mais largo, todo o alcance desta importante via de comunicação interior, visto que por hoje limito-me a fazer esta observação sucinta em relação a este lado da província, e sobretudo ao município de que me ocupo. A cultura do café, que é hoje a principal do município, data apenas de trinta anos, que foi introduzida, e vinte, que tem tomado o seu maior incremento. Existem aqui cento e oitenta e nove fazendas que se empregam nesta cultura, e avalia-se, termo médio, a sua exportação para cima de setecentas mil arrobas. Além do café, o cultivo da cana, a fabricação do açúcar e da aguardente continuam ainda a ser explorados com grande vantagem.

As vinte fazendas de cana com seus respectivos engenhos dão por ano sessenta mil arrobas de açúcar, que não só serve para o consumo local, como se vende para outros municípios, e ainda para a província de Minas; o mesmo acontece aos gêneros alimentícios, que se plantam e colhem aqui em grande abundância, não só pelos pequenos como pelos grandes proprietários. O primeiro introdutor da cultura do café em Campinas foi o fazendeiro Francisco Egídio de Sousa Aranha, falecido há pouco tempo, e que se deve considerar como tronco de uma das mais importantes famílias do lugar. A sua iniciativa neste gênero de cultura foi recebida então por quase todos os seus vizinhos com desconfiança e incredulidade.

Dados estatísticos permitem entrever a vitalidade urbana e o comércio florescente antes da ferrovia. Chama atenção a natureza do comércio vigente à época de Zaluar (1860-1861):

- 64 lojas de fazendas e ferragens
- 20 armazéns de gêneros de fora
- 110 tavernas
- 3 fábricas de licores, 2 de cerveja, 1 de velas de cera, 1 de chapéus, 1 de charutos
- 3 hotéis
- 2 casas de bilhares
- diversas lojas de alfaiates
- sapateiros
- latoeiros
- caldeireiros
- torneiros
- marceneiros
- seleiros
- armadores
- 4 padarias
- 3 relojoeiros
- 3 ourives
- 3 retratistas em daguerreótipo e um a óleo
- 3 pintores hábeis
- 1 tipografia
- 3 Casas Comissárias de importação



MONDE ELEGANT - MIS - BMC - 007

Foto
Fotógrafo Nickelson



MIS - BMC - 008

Arqueologia de uma paisagem

O melhor meio, porém, de dar uma idéia mais palpável do seu desenvolvimento, é oferecer aos leitores os seguintes dados estatísticos, que me foram ministrados pelos documentos oficiais da respectiva câmara municipal, e pelas pessoas habilitadas a quem consultei, e que com todo o empenho se prestaram a auxiliar-me neste trabalho.

Há na cidade sessenta e quatro lojas de fazendas e ferragens, vinte armazéns de gêneros de fora, e cento e dez tavernas, o que tudo paga direitos à municipalidade. Além destas, há três fábricas de licores, duas de cerveja, uma de velas de cera, uma de chapéus, três hotéis, duas casas de bilhares, diversas lojas de alfaiates, sapateiros, latoeiros, caldeireiros, torneiros, marceneiros, seleiros, armadores, quatro padarias, uma fábrica de charutos, três relojoeiros, três ourives, três retratistas em daguerreótipo e um a óleo, três pintores hábeis, e uma tipografia, onde se publica o Conservador, folha dedicada aos interesses de um partido, e a quem devo sincero agradecimento pelas palavras lisonjeiras com que me cumprimentou o seu inteligente e ilustrado redator. Além das casas de comércio já declaradas, existem três de comissões de importação em ponto grande.

O comércio é, pois, ativo e orescente, porque é aqui o entreposto de Goiás, Uberaba, Franca, e outras povoações do interior com a corte. Asseguram-me, porém, que já foi muito mais importante e ativo com estes pontos; e assim mesmo ainda entram aqui todos os anos, da Franca, quatrocentos a seiscentos carros, que trazem toucinho, algodão, queijo e feijão, que permutam por ferragens e sal em grande quantidade.

Entreposto de comércio entre o Rio de Janeiro e a rota para Goiás, as mercadorias eram transportadas em carros de bois, circulando entre quatrocentos a seiscentos carros de bois. O núcleo urbano situava-se na colina e nele destacam-se:

- Casa da câmara e cadeia
- 4 igrejas: do Rosário, Santa Cruz, Matriz Velha e Matriz Nova
- Capela das Almas
- Ruas calçadas
- Praças
- Mercado

As igrejas nada tinham de notável, exceção da Matriz Nova em construção, cuja talha valia-se dos cedros do entorno, dando pistas sobre as profusas matas envoltórias a Campinas.

A casa da câmara e a cadeia, reunidas em um mesmo edifício, apesar de edificadas com segurança, são acanhadas para o lugar, e construídas com mau gosto e sem as condições convenientes para o seu duplo destino.

No entanto a falta de um edifício apropriado é bem substituída pela dedicação e atividade dos cidadãos que representam a municipalidade, pois se não poupam a esforços e fadigas para proporcionar à cidade todos os melhoramentos materiais de que carece, não só no calçamento das ruas e embelezamento das praças, como na edificação de um mercado, em que se trabalha com empenho, e se espera concluir nestes dois ou três meses.

Os rendimentos da câmara municipal montam a 16:000\$ anuais. Há quatro igrejas em Campinas, que são as do Rosário, Santa Cruz, Matriz velha e Matriz nova. As três primeiras nada têm de notável, bem como a capela das Almas.

A Matriz nova, porém, segundo as proporções com que é edificada e as somas fabulosas que já se tem gasto, promete ser um dos primeiros ou talvez o primeiro templo não só do sul como da província toda.

O plano de sua construção geral foi confiado ao hábil artista baiano, o Sr. Vitoriano dos Anjos, que fez da capela-mor, que está quase terminada no que diz respeito à obra de talha, um

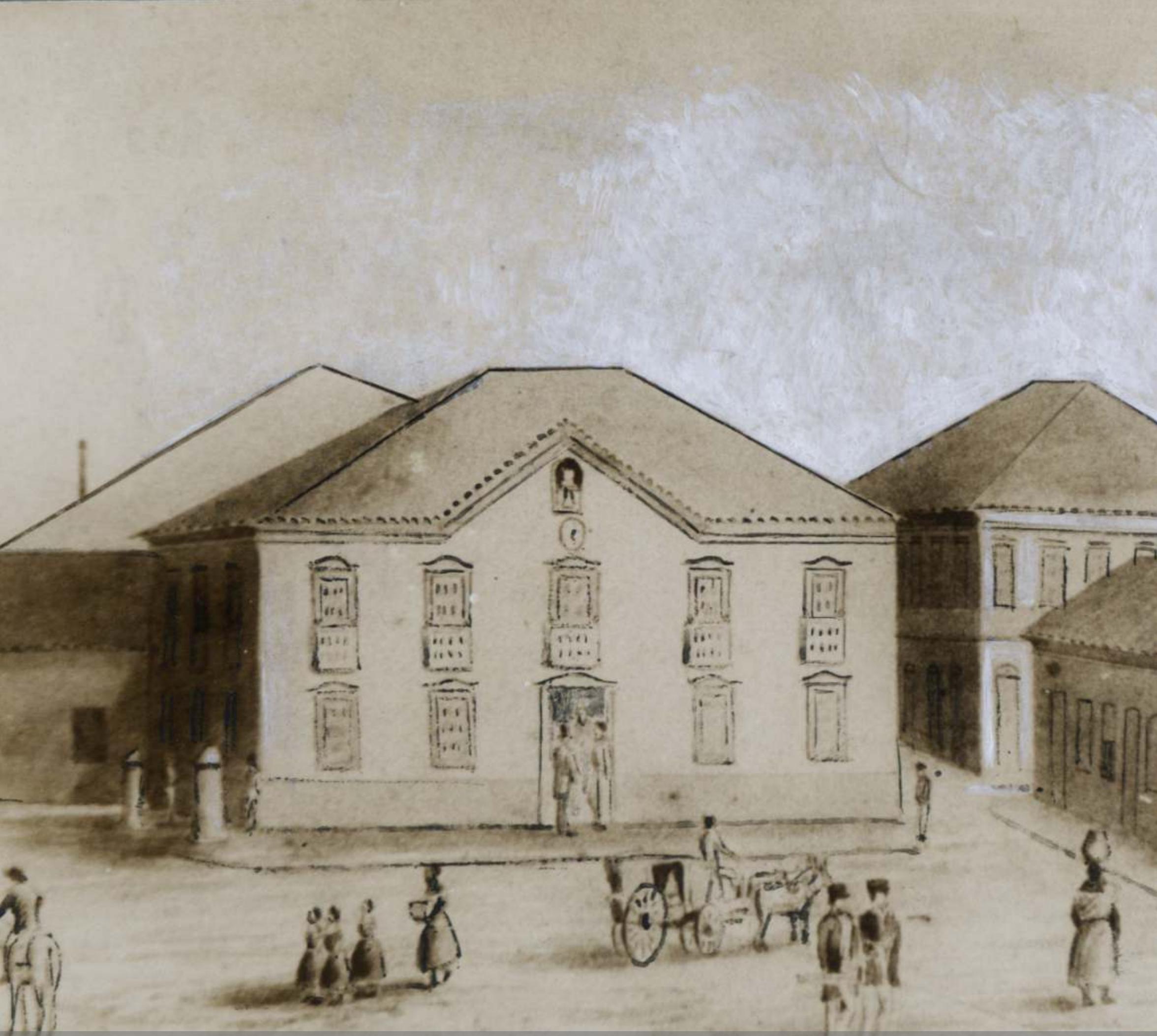
verdadeiro sonho de artista.

O cedro que campeava outrora gigante no santuário das florestas, transformado agora pelas mãos do gênio em maravilhas da arte, adorna o santuário do Deus vivo.

Tenho visto poucos trabalhos tão peregrinos executados em madeira. É um poema de flores, arrendados, colunatas, arabescos, grinaldas, florões enlaçados com profusão e simetria, beleza e unidade, traduzindo as idéias de uma alma de poeta sob as formas mais puras, graciosas e sublimes que se podem reproduzir pelo cinzel do escultor! O cedro passou do templo da criação ao templo da arte, cantando um salmo não interrompido de louvor a Deus, primeiro como a expressão da natureza, e depois como um hino da humanidade!

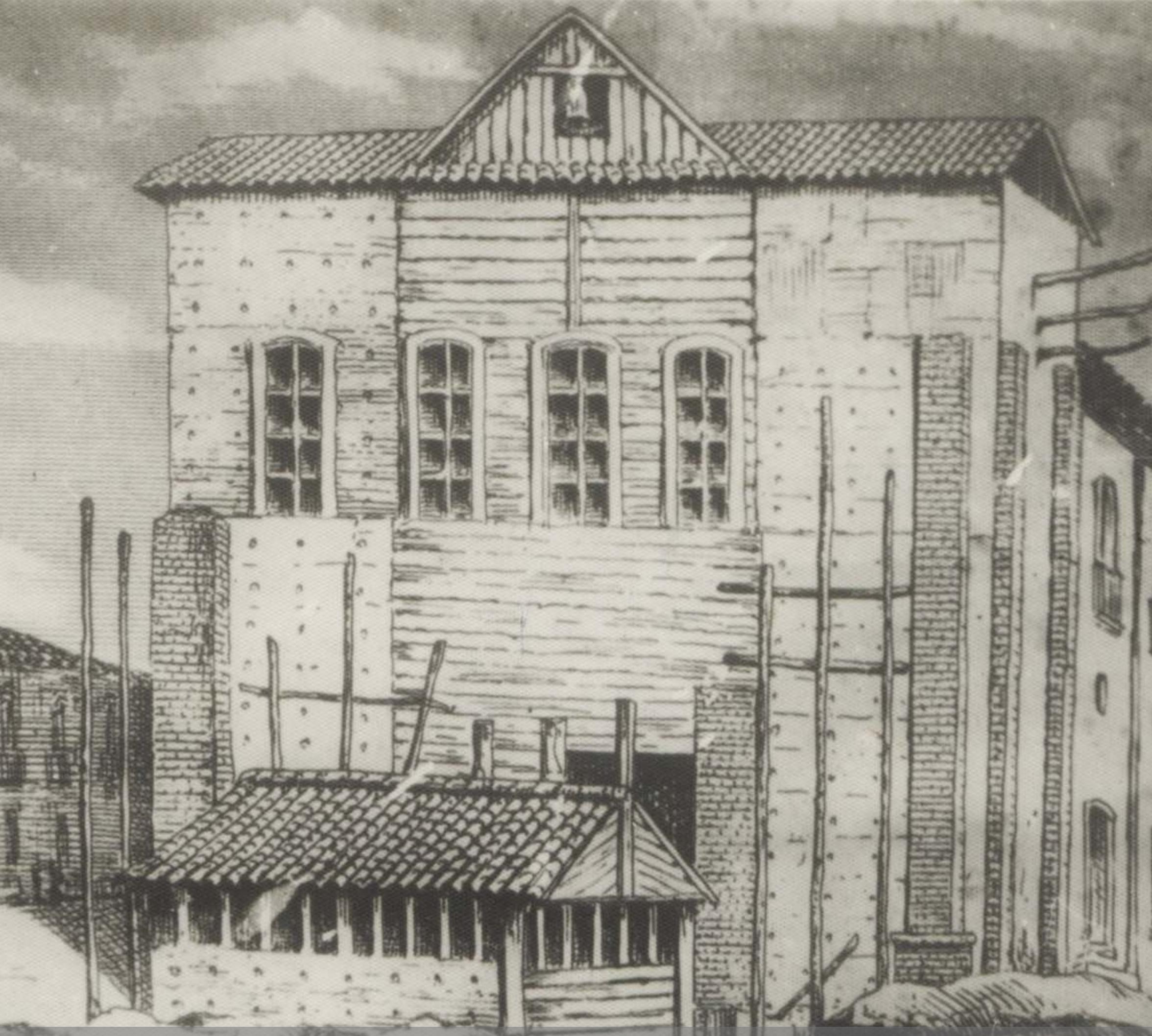
O viajante destaca também:

- Dois cemitérios públicos: um católico e outro protestante
- Várias confrarias religiosas
- Casa de misericórdia
- Teatro

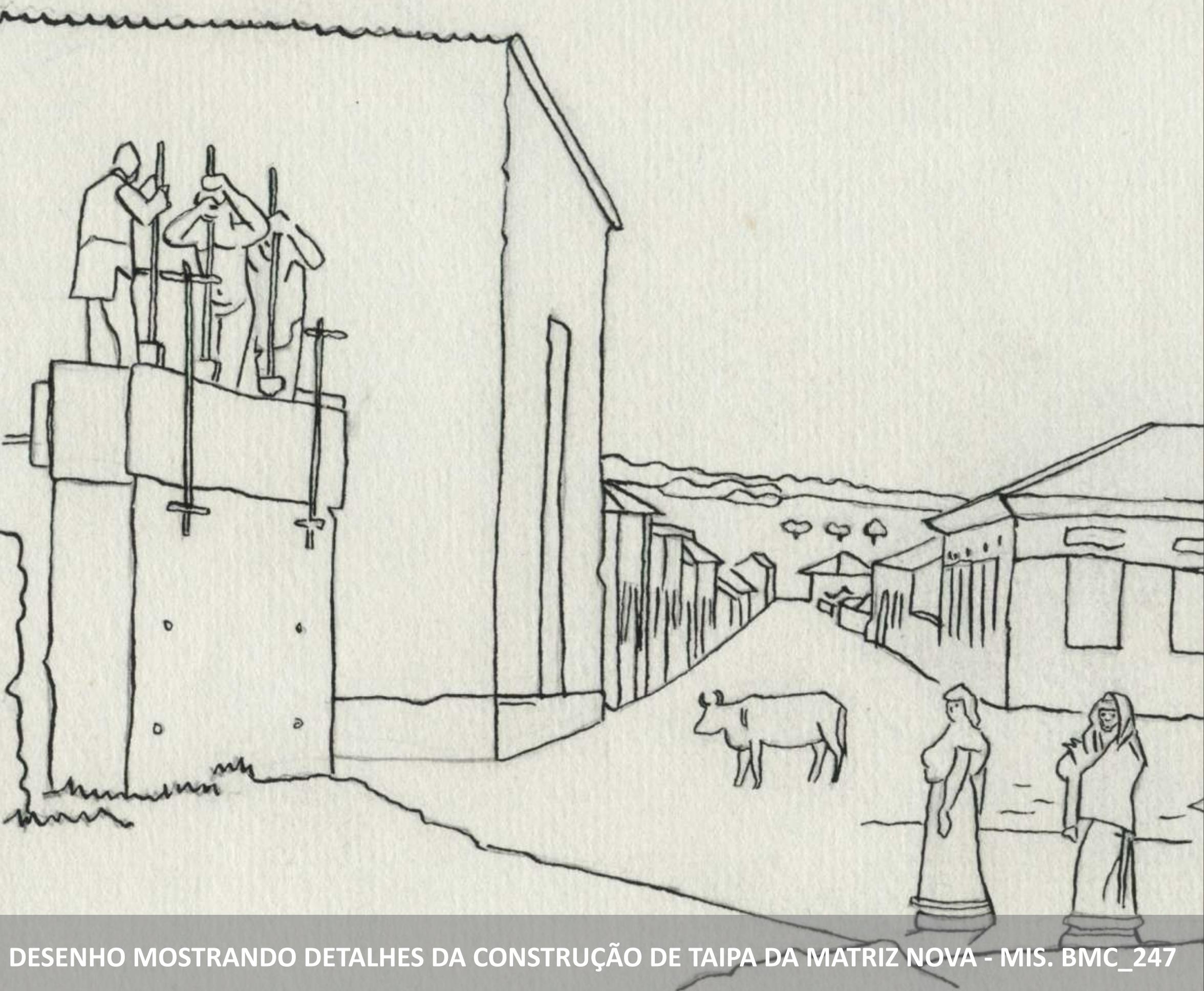


CASA DE CÂMARA E CADEIA SITUADA NO LARGO DA MATRIZ VELHA - MIS. BMC_293

**Desenho mostrando detalhes da construção
de Taipa da Matriz Nova
- (1869) -
A maior Igreja em Taipa do Brasil**



MATRIZ NOVA DE CAMPINAS (1869). MIS. BMC_248



DESENHO MOSTRANDO DETALHES DA CONSTRUÇÃO DE TAIPA DA MATRIZ NOVA - MIS. BMC_247

**Desenho mostrando a técnica de Taipa de Pilão
utilizada na Catedral de Campinas**

A maior Igreja de Taipa de pilão do Brasil. Sua Fachada em estilo neoclássico recebeu projeto do Engenheiro Arquiteto Francisco Ramos de Azevedo (1880) utilizando novos materiais e não mais a taipa, inclusive provendo o templo de canos embutidos para a iluminação a gás, uma novidade para a época .

Sua inauguração se deu em 8 de dezembro de 1883 data dedicada a padroeira de Campinas Nossa Senhora da Conceição . Sua ornamentação interna inicia-se em 1853 com grupo vindo da Bahia de oficiais coordenados pelo grande entalhador Vitoriano dos Anjos Figueiroa .

Vitoriano dos Anjos foi o responsável pelos entalhes do altar-mor, das tribunas ,dos púlpitos ,da varanda do coro e também das conduções das obras ate 1862 ,quando foi substituído por novo grupo de entalhadores chefiados por Bernardino de Sena Reis e Almeida.

A ornamentação da nave central ,os dois altares dos cantos e os quatro laterais, assim como as capelas, foram realizadas totalmente em cedro, madeira abundante nas matas ao redor da cidade foi concluída em 1865.



CATEDRAL E SEU ENTORNO. MIS. BCM_108



MATRIZ NOVA DE CAMPINAS. MIS. BMC_225

**Praça Bento Quirino com a basílica
Nossa Senhora do Carmo, substituindo
a Matriz Velha**

Arqueologia de uma paisagem

a cidade há dois cemitérios públicos, um católico, e outro protestante, várias confrarias religiosas e seis sacerdotes.

Tratou-se de construir uma casa de misericórdia, para cujo fim existiu já formada uma sociedade com o fundo de mais de trinta contos de réis. Não sei em que ponto está agora.

O teatro de Campinas, melhor que o da capital, faz honra ao bom gosto e riqueza da população. É pena não existir aqui uma companhia dramática permanente, o que seria uma útil distração para os habitantes, e um ponto de reunião agradável para se passarem as noites, quase sempre tão aborridas para quem vive nestes centros retirados.

Zaluar chama atenção ainda para a quantidade de escolas públicas e associações científicas:

A instrução pública tem tido em Campinas um desenvolvimento não menos satisfatório que a lavoura. Existem aqui duas escolas públicas de primeiras letras, uma secundária, e cinco particulares de instrução primária, sendo uma de meninas, e dois colégios de instrução secundária, sendo um de cada sexo; representando o número total dos alunos de todas estas aulas, do sexo masculino duzentos e quarenta, e do feminino cento e vinte educandas. Além destas casas de ensino, a maior parte dos fazendeiros pagam a mestres para educar seus filhos, e um bom número de jovens Campineiros frequentam atualmente em S. Paulo as aulas da Faculdade de Direito. Em Campinas há dezesseis bacharéis formados em Direito, e apenas seis não são filhos do lugar. É tal a vontade que este povo tem de instruir-se, que já se acham fundadas na cidade duas associações científicas, uma com o título Recreio Literário de Leitura Campineiro, e outra de Gabinete de leitura, a qual já tem prestado grandes serviços e conta em suas estantes muitas obras de valor.

Em 1860-1861 a população girava em torno de 24 mil habitantes, distribuídos em sete léguas de largura e oito de extensão.

• 14.000 escravizados

• 10.000 livres

A população deste município, que abrange sete léguas de largura e oito de extensão, é de 24.000 habitantes, sendo 14.000 escravos e 10.000 livres.

Havia mais escravizados habitando a cidade que homens e mulheres livres, tal como na maioria das cidades brasileiras. Inicialmente operadas com mão de obra de escravizados africanos, as economias do açúcar e do café ensejam uma forte comunidade de afrodescendentes em Campinas e a construção da Igreja de N. S. do Rosário dos Pretos com cemitério anexo, na rua depois denominada na República de Francisco Glicério, lembrando que até o Império os cemitérios eram contíguos às igrejas, sendo os cemitérios públicos uma novidade ainda em processo de armação.

Não por acaso, Campinas tinha dois cemitérios públicos, um católico e um protestante, ambos situados onde hoje encontra-se o conjunto ferroviário da E. F. Paulista.



PRIMEIRO TEATRO DE CAMPINAS
Teatro São Carlos – Entre Ruas
Costa Aguiar e Treze de Maio



MERCADO DE HORTALIÇAS
coberto de andorinhas e a sua frente as
escadas para subir para a Escola Normal.
Observar que as ruas estão calçadas



ESCOLA COMPLEMENTAR - FOTO ANTIGA - Rua Treze de Maio
esquina Rua Glicério. Observa-se ao fundo a estrutura da
construção da Igreja do Rosário Bonde puxado por cavalos.



MERCADO DE HORTALIÇAS, AO FUNDO VEMOS A TORRE DA MATRIZ NOVA
MERCADO DAS ANDORINHAS. MIS. BMC_011



MIS - BMC- 110A

Cortejo funeral - Maestro Carlos Gomes

Nº 1



MIS - BMC- 122

Casa LIVRO AZUL-Campinas

Artigos photographicos

Santa Diamond e Casa Bierrew
bach

**Descida da rua Treze de Maio
Cortejo da Visita de Santos Dumont a Campinas**

**Cortejo de recepção a Santos Dumont
descendo a rua Treze de Maio
ao lado da Catedral**



Cortejo rua Barão de Jaguará

Casa alemã - fundada em 1887

Filial da loja de São Paulo

E o Bar Campineiro (hoje Tonicos Bar)

**Casa de taipa - em frente à praça Antônio Pompeo,
onde está o túmulo de Carlos Gomes,
marco zero de Campinas.**



MIS - BMC- 123

A igreja N. S. do Rosário ficava relativamente apartada do núcleo urbano inicial, mas ela se agregou à nova Matriz e ao primeiro Teatro (1877), tornando-se parte do conjunto arquitetônico configurador de uma nova centralidade em processo de afirmação no crepúsculo do Império.

A comunidade de escravizados africanos era maior que a população livre da cidade e disso decorre que personalidades importantes de Campinas eram pardas ou mamelucas, como o republicano Francisco Glicério e o engenheiro-arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo.

O primeiro, filho de um fazendeiro, neto de Antônio Cerqueira César - proprietário da Sesmaria Pau Grande que, devido ao parcelamento, originou várias fazendas, inclusive a Fazenda Pau D'Alho, adquirida em 1885 pelo Barão de Anhumas, Manuel Carlos Aranha. Seu filho e herdeiro Tenente Antônio Benedito Cerqueira Leite casou-se com Maria Zelinda da Conceição, descendente de escravizados, tiveram 10 filhos, dentre os quais Francisco Glicério de Cerqueira Leite (1846-1916).

O segundo, filho de um comerciante. Não obstante ser filho de uma tradicional família de Campinas no interior da então Província de São Paulo, Francisco de Paula Ramos de Azevedo nasceu na capital. Sua mãe, D. Ana Carolina de Azevedo, na ocasião grávida, precisou em 1851 seguir às pressas para a cidade de São Paulo, onde sua irmã se encontrava acometida de doença. Assim, em 8 de dezembro daquele mesmo ano deu à luz ao futuro engenheiro. Filho do Major João Martins de Azevedo, o pai era negociante, possuindo loja de tecidos e armarinhos na rua Barreto Leme n. 1, como informa o Almanak da Província de São Paulo para 1873. Ramos de Azevedo sempre se orgulhou de suas origens, acreditando ser um "legítimo campineiro". Dessa forma, estudou e passou a juventude em Campinas, deixando-a apenas quando adulto para cursar a Escola de Artilharia Militar no Rio de Janeiro, carreira que, no entanto, abandonou após o término da Guerra do Paraguai, optando por estudar engenharia e arquitetura na Bélgica (1875-1878).

Francisco Glicério e Francisco de Paula Ramos de Azevedo eram aparentados por linhagem materna. Três irmãos de Ramos de Azevedo se casaram com três irmãos de Francisco Glicério. Glicério era líder do Partido Republicano e suspeita-se que tenha indicado Ramos de Azevedo para a maçonaria. Ali selaram-se as alianças políticas necessárias para a sua eleição como arquiteto oficial da cidade.

Por sua vez, Carlos Gomes apresentava ancestralidade espanhola. Seus ancestrais eram espanhóis e assinavam Gomez, com "z", porém, seu bisavô, D. Antônio Gomez, fora bandeirante e casara-se com a filha de um cacique. Nasceu então o nosso maior operista em 11 de julho de 1836, numa casa humilde na Rua da Matriz Nova. Foram seus pais Manoel José Gomes (Maneco Músico) e Fabiana Maria Jaguary Cardoso.

A rede de caminhos externos adentrava a cidade e era percorrida por tropas de mulas antes das ferrovias. Da cidade de Campinas irradiam muitas estradas importantes, que a põem em contacto com os centros mais populosos e as povoações tanto desta como das províncias limítrofes. São geralmente mais transitadas estas vias de comunicação do que as da maior parte da província do Rio de Janeiro, o que é devido, não digo ao zelo da administração provincial, que pouco se importa com isso, mas às condições e sem dúvida à solidez do terreno e menos tráfego de tropas.

Além de sede dos negócios operados na região, Campinas era local de pouso dos viajantes, ali existindo três hotéis e muitos pousos tipo pensão.

Quem não viajou ainda pelos lugares retirados do interior do país, não concebe o que quer dizer um bom pouso!

Depois de dez ou doze léguas de jornada, aturando os caprichos de uma cavalgadura refratária ao impulso da locomotiva, coberto de suor e de poeira, extenuado de cansaço, sentindo uma dor em cada articulação, no estômago um vácuo impertinente, e achar-se como por encanto sentado a uma boa mesa, namorando com a vista uma cama de lençóis bem alvos, é uma felicidade suprema que o habitante das grandes cidades, o homem que vive sem viajar desconhece inteiramente, e por consequência não pode apreciar. Acrescentarei a isto que não há nada mais raro do que encontrar para estes lados um pouso semelhante.

Imaginaí, portanto, em lugar deste abrigo confortável, entrardes em uma mesquinha arribana, refúgio de todos os insetos para que os sábios ainda não acharam explicação na natureza, e serdes obrigado a contentar o apetite com os dois invariáveis regalos de feijão mal cozinhado e lombo mal frito, isto em presença de uma cama de correias de couro entrançadas, suja, velha, sebenta, com os lençóis da cor da colcha, que é sempre escura, debaixo de um teto sem forro e à luz de uma candeia enfumaçada; acreditai que ainda assim não podereis compreender o que é um bom pouso. É preciso passar por certas sensações para saber dar-lhes o valor; é por isso que nunca me esquecerá o pouso do Sr. Pinto.

A descrição de Zaluar dá a medida do perfil das hospedarias antes da ferrovia. Fotografia datada de 1868 nos permite imaginar a cidade descrita por Zaluar, térrea e de taipa de pilão, com algumas igrejas destacando-se numa paisagem mais rural que urbana.

A narrativa de Zaluar culmina na Fazenda Ibicaba, primeira a valer-se da mão de obra de imigrantes antes da Abolição da Escravidão (1888) e Proclamação da República (1889).

De Campinas fomos visitar a colônia do Ibicaba, fundada pelo Sr. Senador Vergueiro, passando pela fazenda do Morro Azul, deliciosa vivenda do Sr. Jordão.

A colônia Vergueiro merece um trabalho especial, que pretendemos escrever como aditamento a este volume, tratando em geral da colonização em S. Paulo, e particularmente das colônias aqui estabelecidas, algumas das quais tantos serviços têm já prestado à lavoura.

Por hoje limitamo-nos a afirmar que, depois de visitar o grandioso estabelecimento de Ibicaba, saímos satisfeitos da atividade, asseio, ordem e contentamento que reina entre seus moradores.

Estivemos também na cidade do Rio Claro, mas tão pouco tempo que não podemos ocupar-nos hoje de uma descrição minuciosa a seu respeito.

VILA DE SÃO CARLOS (ATUAL CAMPINAS), NÚCLEO URBANO ORIGINAL, COM A MATRIZ VELHA (AO FUNDO) E O EDIFÍCIO DA CASA DE CÂMARA E CADEIA EM CONSTRUÇÃO (NO PRIMEIRO PLANO À ESQUERDA). NOTA-SE QUE OS EDIFÍCIOS DO LARGO DA MATRIZ ERAM TODOS DE TAIPA DE PILÃO, COM AMPLOS BEIRAIS. BICO-DE-PENA REALIZADO PELO NATURALISTA, BOTÂNICO E DESENHISTA BRITÂNICO WILLIAM JOHN BURCHELL, 1825-1827. COLLECTION MUSEUM AFRICA, JOHANNESBURG.



A Cidade Imperial e a Ferrovia

Capítulo 2



INAUGURAÇÃO DA COMPANHIA PAULISTA DE ESTRADAS DE FERRO - F28

**Convite oficial da inauguração
da Estrada de Ferro de Campinas**

A Planta da Cidade de Campinas de 1878, realizada pelo engenheiro Luigi Pucci, permite visualizar a cidade descrita no capítulo anterior e perceber o alcance da ferrovia, instalada em Campinas em 1872 e 1875, respectivamente Cia Paulista de Estradas de Ferro e Cia Mogiana.

Lavouras, manufaturas, comércios e serviços fazem de Campinas um importante centro urbano e político da Província de São Paulo e sede do movimento republicano e abolicionista junto de Itu.

A cidade era modesta, térrea e de taipa de pilão, com alguns sobrados. Na paisagem, destacam-se igrejas, o Teatro São Carlos, a matriz velha (na atual Basílica do Carmo) e a matriz nova (futura Catedral de N. S. da Conceição) - cuja fachada só se concluirá no final do século XIX graças ao engenheiro-arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, recém formado na Bélgica²

Rodeada por córregos e áreas pantanosas, foi alvo da febre amarela nos alvares da República, ensejando drásticas medidas sanitárias e a renovação da sua infraestrutura para coleta de esgoto e abastecimento de água e de circulação.

Nota-se que a ferrovia converte a rua Campos Sales em importante eixo de acesso à cidade, polarizando uma série de atividades industriais e mercantis.

Sobre os antigos cemitérios foram instalados os equipamentos ferroviários da Cia Paulista¹³ e os trilhos definiram a geografia dos usos com base no Código de Posturas promulgado em 1880, simultaneamente aos de São Paulo (Códigos de Posturas de 1875 e 1886).

Para além da ferrovia - nos subúrbios não por acaso instalados em áreas baixas e de topografia acidentada - foram deslocados o matadouro, os curtumes, os cemitérios, o leprosário, as fábricas, o bairro operário - vila industrial - e demais atividades e grupos sociais indesejados.

A ferrovia delimitou assim o perímetro urbano e marcou os espaços de exclusão e as atividades indesejadas à luz do Urbanismo Higienista então vigente. Note-se que de um lado a ferrovia serviu de baliza definidora do perímetro urbano e, de outro, a própria geografia definiu o uso dos espaços. Do lado oposto à ferrovia, as zonas de pântanos nas baixadas e córregos envoltórios à colina foram objeto do descarte de dejetos e mais tarde objeto de uma série de melhoramentos urbanos na Primeira República.

Por sua vez, na cidade alta observa-se a mudança dos eixos de centralidade. O velho núcleo colonial - formado pelas ruas "de cima", "do meio" e "de baixo" e pelo largo da Matriz Velha e da casa de câmara e cadeia -, outrora coração da cidade, cede lugar para uma nova centralidade polarizada pela matriz nova, na confluência das rua Formosa (futura rua Conceição) e da rua do Rosário (futura Francisco Glicério).

A toponímia de matriz portuguesa é literal e alude a outro tempo. A rua do Rosário relaciona-se à Igreja de N. S. do Rosário dos Pretos ali

existente; a rua Formosa certamente à perspectiva oferecida para quem adentrava a cidade vindo do arraial dos Sousas (nome alusivo aos Sousa Queiroz, principais fazendeiros da região).

Era como se a cidade dos tropeiros cedesse paulatinamente lugar à cidade dos fazendeiros, posicionados no eixo Sousas-Serra das Cabras, que adentravam a cidade por ali e queriam visualizar os novos ícones de modernidade.

Fotos da Matriz Nova e da Igreja do Rosário mostram uma cidade modesta, com alguns poucos sobrados, predominando um casario térreo, em meio a atividades urbanas singelas e espaços públicos ainda em processo de calçamento e arborização.

A rua do Rosário (depois Francisco Glicério) polarizou os principais pontos quentes da cidade e a nova Matriz tem sua fachada concluída pelo engenheiro-arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, marcando o início da sua atuação na cidade em 1879, depois da formação na Bélgica (1875-1878) na Universidade de Gante.

Fotografia da época retrata a perspectiva da rua Formosa, recém nomeada de rua Conceição (em homenagem à Matriz de N. S. da Conceição), enquadrando a nova fachada da Matriz em seu eixo de visualidade. Ladeada por um casario herdado do período colonial, térreo e de porão alto, a matriz parece monumental e dá o tom para a nova cidade em mutação desde então.

LIRA, José; LOPES, João Marcos. Memória, Trabalho e Arquitetura. São Paulo: Centro de Preservação Cultural USP, 2010.
13 LORETTE, Antônio Carlos Rodrigues. Cemitérios em Campinas: a transformação do espaço para sepultamentos (1753-1881). Dissertação (Mestrado em Urbanismo), Centro de Ciências Exatas Ambientais e das Tecnologias - PUCCAMP, 2003, pp. 108-114.



**TORRE DA MATRIZ NOVA À ESQUERDA E LARGO DO ROSÁRIO,
COM A ANTIGA IGREJA DO ROSÁRIO, EM 1885. FOTO DE
KOWALSKY & HENSLER. ACERVO CMU. COLEÇÃO V8.**

Planta da cidade de Campinas em 1878 reconstruída sobre base do Google Earth (atual)



Edifícios e lugares notáveis em 1878

- 1 - Largo da Cadeia / Praça da Matriz Velha
- 2 - Pelourinho
- 3 - Largo do Pelourinho ou da Liberdade
- 4 - Basílica do Carmo / Nossa Senhora do Conceição / Matriz Velha / Matriz de Santa Cruz
- 5 - Igreja e Cemitério Rosário
- 6 - Capela Santa Cruz
- 7 - Casa de Câmara e Cadeia
- 8 - Campo da Alegria - 1848
- 9 - Forca
- 10 - Largo Jurumbeval
- 11 - Teatro São Carlos
- 12 - Cemitério da Irmandade de São Miguel e Almas
- 13 - Cemitério da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Catedral
- 14 - Largo do Mercado Velho / Correa de Melo
- 15 - Mercado Grande / Mercado Velho / do Caipiras
- 16 - O Cemitério dos Protestantes / dos Acatólicos
- 17 - Colégio Florence
- 18 - Colégio Internacional
- 19 - Casa das Andorinhas / Mercado das Hortaliças / Mercadinho
- 20 - Colégio Culto à Ciência
- 21 - Capela da Boa Morte
- 22 - Gasômetro
- 23 - Lazareto dos Variolosos
- 24 - Lazareto dos Morféticos
- 25 - Santa Casa de Misericórdia
- 26 - Casa Barão de Itatiba
- 27 - Teatro Rink
- 28 - Beneficência Portuguesa
- 29 - Matadouro
- 30 - Catedral de Nossa Senhora da Conceição / Matriz Nova
- 31 - Capela São Benedito
- 32 - Curtume

Reconstituição da Planta da cidade de Campinas de 1878 sobre mapa do Google Earth. Autora: Beatriz Damilakos. Bolsista CNPq/PIBIC, FAUUSP.

**Pátio Ferroviário
ao fundo podemos observar o cemitério**



TRILHOS E FERROVIA. MIS. BMC_298

Arqueologia de uma paisagem

A partir de então, as obras monumentais de Campinas foram assinadas por Ramos de Azevedo.

1880 – Edifício comercial para Luiz Antônio de Pontes Barbosa – Campinas.
1880 – Bosque dos Jequitibás – Campinas.
1881 – Residência para Sr. Simon Nogueira – Campinas.
1882 – Matadouro de Campinas.
1883 – Igreja Matriz de N. S. da Conceição – Campinas.
1883 – projeto do Teatro Carlos Gomes – Campinas.
1885 – Fazenda Jambeiro – Campinas.
1887 – Cemitério de Campinas

Da República datam:

- Desinfectório depois demolido e convertido em Escola Normal e Jardim Carlos Gomes (em uma área de pântano, onde se jogavam as sujidades)
- Mercado Municipal
- Colégio Francisco Glicério na Avenida Anchieta (córrego Anchieta)
- Creche Bento Quirino
- Asilo das Órfãs na Santa Casa de Misericórdia
- Cícolo Italiano
- Beneficência Portuguesa

O caso do teatro dá uma ideia das mudanças em curso.

Em 1884, membros da burguesia campineira criam uma comissão com o intuito de conceber uma nova e imponente casa de espetáculos para a cidade, denominada Associação do Teatro Carlos Gomes. A época, orquestras, bailes e óperas eram realizadas no Teatro São Carlos, edifício inaugurado em 1847, considerado modesto e pouco adequado aos novos anseios da elite.

Integrante da Associação, Francisco de Paula Ramos de Azevedo foi responsável por projetar o novo e moderno teatro, o qual também teria sua construção gerenciada pelo engenheiro-arquiteto caso fosse edificado, o que não aconteceu.

A escolha do terreno em que seria construído o teatro foi polêmica e configurou-se como um dos motivos que levaram à não construção da obra. Inicialmente, a Associação defendia que a edificação fosse realizada no local do Teatro São Carlos, o qual teria que ser demolido. Este, situava-se entre as ruas de São José e da Constituição (atuais ruas 13 de Maio e Dr. Costa Aguiar), eixos em expansão e modernização da cidade que ladeavam a nova Matriz, o que permitiria que o Teatro Carlos Gomes fosse erguido monumentalmente como um novo cartão postal da Campinas republicana.

Entretanto grande parte da opinião pública foi contra a demolição e a Câmara Municipal não aprovou a concessão à Associação da possibilidade de construir o teatro no Largo Carlos Gomes. A Associação persistiu com sua intenção inicial. Em 1886, chegou a adquirir outro terreno, próximo ao Teatro São Carlos, porém, nenhum outro fora aquele

no qual o antigo teatro se localizava foi considerado adequado, seja em relação às questões simbólicas de localização, seja quanto à qualidade do solo.

O projeto de Ramos de Azevedo previa um teatro com lotação para mil pessoas. O edifício contaria com vestíbulo, galeria, sala de espetáculos, sala para concertos, camarotes, de modo a acomodar o complexo programa reivindicado pela elite.

Com 17 metros e meio de altura total, o edifício teria suas fachadas com características inspiradas na Ópera de Paris, de Charles Garnier, tendo em vista que a obra era uma referência para o programa teatral do século XIX. Sabe-se que a fachada frontal apresentava 30 metros de comprimento, com um corpo central que avançava em relação ao alinhamento dos corpos laterais.

MONTEIRO, A. M. R. de G. Ramos de Azevedo. Presença e atuação profissional Campinas - 1879- 1886. Campinas, Dissertação, FAU/PUC Campinas, 2000.



TEATRO MUNICIPAL
"CHIAPPORI & LANZA ENGENHEIROS E
ARCHITECTOS", DE SÃO PAULO, SURTIU COMO
VENCEDOR. A CONSTRUÇÃO TEVE INÍCIO EM 1924
E A OBRA FOI INAUGURADA EM 10/9/1930.



GRUPO ESCOLAR BENTO QUIRINO DOS SANTOS. MIS. BMC_086

Arqueologia de uma paisagem



CHALÉ BOSQUE JEQUITIBÁS - MIS BMC_355



ANTIGO MATADOURO MUNICIPAL DE CAMPINAS
PROJETO RAMOS DE AZEVEDO - MIS BMC_325

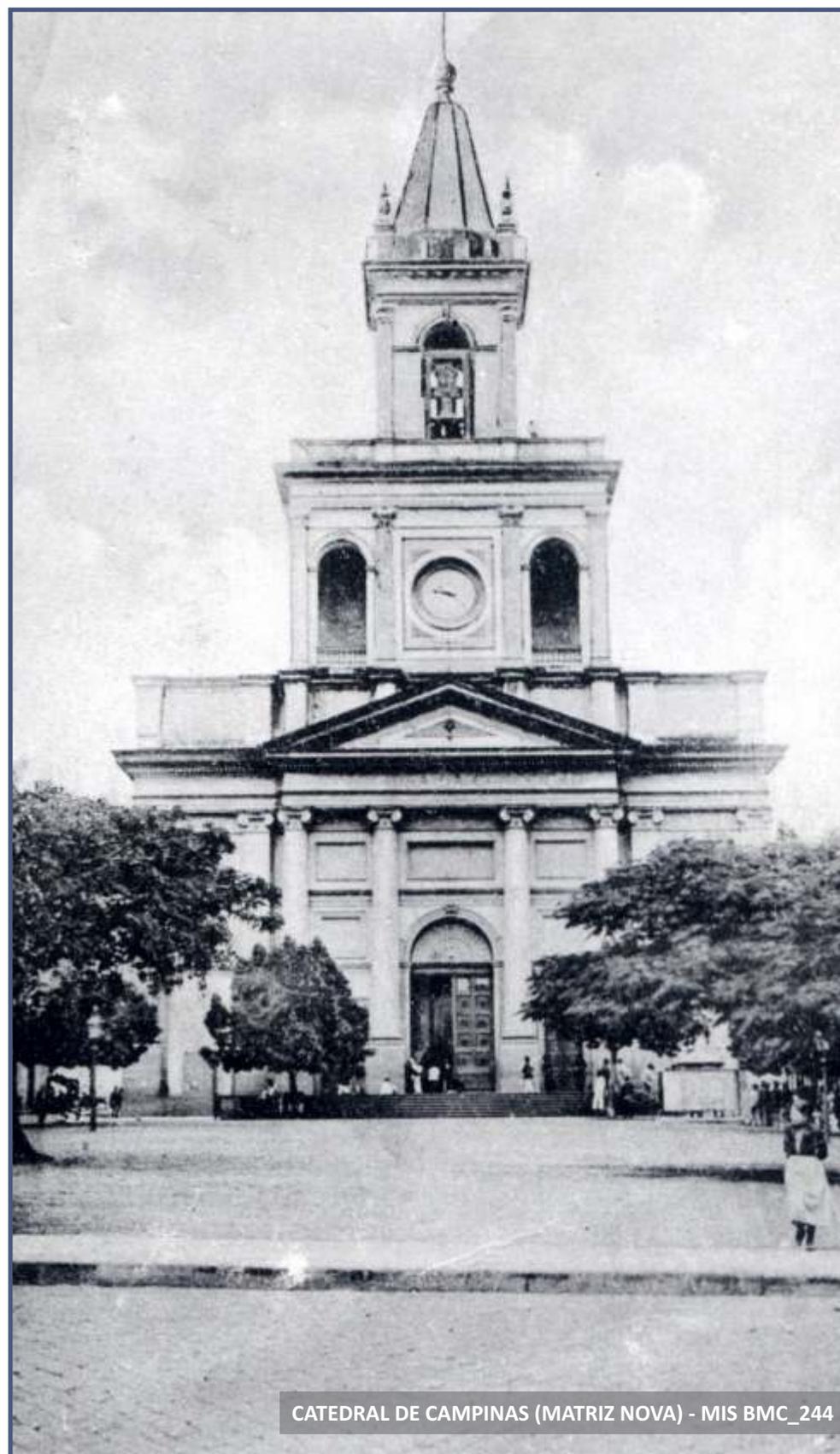


HOTEL VITÓRIA - AV. CAMPOS SALES COM R. REGENTE
FEIJÓ - PROJETO RAMOS DE AZEVEDO PROCESSO DE
TOMBAMENTO 001 /1988 - MIS BMC_159



MERCADO MUNICIPAL - PROJETO RAMOS DE AZEVEDO
OBSERVAR A ESTRADA DE FERRO FUNILENSE ATRÁS A
ESTAÇÃO. ESTRADA QUE IA ATÉ A USINA ESTHER -
COSMÓPOLIS - MIS BMC_016

Arqueologia de uma paisagem





MERCADO MUNICIPAL, PROJETO DE RAMOS DE AZEVEDO. MIS. BMC_135

**Mercado Municipal de Campinas
(mercadão)**

ESCOLA NORMAL

Carlos Gomes de 1902

observar jardins e escadas sem as grades de hoje



ESCOLA NORMAL - MIS BMC - 054



CIRCOLO ITALIANI UNITI. MIS. BMC_178

CIRCOLO ITALIANI UNITI

Antes da ampliação. A sua frente hoje existe a Praça da Mãe Preta com a Igreja São Benedito.

Arqueologia de uma paisagem

Pouco se sabe sobre o interior, entretanto, considerando o requinte com que seria posteriormente concebido o Teatro Municipal de São Paulo pelo escritório chefiado por Ramos de Azevedo anos mais tarde (1903-1911), é condizente imaginar que apresentaria a mesma suntuosidade para corresponder ao programa.

O projeto não foi executado. Entretanto, em 1922, o prefeito Raphael de Andrade Duarte retomou a ideia de demolir o Teatro São Carlos para que um novo teatro fosse construído. A opinião de Ramos de Azevedo chegou a ser consultada, que novamente concordou com a decisão. Assim, o antigo edifício foi demolido e em seu terreno foi erguido o novo Teatro Municipal de Campinas. Inaugurado em 1930, a obra foi projetada a partir de um concurso, no qual Ramos de Azevedo foi responsável apenas por disponibilizar as bases do edital a ser seguido. Em 1959, o teatro teve seu nome alterado para Teatro Municipal Carlos Gomes e, em 1965, foi também demolido.



PANORAMA DE CAMPINAS, 1890. VÊ-SE O NOVO EIXO URBANÍSTICO ENTRE A NOVA MATRIZ E AS ATUAIS RUAS TREZE DE MAIO E COSTA AGUIAR, COM O TEATRO SÃO CARLOS, EDIFÍCIO INAUGURADO EM 1847, AO FUNDO. NO PRIMEIRO PLANO, VÊ-SE O TELHADO DA MATRIZ DE N. S. DA CONCEIÇÃO. ACERVO CMU. COLEÇÃO GERALDO SESSO.

A nova Matriz polarizou o comércio de varejo mais fino no seu entorno. Quem não se lembra de lojas como a Casa Piccolotto, a Casa Ezequiel, a Lord Calçados, a Clark, a Eduardo Calçados, a Baby, a Meia Elegante, a Etam, o Bittar, o Cecatto, a Casa Pierro, a Casa Campos? E a Papelaria do Carmo, a Paratodos? A Orly, o Café Regina, o Faca, o Giovanetti e o Armorial.



CASA PICCOLOTTO, SITUADA NO LARGO DA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO. ACERVO ACIC.

Por sua vez, a rua Campos Sales polarizou o comércio de atacado, as fábricas e estabelecimentos relacionados à ferrovia, como hotéis, pensões e pastelarias, como esta que deu origem ao Pastifício Mateus Maccará, outra casa tradicional de produção de massas frescas da cidade.



PASTELARIA DE MATEUS MACCARÁ/ BOLACHAS. RUA CAMPOS SALES. ACERVO CMU. COLEÇÃO V8



PASTELARIA DE MATEUS MACCARÁ/ BOLACHAS. RUA CAMPOS SALES.
ACERVO CMU. COLEÇÃO V8.



CIRCOLO ITALIANI UNITI. MIS. BMC_024

Palacete Campineiro

JARDIM DA INFÂNCIA

– Escola Modelo –

rua Marechal Deodoro esquina com Rua Sacramento

1900



MIS. BMC_024



MIS. BMC_164

ATUAL PALÁCIO DOS AZULEJOS

- MIS -

Museu Imagem Som

Com o canto sem chanfro como está hoje .



MIS. BMC_154

A cidade de Campinas passou a ter um comércio luxuoso que passou a atender visitantes ilustres como a casa Scatamachia, fornecedora dos sapatos do Presidente da República Juscelino Kubitcheck.



Os espaços da República

Capítulo 3



CLUBE CAMPINEIRO. MIS. BMC_105

Club campineiro
Dr. Quirino com Thomas Alves

A economia do café e as ferrovias mudaram a história de Campinas, condicionando uma radical transformação dos espaços e da vida urbana a partir de fins do século XIX. Após 1850, com a abolição do tráfico negreiro, o capital gerado pelo café outrora destinado à compra de escravizados africanos, passou a ser aplicado na remodelação da cidade. A mão de obra foi gradativamente substituída pelo trabalho livre de imigrantes europeus. O número de trabalhadores livres na região aumentou significativamente, como afirma Ulysses Semeghini: "Como se observa, o número de cativos dobra. A população livre, entretanto, triplica." (SEMEGHINI, 1980, p. 29). Para além da adoção do trabalho livre e a posterior consolidação de um expressivo fluxo migratório de trabalhadores livres imigrantes que foram trabalhar nas lavouras de café, a soberania frente ao Vale do Paraíba decorreu da fertilidade do solo e das terras planas e com facilidade de transporte por meio das estradas de ferro. No que diz respeito às técnicas de cultivo, Semeghini menciona a introdução do arado, das grades, rodos e cultivadores no plantio do café como uma forma de compensar essa crise de mão de obra que estava sendo anunciada com a abolição do tráfico negreiro, anterior à intensa imigração. Quanto ao beneficiamento, foram importados engenhos mecânicos para uma maior produtividade no processo de retirada de impurezas, separação dos grãos e preparo de um produto final valorizado para ser comercializado. Depois de algumas décadas, esses engenhos mecânicos passaram a ser produzidos no próprio território nacional, por fábricas como a Companhia Lidgerwood e outras instaladas em Campinas.

A inauguração, em 1872, da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, ensejou mudanças definitivas na economia e na paisagem urbana. A ferrovia substituiu o transporte outrora realizado pelas tropas de mulas e carros de boi. A estação foi progressivamente marcando a paisagem urbana, sendo remodelada nos moldes atuais em fins do século XIX e alvares do XX. O novo ícone enseja a remodelação da rua Campos Sales, principal via de acesso à cidade por meio da ferrovia.

A chegada da ferrovia revoluciona o processo de produção do café, pois permite um gigantesco aumento das margens de lucro por reduzir o custo do frete e eliminar as perdas. Além disso, permite um fácil deslocamento da mão de obra e potencializa o intercâmbio de mercadorias assim como uma diversificação da estrutura produtiva capitalista com a criação de um mercado interno que, além de apresentar uma maior especialização produtiva no ramo do café, consolidou-se também em outras esferas, tanto na produção agrícola de alimentos quanto nas primeiras fábricas e reformas urbanas. Essas

primeiras fábricas estão relacionadas tanto ao beneficiamento do café e outras commodities agrícolas como com maquinário relacionado diretamente à ferrovia - como oficinas de reparos mecânicos, novas máquinas e ferramentas produzidas por casas de fundição - e à economia do café - máquinas agrícolas.

Todos esses fatores aceleraram "o fim dos grandes latifúndios tradicionais e o surgimento de verdadeiras empresas agrícolas do café" (SEMEGHINI, 1980, p. 36), estimulando assim uma acumulação de capital expressiva em meados dos anos 1870, que foi diversificada em outros segmentos operados pela iniciativa privada, relacionados ao café ou não, tais como empresas, bancos, comércio e serviços.

Surgem inúmeras empresas (massas alimentícias, cervejaria, tecidos, artigos de couro e sabão) (CARVALHO, 1991, p. 22) e Campinas se estabelece como polo de atividade urbana no setor de comércio e serviços.

Todavia, o aumento da população e as condições sanitárias decorrentes de uma cidade rodeada por córregos e áreas brejosas ensejou os surtos de febre amarela - o primeiro em 1889, 1890 o segundo, 1892 o terceiro, 1896 o quarto e 1897 o quinto e último. As epidemias levaram consigo mais de dois mil mortos, o que refletiu diretamente no desenvolvimento das atividades urbanas, com o fechamento de muitos estabelecimentos e a evasão de muitos escritórios e empresas para outras cidades, sobretudo para a capital, levando consigo vários funcionários que antes residiam em Campinas.

A partir de 1897 os preços internos e externos do café caíram gerando uma longa crise que perdurou até 1910, durante o segundo ciclo que se estende de 1918 até 1929, vivendo novo período de inflexão com a crise econômica mundial decorrente da quebra da bolsa de valores de Nova Iorque.

Durante esse segundo ciclo do café, a agricultura, a pecuária, a indústria e as funções urbanas passaram por importantes transformações, operando alterações substantivas na paisagem urbana.

No caso da agricultura, a cidade de Campinas aumentou sua produção de algodão e arroz, além de uma parcela significativa na plantação de cana, milho, feijão, hortigranjeiros, frutas e atividade pecuária, mantendo as plantações de café em plano secundário e em franco processo de diminuição em meados dos anos 1920.



ESTAÇÃO FERROVIÁRIA - ATUAL COMPLEXO FEPASA - MIS. BMC_146



GALPÕES DA E.F. PAULISTA. MIS. BMC_140

PRÉDIO DO RELÓGIO

– Oficina das locomotivas –
Inaugurado em 1903

Complexo pátio ferroviário – tombado em 2014 –
como patrimônio histórico localizado no bairro Vila Industrial
na rua Sales de Oliveira, 1380

**Estação Guanabara pertencente à extinta
Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, existente até hoje .
Sua frente dava para a Avenida Barão de Itapura.**



ESTAÇÃO GUANABARA. MIS. BMC_141

A diversificação da economia decorre do crescimento do mercado interno, da urbanização e da imigração, fazendo com que aumentasse o número de pequenas e médias propriedades operadas por imigrantes, nos chamados núcleos coloniais, por meio da concessão de crédito por parte do governo. Embora tenha tido um aumento expressivo de pequenas e médias propriedades, 75% de todas elas ainda correspondia às poucas grandes propriedades detidas por barões do café, em geral, gente de São Paulo. Esses clãs familiares estudados por Maria Rita Amoroso até hoje detêm as glebas envoltórias à cidade, configurando uma paisagem cultural hoje ameaçada de destruição pelas pressões do mercado imobiliário e da falta de políticas públicas para sua conservação enquanto conjunto.

O capital diversifica-se e a indústria desenvolve-se em Campinas. Em 1928, Campinas foi considerada a segunda sub-região de maior peso industrial do estado, atrás apenas de Sorocaba, desconsiderando-se a capital. Até 1920, a indústria têxtil era a maior no estado como um todo, apresentando, em 1907, 63% de suas fábricas e dos operários localizados no interior, sendo Campinas um dos seus pólos de desenvolvimento. Para além da indústria têxtil, que foi se diversificando com o tempo, Campinas se destaca por indústrias do setor de base agrícola rural de beneficiamento de algodão, café, cana, arroz, milho e açúcar, sendo a maior a Usina Esther. O setor mecânico e metalúrgico também tem uma grande relevância devido à cidade ser um importante entroncamento ferroviário, envolvendo a Paulista, a Mogiana, a Sorocabana e a Funilense, além do Ramal de Cabras. Nas primeiras décadas do século XX foi perdendo a relevância principalmente com a ida das indústrias Mac Hardy e Lidgerwood para a capital.

A partir de 1920 até 1929 o maior crescimento observado foi o da indústria têxtil, tendo como marco uma grande fábrica de chapéus que se estabeleceu em Campinas. Além disso, aumentou significativamente o setor de bens de consumo como o de produtos alimentares, bebidas, madeiras, mobiliários e metalurgia.

Nota-se um aumento considerável de indústrias menores e pequenos estabelecimentos dos mais diversos ramos que até então não tinham um espaço muito grande na região, principalmente de materiais de construção como vidros, ladrilhos, mosaicos e pregos. Todas essas transformações foram não apenas um reflexo da urbanização movida pelos investimentos privados, mas também acompanhadas por legislações municipais de incentivo, sendo a década de 1920 importante na isenção de impostos sobre algumas indústrias e profissões e até mesmo na cessão de terrenos para tais atividades.

Foi durante a década de 1920 que a economia cafeeira atingiu

seu apogeu, dinamizando diversos segmentos urbanos para além do setor da agricultura de alimentos e matéria prima, caminhando para um novo padrão de acumulação que supera a acumulação agrário-exportadora da época. A demanda externa do café nesse momento é altíssima, assim como seus preços. A safra de 1927 e 1928 foram menores que as anteriores até que em 1929 e 1930 elas se tornam enormes novamente, correspondendo ao valor de quatro anos de exportações habituais naquela década.

As Plantas de 1900 e 1929, analisadas comparativamente, dão a medida do crescimento da cidade e a natureza dos seus equipamentos e atividades produtivas.

Também permitem perceber os resultados das operações de "Melhoramentos Urbanos" realizadas na Primeira República (1889-1930).

A Planta de 1900, organizada por Leopoldo Amaral, revela a mudança de eixo, tendo a Matriz de N. S. Conceição a função de nova centralidade. As ruas Campos Sales e Francisco Glicério polarizam as principais atividades urbanas de comércio e serviços. A primeira, relacionada à ferrovia, polariza fábricas, hotéis, escritórios. A segunda, converte-se no coração do comércio elegante da cidade, especialmente no Largo da Matriz, ladeado pelas ruas Costa Aguiar e 13 de Maio.

O Código de Posturas de 1880, associado ao Código Sanitário de 1894 e às Leis Municipais de 1895 e 1896, ensejam grandes operações de Melhoramentos e Embelezamentos Urbanos. Pântanos foram transformados em parques e praças, como por exemplo a Praça Carlos Gomes. Ruas e praças foram arborizadas. Novos equipamentos marcam a paisagem urbana: hospitais, como o Circolo Italiani Uniti (fundado em 1881) e a Beneficência Portuguesa; fábricas como a Lidgerwood e a MacHardy; sedes de empresas como o Palácio da Mogiana; hotéis como o Hotel Vitória; a nova sede da Estação Ferroviária da Cia Paulista; escolas como a Escola Normal, o Grupo Escolar, o Ginásio, o Liceu de Artes e Ofícios, o Colégio Culto à Ciência e a Creche Bento Quirino.

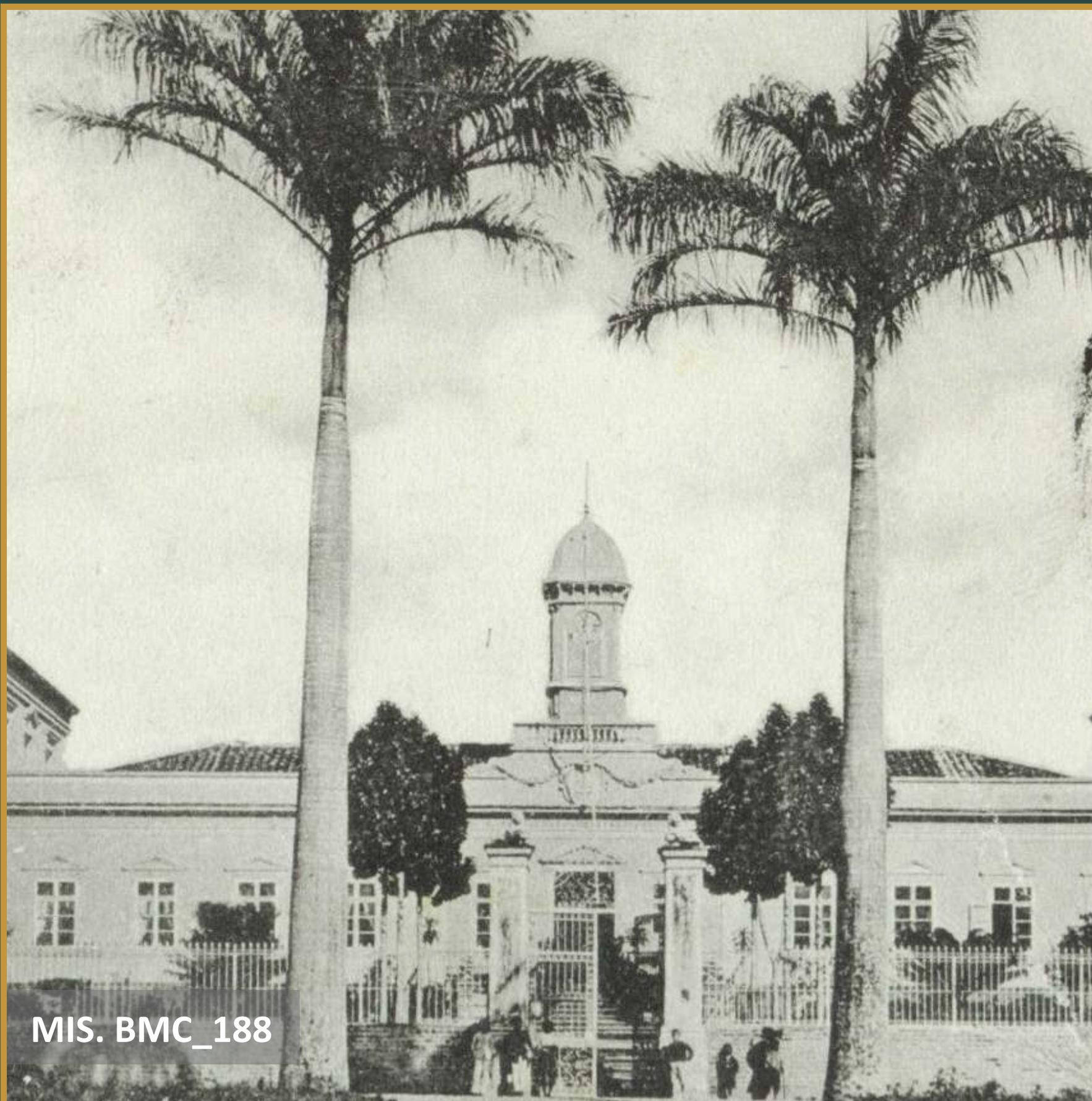


COMPANHIA MAC HARDY - ARMAZÉNS, ESCRITÓRIOS, OFICINA MECÂNICA E CARPINTARIA. SITUADA ONDE HOJE É AV. ANDRADE NEVES - MIS BMC_018



MIS. BMC_203

Maternidade de Campinas
Avenida Andrade Neves



MIS. BMC_188

**Cartão Postal elaborado pela Casa Genoud editora 1879
Real Sociedade de Beneficência Portuguesa, rua Onze de Agosto - Centro de Campinas**



MIS. BMC_184

**Hospital - Real Sociedade Portuguesa de Beneficência – 1879
rua Onze de Agosto - Centro de Campinas.**



**Hospital Irmãos Penteado – Santa Casa de Misericórdia 1876
Av Julio de Mesquita – Cambuí**



MIS. BMC_212

Capela da Nossa Senhora da Boa Morte



SOCIEDADE PORTUGUESA DE SOCORROS MÚTUOS. MIS. BMC_195

prédio - Sociedade Portuguesa de Socorros Mútuos
foto do catálogo de propaganda de 1928
que depois passou a ser o hospital Coração de Jesus.



ESCOLA COMPLEMENTAR DE CAMPINAS. MIS. BMC_001

Escola Complementar - foto antiga -
Rua Treze de Maio, esquina Rua Glicério,
sem a linha de bonde que chegaria.

CURSO PRIMARIO

INSTITUTO
COMMERCIAL

CURSO GYMNASIAL

EXTERNATO

SÃO LUIZ

EXTERNATO SÃO LUIZ MIS. BMC_068

Externato São Luiz
Instituto comercial - 1921



EXTERNATO TIRADENTES. MIS. BMC_069

Externato Tiradentes de 1904



S.ª Campinas
Martín R. da boa Vista, 49, S Paulo

Phot de H. Rosen.

MIS. BMC_029

COLLEGIO CULTO À SCIENCIA

ESTABELECIDO

DESDE O MEZ DE JANEIRO DE 1874

Litografia Jules Martin
Colégio Culto A Ciência



SACRÉ COEUR, COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. MIS. BMC_041

Colégio Sagrado Coração de Jesus
– Rua José Paulino –
Centro de Campinas 1908



MIS. BMC_055

Escola Normal – Carlos Gomes em obras.



**Escola Normal – Carlos Gomes - observar jardins e escadas
sem as grades de hoje, de 1902**



Escola Normal - Carlos Gomes -
com Jardins Integrados a rua.



4° GRUPO ESCOLAR DE CAMPINAS, ATUAL E. E. OROSIMBO MAIA. MIS. BMC_033

Grupo Escolar – Orosimbo Maia –
na Avenida Andrade Neves



MIS. BMC_046

Liceu de Artes e Ofícios Nossa Senhora Auxiliadora de 1897



MIS. BMC_047

Liceu de artes e ofício hoje - Liceu Nossa Senhora Auxiliadora.
Estrutura de tijolos aparente



MIS. BMC_048

Liceu Nossa Senhora Auxiliadora - cartão postal - revestimento finalizado



Liceu de Artes e ofício hoje - Liceu Nossa Senhora Auxiliadora.
Estrutura de tijolos a vista



MIS. BMC_037

Colégio Progresso – antes do alargamento da Avenida Júlio Mesquita



Colégio Progresso – antes do alargamento da Avenida Júlio Mesquita

Destacam-se também a Cadeia Nova, os novos cemitérios, o mercado municipal, o matadouro, o desinfectório, todos deslocados para as áreas lindeiras ao perímetro urbano por questões higienistas.

As igrejas, seguindo o padrão da nova matriz, altearam-se e ganharam campanários mais evidentes.

A Igreja de São Benedito, outrora dedicada à irmandade de afrodescentes, mereceu a renovação de seu largo.

O Teatro Carlos Gomes foi construído em 1922, demolindo o antigo teatro São Carlos de 1847.

Sedes de diversas casas bancárias – nacionais e internacionais – marcam a paisagem urbana dando pistas dos negócios ali operados.

Boa parte das obras foram assinadas pelo engenheiro-arquiteto patricio, Francisco de Paula Ramos de Azevedo.

As ruas novas alargaram-se, sendo obrigatório no mínimo 15 metros de largura, e o calçamento ganhou paralelepípedos para comportar os bondes elétricos e automóveis. As ruas ganharam um sistema de drenagem que permitiu o escoamento das águas pluviais.

A arborização invadiu toda a cidade, tendo uma função higienista, ao renovar o ar e drenar a água do solo, além de embelezar.

O tijolo generalizou-se como material construtivo, proibindo-se as construções em taipa de pilão e de mão, além das rótulas e balcões treliçados outrora vigentes nas janelas e balcões.

As platibandas esconderam os largos beirais dos telhados para evitar o lançamento das águas pluviais nos transeuntes.

Por fim, tabernas, botequins, hotéis e qualquer outro estabelecimento onde se vendiam comestíveis, bem como os cortiços e casas análogas passaram a ser alvos da municipalidade, proibidos e expurgados do perímetro urbano, assim como os ofícios indesejados.

A cidade da República remodela-se ao sabor dos novos interesses em jogo e dos empresários e capitalistas que fazem de Campinas um polo de comércio e serviços.

Nota-se a exigência de plantas para aprovação das novas construções e reformas, medida que resulta na importante coleção de desenhos arquitetônicos que acompanham as permissões de construções, hoje guardadas no Arquivo Municipal, e estudada por Rita Francisco e Mônica Frandi Ferreira.

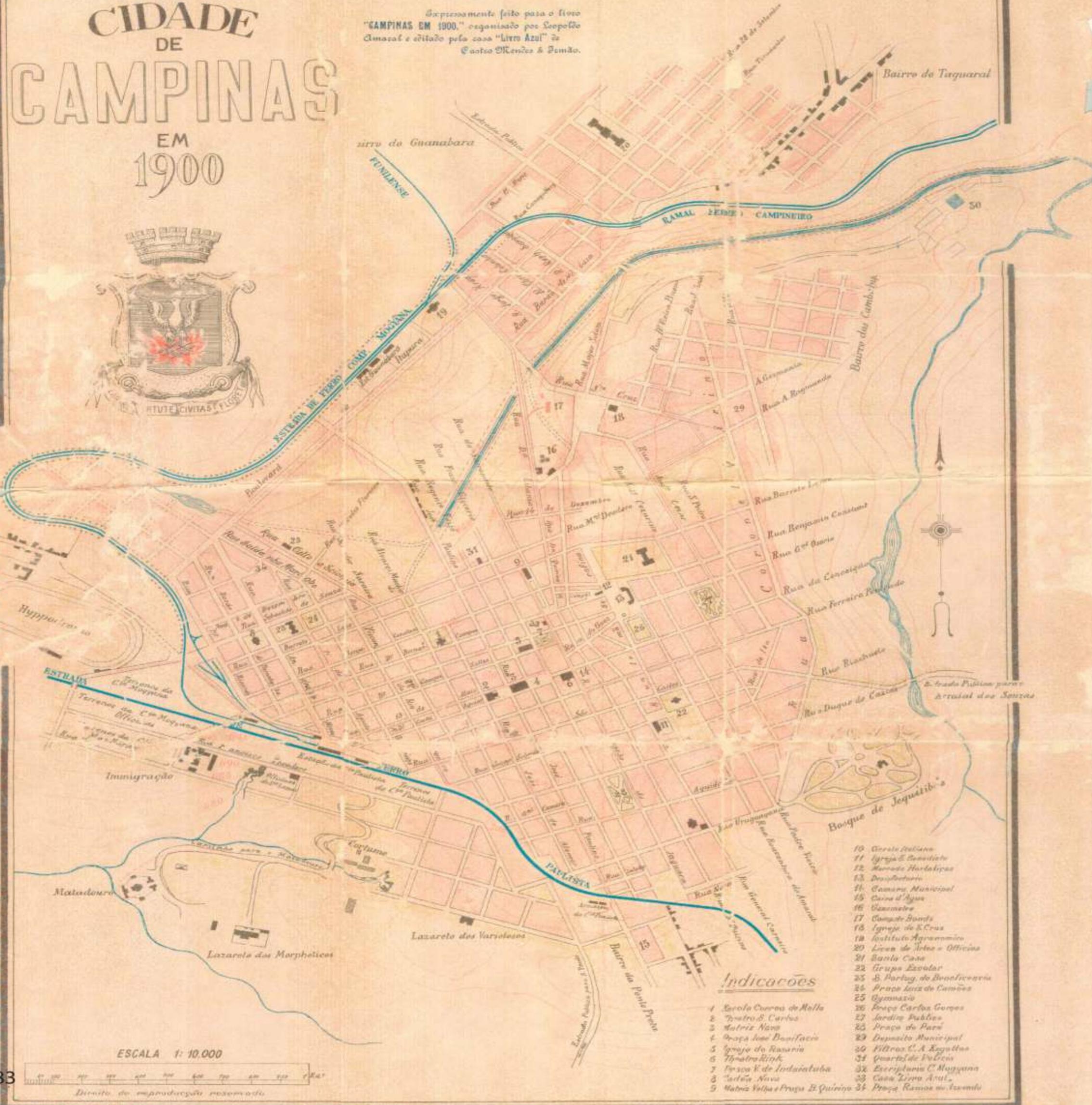
As normativas urbanísticas elevam o pé-direito das casas e das aberturas e janelas, para garantir insolação e ventilação adequadas nos imóveis. Obrigam a introdução do porão de no mínimo 50 cm e proíbem as alcovas – cômodos não ventilados ou iluminados diretamente.

Para garantir a salubridade almejada:

- Pátios destinados a dar luz e ar a quartos de habitação, deverão ter o seu lado mínimo igual, ao menos, a 1/3 da altura do edifício, não podendo ter menos de três metros.
- § 6º As áreas destinadas à ventilação dos vestíbulos, corredor, quartos de banhos e cozinhas deverão ter uma extensão mínima de 9 metros, não podendo a largura ter menos de 2 metros.
- Art. 6. - As casas destinadas somente a servirem de depósito de gêneros, armazém ou qualquer estabelecimento comercial, e que não sejam destinadas para habitação coletiva, poderão ter os pátios e áreas cobertos por clarabóias feitas de forma a permitirem uma ventilação enérgica. As clarabóias virão indicadas nas seções transversais e longitudinais, para que o engenheiro municipal possa aprová-las ou não.

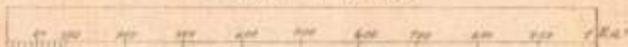
CIDADE DE CAMPINAS EM 1900

Expressamente feito para o livro "CAMPINAS EM 1900," organizado por Leopoldo Amaral e editado pela casa "LIVRO AZUL" de Carlos Mendez & Filho.



- Indicações**
- 1 Escola Carlos de Mello
 - 2 Teatro S. Carlos
 - 3 Matriz Nova
 - 4 Praça José Bonifácio
 - 5 Igreja do Rosário
 - 6 Theatro Rink
 - 7 Praça V. de Indaialuba
 - 8 Igreja Nova
 - 9 Matriz Velha e Praça B. Quirino
 - 10 Corral Italiano
 - 11 Igreja S. Bonifácio
 - 12 Mercado Hortaliças
 - 13 Desfileiro
 - 14 Câmara Municipal
 - 15 Casa d'Água
 - 16 Canaletes
 - 17 Campo Verde
 - 18 Igreja de S. Cruz
 - 19 Instituto Agronômico
 - 20 Liceu de Artes e Ofícios
 - 21 Santa Casa
 - 22 Grupo Exaltado
 - 23 S. Paray de Bonifácio
 - 24 Praça Luiz de Camões
 - 25 Gymnasio
 - 26 Praça Carlos Gomes
 - 27 Jardim Público
 - 28 Praça do Pará
 - 29 Depósito Municipal
 - 30 Filarm. C. A. Egypcio
 - 31 Quartel de Polícia
 - 32 Escripção C. Mogiana
 - 33 Casa Livro Avul.
 - 34 Praça Ramos de Azevedo

ESCALA 1:10,000



Direito de reprodução reservado.



CASA DAS ANDORINHAS. MIS. BMC_013

Mercado de Hortaliças
coberto de andorinhas e a sua frente as escadas
para subir para a Escola Normal.
Observar que as ruas estão calçadas

A cronologia das leis municipais relacionadas à remodelação da cidade dá a medida do teor das transformações

- Código de Posturas de Campinas de 1880
- Lei Municipal nº 29 de 11/01/1894
- Lei Municipal nº 31 de 14/02/1894
- Resolução Municipal nº 12 de 12/05/1894
- Lei Municipal nº 43 de 27/08/1895
- Regulamento da Lei nº 43 de 22/09/1896
- Lei Municipal nº 163 de 27/09/1912
- Lei Municipal nº 198 de 02/01/1914
- Lei Municipal nº 223 de 22/12/1917
- Lei Municipal nº 245 de 14/06/1919
- Lei Municipal nº 257 de 21/09/1920
- Lei Municipal nº 264 de 29/10/1920
- Lei Municipal nº 265 de 23/11/1920
- Lei Municipal nº 379 de 19/02/1926
- Lei Municipal nº 400 de 26/02/1927
- Lei Municipal nº 401 de 26/02/1927
- Lei Municipal nº 407 de 25/05/1927
- Lei Municipal nº 428 de 11/07/1928
- Decreto nº 76 de 16/03/1934

Código de Posturas de Campinas de 1880

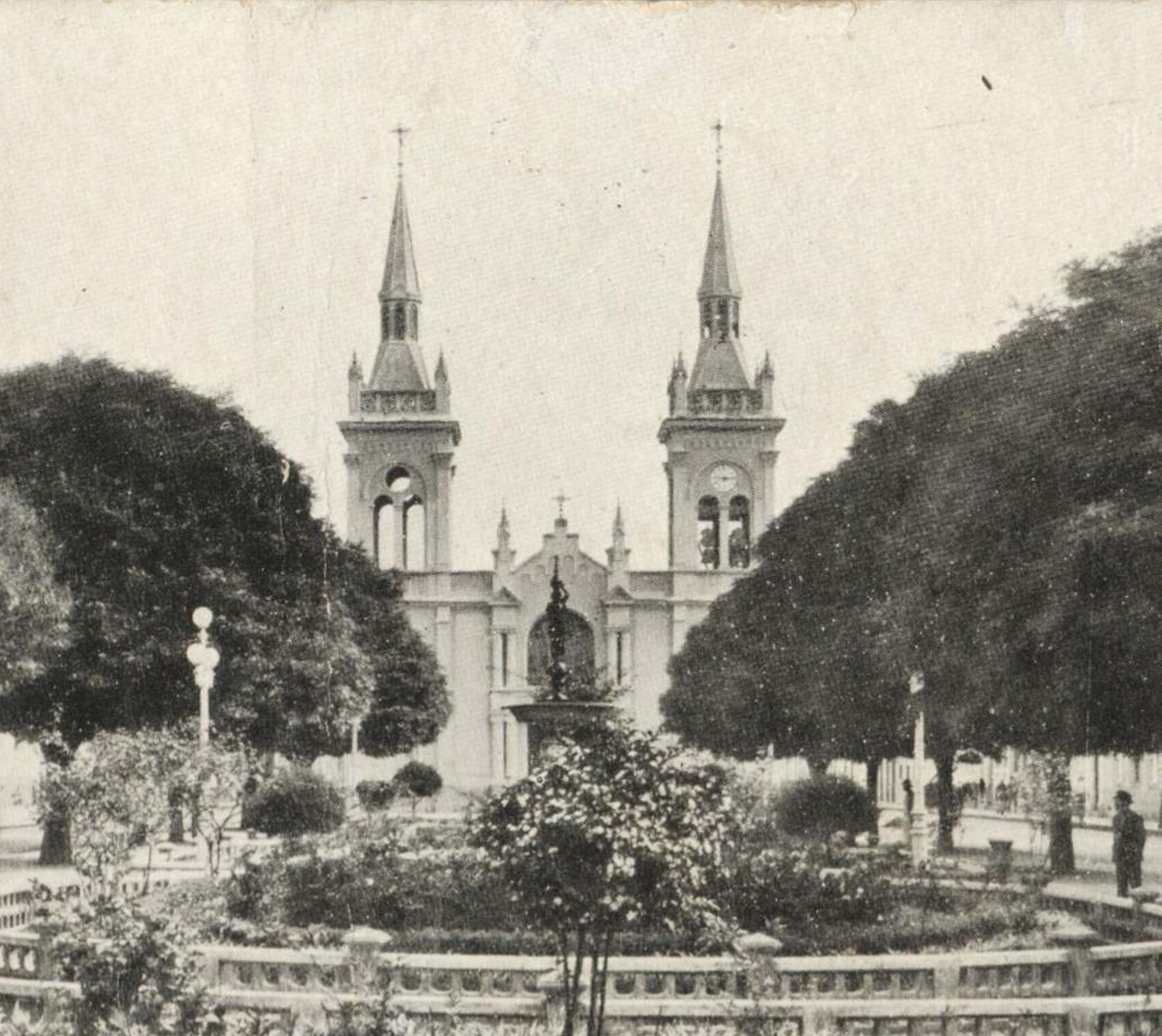
- Art. 1º. As ruas, travessas ou avenidas que se abrirem na cidade terão pelo menos quinze metros de largura e serão alinhadas com toda regularidade, salvo se qualquer obstáculo invencível se opuser a esta medida. As praças ou largos serão quadrados, exceto se por necessidade ou por aformoseamento se entender que deva ser modificada essa forma.
- Art. 2º. Quando a Câmara tiver feito o calçamento ou abaulamento de uma rua por qualquer sistema que adotar, os proprietários de Casas ou terrenos com frente para a mesma rua, serão obrigados, dentro do prazo improrrogável de três meses, depois de concluída a obra municipal, a fazerem calçar as respectivas testadas.
- § 2º A Câmara, logo que resolver o calçamento ou abaulamento de qualquer rua, fará publicar por editais, com a precisa antecedência, as condições em que deve ser feito o calçamento das mesmas testadas, e igualmente mandará dar aí guias dos respectivos nivelamentos; devendo os proprietários pagar os competentes emolumentos.

- Art. 6º. Os possuidores de terrenos na cidade, por qualquer espécie de título, serão obrigados a edificar ou murar ditos terrenos. Neste último caso a Câmara marcará um prazo razoável, em edital para ser feito o muro.
- § 1º Os muros serão de tijolos, pedra ou qualquer outro material aceito nas construções modernas. Nos lugares úmidos ou muros poderão ser substituídos por outra qualquer espécie de fecho, precedendo licença da Câmara.
- § 3º O muro ou fecho terá de altura 3 metros e dez centímetros dentro de um quadro marcado pela Câmara, e dois metros e cinquenta centímetros fora deste quadro. Este quadro poderá ser alterado pela Câmara quando ele julgar conveniente. Os infratores de qualquer das disposições acima estabelecidas incorrerão na multa de 30\$000 rs, além de ser feita ou reformada a obra a sua custa.
- Art. 7º Os portões que derem entrada para qualquer terreno dentro da cidade não poderão ter menos de um metro e quarenta centímetros de largura e dois metros e cinquenta centímetros de altura. As respectivas folhas, quer de madeira, quer de grade de ferro, serão pintadas. Os infratores incorrerão na multa de 20\$ rs, além de ser feita ou reformada a obra a sua custa.
- § 1º (Art. 8º) Deverão ter 5 metros pelo menos de altura medidos do nível da rua até o forro da beira do telhado ou até o começo da platibanda se forem deste sistema; isto nos primeiros pavimentos das frentes; no segundos deverão ter quatro metros e quarenta centímetros e três metros e sessenta centímetros nas demais, salvo se medidas de segurança e solidez exigirem maior ou menor dimensão do segundo pavimento em diante.
- § 2º (Art. 8º) As respectivas portas terão não menos de dois metros e vinte e cinco centímetros de altura e um metro e vinte centímetros de largura; e as janelas um metro e quarenta centímetros de altura e um metro e vinte centímetros de largura.
- § 4º (Art. 8º) As portas e janelas não poderão ter rótulas pão, postigos, cancelas, balcões ou folhas que deitam para a rua. As sacadas ou peitoris das janelas de sobrado deverão ser de ferro, mármore ou qualquer outro metal ou pedras estimados nas construções modernas, mas nunca de rótulas ou grades de madeira.



ANTIGA IGREJA MATRIZ DE CAMPINAS ATUAL
BASÍLICA NOSSA SENHORA DO CARMO - MIS BMC_227

- § 7º (Art. 8º) As portas ou janelas não poderão ter escadas ou degraus salientes para a rua. ...
- Art. 9º As casas ou edifícios antigos que não estiverem nas condições do artigo antecedente, ficarão sujeitas a elas, quando tenham de ser reconstruídos, ou quando passarem por qualquer conserto na renovação das paredes da frente, inclusive esteios e telhados.
- § 1º Nessas condições compreendem-se alinhamento e nivelamento, se as casas ou edifícios estiverem fora das prescrições legais quanto a estes pontos. Os infratores destas disposições incorrerão nas penas do artigo anterior.
- Art. 16 As casas ou muros, cujo frente não for construída de mármore, cantaria, tijolos ou qualquer outro material adotado nas construções modernas; e que dispensar pintura, deverão ser pintadas ou caiadas. Quando a pintura for feita a óleo, esta se renovará de quatro em quatro anos, quando for feita a cal se renovará de dois em dois anos; salvo se os proprietários demonstrarem a inutilidade dessa medida, provando que a pintura ou caiação se acha em perfeito estado, devendo estes fatos serem averiguado por uma comissão da Câmara, ou pelo fiscal a mandado dela. Os infratores incorrerão na multa de 30\$ rs, além de ser feita a obra a sua custa.
- Art. 18 Nenhum edifício poderá ser construído fora do alinhamento das ruas, exceto se for dentro de terrenos murados na conformidade das presentes posturas. Os infratores incorrerão na multa de 30\$000 e ficarão sujeitos a demolir a obra ou fazer o muro e portão na forma estabelecida.
- Art. 21 Os que possuem edifício, muro ou tapagem de qualquer espécie em estado de ruína ameaçando desastre ou perigo, serão obrigados a demoli-lo em todo ou em parte, conforme for total ou parcial a ruína. Se o não fizerem sob intimação e prazo marcado pelo fiscal, dará este incontinentemente parte da Câmara que conhecendo do caso professará sua decisão. Os infratores donos do edifício, muro ou tapagem incorrerão na multa de 30\$000 rs e oito dias de prisão, além de ser feita a obra a sua custa. Outro sim, serão constrangidos a pagar as despesas que se fizerem com exames e mais atos precisos.
- Art. 51 É proibido abrir latrinas à não ser pelo menos dois metros distante do terreno alheio, salvo o caso de impossibilidade verificada pelo Fiscal. As latrinas devem ser feitas com as necessárias cautelas a fim de evitarem-se o mas possível exalações mefíticas. Além disso, devem ser desinfetadas pelos meios próprios, pelo menos três vezes durante o ano. Os infratores incorrerão na multa de 30\$, além de ser feito ou reformado o serviço a sua custa.
- Art. 62. São obrigados a conservarem sempre limpos, e a fazerem cair ou pintar, ao menos uma vez por ano, os seus respectivos prédios:
 - 1º Os donos de tabernas, botequins, hotéis e qualquer outro estabelecimento onde se vendam comestíveis.
 - 2º Os donos de cortiços e casas análogas.
 - 3º Os hospitais, casas de saúde e enfermarias. Os infratores incorrerão na multa de 30\$ além de ser feito o serviço a sua custa.
- Art. 77 As casas de negócio que não tiverem corredor ou outra saída qualquer, só poderão abrir passagem suficiente para entrada ou saída dos respectivos donos ou empregados, sem, contudo deixarem aberta nenhuma das portas.
- Art. 81 OS carros de aluguel estacionaram nos lugares que a Câmara ou a Polícia designar, deixando sempre espaço livre pelas ruas laterais para o trânsito público. É lícito percorrer as ruas mesmo sem passageiros, mas neste caso deverão andar a passo, e nunca a trote ou carreira do animais. Os infratores incorrerão na multa de 20\$ e no duplo nas residências.
- Art. 94 Os cemitérios serão fechados com muros de 2 metros e 50 centímetros pelo menos de altura.
- Art. 101 A Câmara, logo que as circunstâncias do seu cofre o permitirem, fará levantar uma planta e plano geral da cidade com os competentes requisitos e nos termos precisos da ciência. Por essa planta e plano, que estarão sempre expostos a quem quiser examiná-los, se tirarão daí em diante os alinhamentos e nivelamentos para todas as construções.



ANTIGA IGREJA MATRIZ DE CAMPINAS ATUAL BASÍLICA NOSSA SENHORA DO CARMO
MIS BMC_226

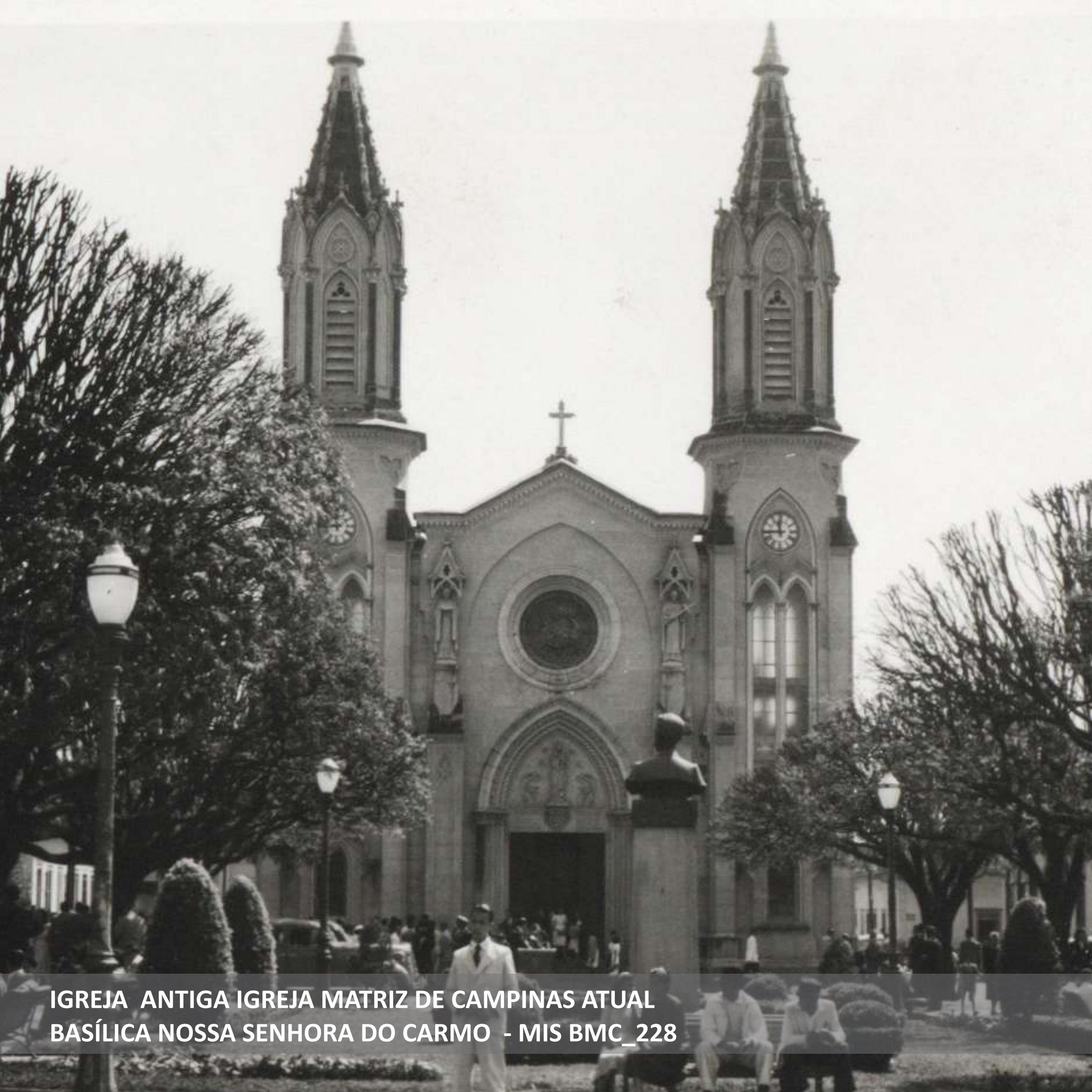
Lei nº 43 de 27 de agosto de 1895

- Art. 4º - As plantas ou projetos serão submetidas ao engenheiro municipal, na forma da citada lei nº 29 de 11 de janeiro de 1894, art. 3º, sem cujo exame e aprovação não se julgarão em condições legais para execução.
- Art. 5º - As casas ou edificações iniciadas ou feitas sem o visto de aprovação do engenheiro e licença da autoridade municipal serão desmanchadas por ordem da Intendência e à custa dos proprietários ou construtores, sob a pena estatuída na mesma lei nº 29, art. 5º.
- Art. 6º - No regulamento que o Poder Executivo Municipal expedir, estabelecendo as condições de higiene, de solidez e de aspecto, consolidará, de acordo com as exigências modernas arquitetônicas, as disposições que forem aproveitáveis e convenientes da Lei Providencial nº 20 de 10 de junho de 1880, em seu título 1º.

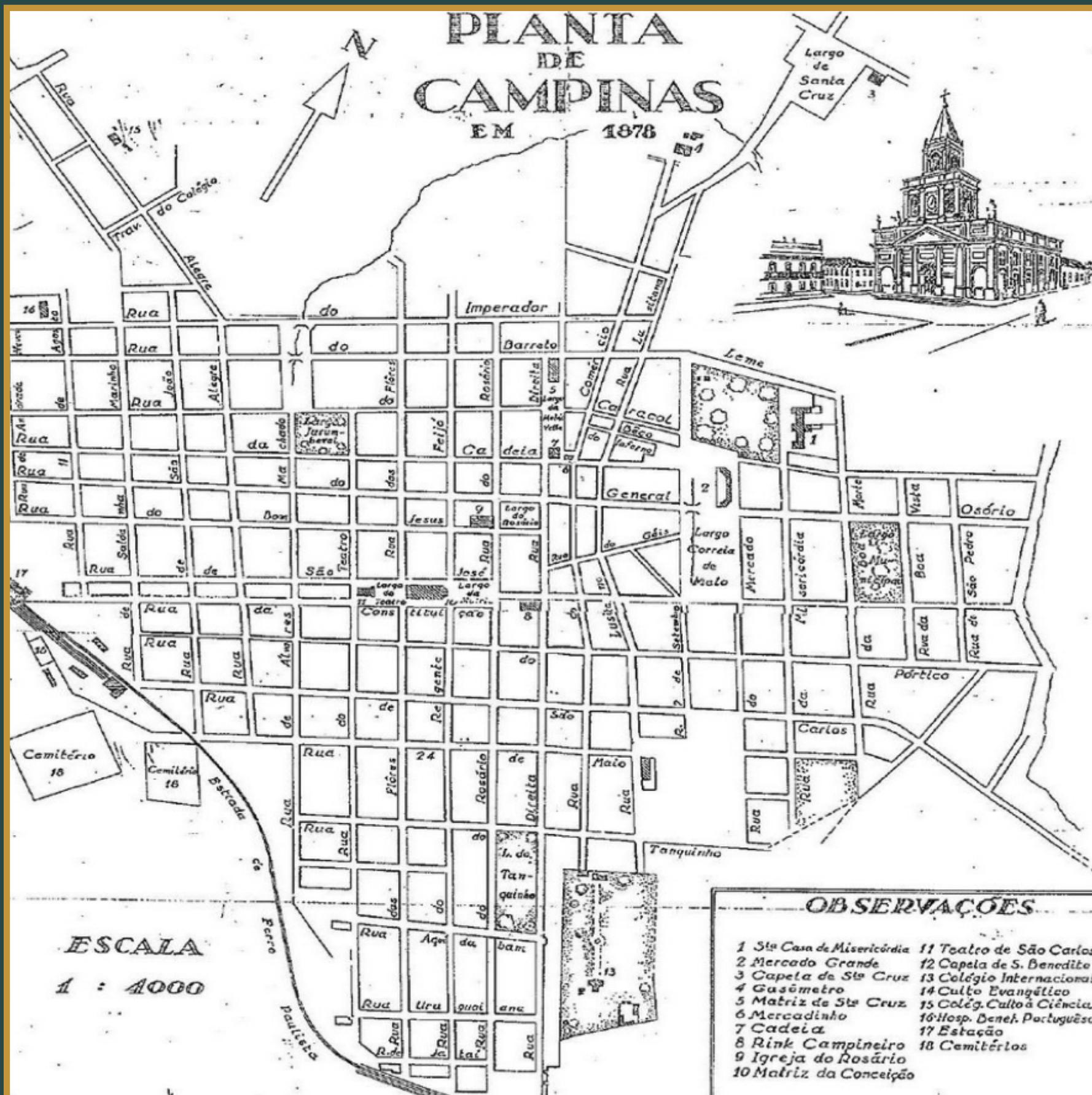
Regulamento da Lei n. 43 de 1896

- Art. 1 - ...
Planta completa da obra a fazer-se, compreendendo:
Planta de cada pavimento
Elevação geométrica das fachadas principais.
Secções longitudinais e transversais suficientes para a inteira compreensão do projeto, e em que se indicará com muito cuidado a colocação das latrinas, encanamento de esgotos, sifões e tubos de ventilação.
Planos completos de quaisquer dependências que tenham a mesma obra.
- Art. 3 § 1º As escalas mínimas serão de 1/100 por metro para as plantas e 1/50 para as elevações e secções.
- § 2º Os planos serão assinados pelo proprietário e pelo construtor que tenha de se encarregar da direção técnica das obras, cabendo ao primeiro a responsabilidade das obras e ao segundo a da exequibilidade do projeto e suas condições arquitetônicas.

- Art. 5 § 1º As casas destinadas somente a servirem de moradia ocuparão 2/3, no máximo, da área total do terreno, sendo o restante destinado às áreas, pátio, jardim, hortas ou qualquer espécie de logradouro descoberto.
- § 3º No fundo de cada prédio, com exceção destes últimos, será feito um pátio que ocupará a largura toda entre as paredes divisórias, e terá de fundo, no mínimo, um terço da altura do prédio.
- § 5º Além deste, todos os pátios destinados a dar luz e ar a quartos de habitação, deverão ter o seu lado mínimo igual, ao menos, a 1/3 da altura do edifício, não podendo ter menos de três metros.
- § 6º As áreas destinadas à ventilação dos vestibulos, corredor, quartos de banhos e cozinhas deverão ter uma extensão mínima de 9 metros, não podendo a largura ter menos de 2 metros.
- Art. 6. - As casas destinadas somente a servirem de depósito de gêneros, armazém ou qualquer estabelecimento comercial, e que não sejam destinadas para habitação coletiva, poderão ter os pátios e áreas cobertos por clarabóias feitas de forma a permitirem uma ventilação enérgica. As clarabóias virão indicadas nas secções transversais e longitudinais, para que o engenheiro municipal possa aprová-las ou não.
- § 1º Quando as casas a que se refere o art. 6 tiverem de ser habitadas nos andares superiores, a clarabóia deverá ser colocada logo acima do primeiro pavimento; entretanto, a área do fundo nunca poderá ser coberta.
- § 2º Todos estes logradouros terão calçamento impermeável, de ladrilho ou de cimento, ralos com capacidade suficiente para prompto escoamento das águas pluviais.
- Art. 7. - Os espaços do terreno destinado a jardim ou horta serão dispensados do calçamento, sendo, entretanto, nivelados de modo a que as águas pluviais possam ter prompto escoamento.



IGREJA ANTIGA IGREJA MATRIZ DE CAMPINAS ATUAL
BASÍLICA NOSSA SENHORA DO CARMO - MIS BMC_228



Planta de Campinas em 1878.



Planta de Campinas e seus edifícios principais levantada em 1878.

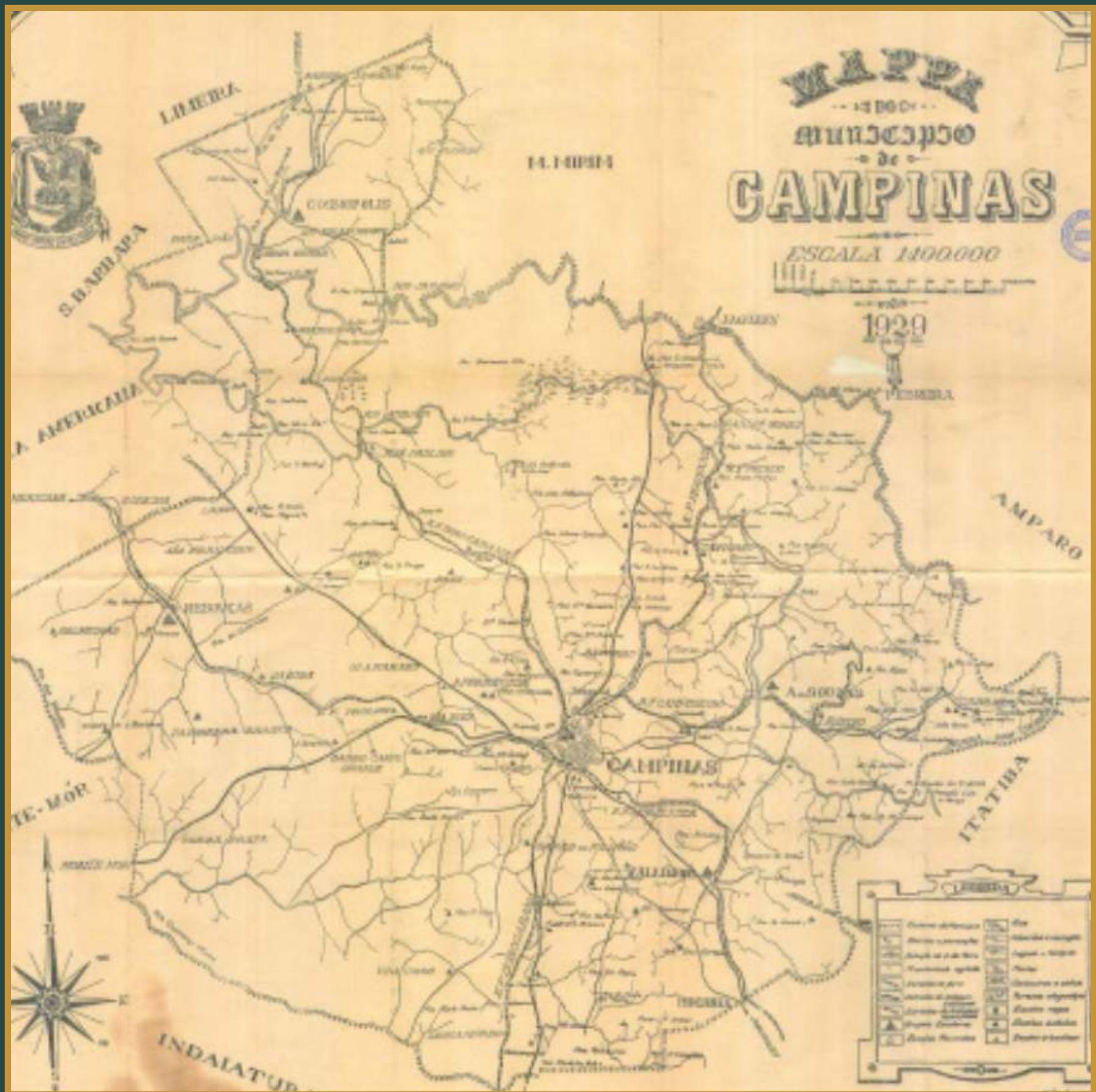
Campinas em 1900

1. Escola Correa de Mello
2. Theatro São Carlos
3. Matriz Nova (Catedral)
4. Praça José Bonifácio
5. Igreja do Rosário
6. Theatro Rink
7. Praça V. de Indaiatuba (Largo do Rosário)
8. Cadeia Nova
9. Matriz Velha e Praça Bento Quirino
10. Circolo Italiano
11. Igreja São Benedicto
12. Mercado Hortaliças
13. Desinfectório
14. Câmara Municipal
15. Caixa d'Água
16. Gasômetro
17. Companhia de *Bonds*
18. Igreja Santa Cruz
19. Instituto Agronômico
20. Liceu de Artes e Officios
21. Santa Casa
22. Grupo Escolar
23. S. Portuguesa de Beneficencia
24. Praça Luiz de Camões
25. Gymnazio
26. Praça Carlos Gomes
27. Jardim Público
28. Praça do Pará
29. Depósito Municipal
30. Filtros C. A Exgottos
31. Quartel de Polícia
32. Escriptório Cia. Mogyana
33. Casa “Livro Azul”
34. Praça Ramos de Azevedo
35. Cortume
36. Matadouro
37. Lazareto dos Morpheticos
38. Lazareto dos Variolosos
39. Hospedaria dos Imigrantes
40. Bosque dos Jequitibás
41. Estação Ferroviária

Reconstituição da Planta de 1900 e seus edifícios.

*Autora: Luiza Hespanhol. Bolsista
CNPQ/PIBIC, FAUUSP.*





Mapa de 1929.
Município de Campinas



MIS. BMC_226

**Antiga Igreja Matriz de Campinas atual
Basílica Nossa Senhora do Carmo -Praça Bento Quirino**

- Art. 8. - A altura dos edifícios e dos seus diferentes pavimentos, bem como as dimensões exteriores das portas e janelas, que se abrirem, serão reguladas pelo padrão seguinte:

Para o 1. pavimento 5.00

Para o 2. pavimento 4.50

para o 3. pavimento 4.00

- Art. 9. - As casas que tiverem de ser construídas dentro do perímetro da cidade não terão beirada de telhado saliente, nem tão pouco balanço algum superior a um metro nas fachadas sobre as ruas e praças ou quaisquer outros logradouros públicos.
- § 3º As aberturas das fachadas, portas, janelas, mezaninos, etc., guardarão as devidas proporções arquitetônicas, tendo-se sempre em vista a necessidade de dar ar e luz em quantidade precisa à higiene do prédio.
- § 5º As aberturas a que se refere o § 3 serão sempre dispostas de forma que, do ponto mais elevado de suas vergas, ao nível interno do forro das habitações, não haja distância superior a um metro, exceto nos casos em que as alturas dos pés direitos internos forem maiores do que os acima designados.
- Art. 10. - ... Em geral as janelas terão 2m20x1,10 de largura, sem contar as ombreiras, vergas e peitoris, e devem acompanhar o nível das vergas das portas.
- Art. 11. - Nenhum aposento ou divisão interna terá menos de sete metros quadrados de área livre, salvo os destinados a latrinas, banheiros, despensas e passagens, as quais terão entrada direta de ar e luz do exterior, por meio de quaisquer aberturas, contanto que a área total dessas aberturas esteja, pelo menos, na relação de 1/5 da área livre do quarto que devem ventilar, quando esta for superior a 10 metros quadrados, e de 1/3 quando for inferior.
- Art. 12. - Todas as casas assoalhadas terão o chão revestido de tijolos com cimento, com declive para escoamento das águas.
- § 1º Nas casas assoalhadas o espaço livre entre o chão e o soalho nunca será inferior a 0,20m de altura.
- Art. 13. - Os edifícios que não estiverem nos alinhamentos dos logradouros públicos, mas sim no interior de terrenos, terão sempre o pavimento de seu primeiro andar elevado de 0,60m, no mínimo, sobre o nível do terreno.

- Art. 14. - Nenhuma casa poderá ter degraus, escada ou outra qualquer construção sobre as calçadas.
- Art. 16 - As casas que tiverem de ser construídas nesta cidade, sendo de um andar deverão ter as paredes divisórias de tijolo e meio; sendo de mais de um andar, tais paredes, no pavimento térreo, deverão ser de dois tijolos, e nos outros pavimentos, de tijolo e meio.
- Art. 21.- Nas edificações dentro da cidade é proibida a construção de sótãos da cumieiras para a frente.
- Art. 22. - É proibida a construção de cortiços no município, salvo se forem rigorosamente observadas as seguintes condições:
- § 6º Quanto às casas contíguas, não poderá haver meação entre as paredes:
- Art. 23. - As meias águas só serão permitidas para dependências das casas, dentro dos quintais, com as águas caindo dentro do terreno, e não podendo em caso algum serem abertas janelas para as ruas.
- Art. 28. - As casas destinadas a açougues deverão ter portas de grades de ferro e revestimento nas paredes até 2m50 de altura, com ladrilho vidrado ou mármore.
- Art. 29. - Nas ruas, praças, etc. novamente abertas, não será permitida a construção de edifício algum com menos de 7 metros de desenvolvimento de fachada.
- Art. 33. - Os edifícios destinados a reuniões, assembleias, salas de espetáculos, etc., onde possa haver grande aglomeração de pessoas, além das prescrições gerais anteriores aplicáveis às casas particulares e palácios, serão obrigados a ter o seguinte:
 - aparelhos mecânicos para ventilação.
 - depósitos de água, colocados na parte superior, que permita uma inundação do edifício em caso de incêndio.
 - Promptas e fáceis saídas para o público esparsas em vários pontos, sendo as portas giratórias em piões, abrindo indiferentemente para qualquer dos lados.
 - Altas paredes que passam acima dos seus telhados, de modo a isolá-los dos vizinhos, se não forem isolados por passagens descobertas ou outra espécie de logradouro descoberto.
 - Latrinas, mictórios e toilettes para senhores, na proporção acima para as outras casas.

Arqueologia de uma paisagem

- § 4º Na construção destes edifícios empregar-se-á sempre que for possível material incombustível, e os vigamentos serão obrigatoriamente de ferro.

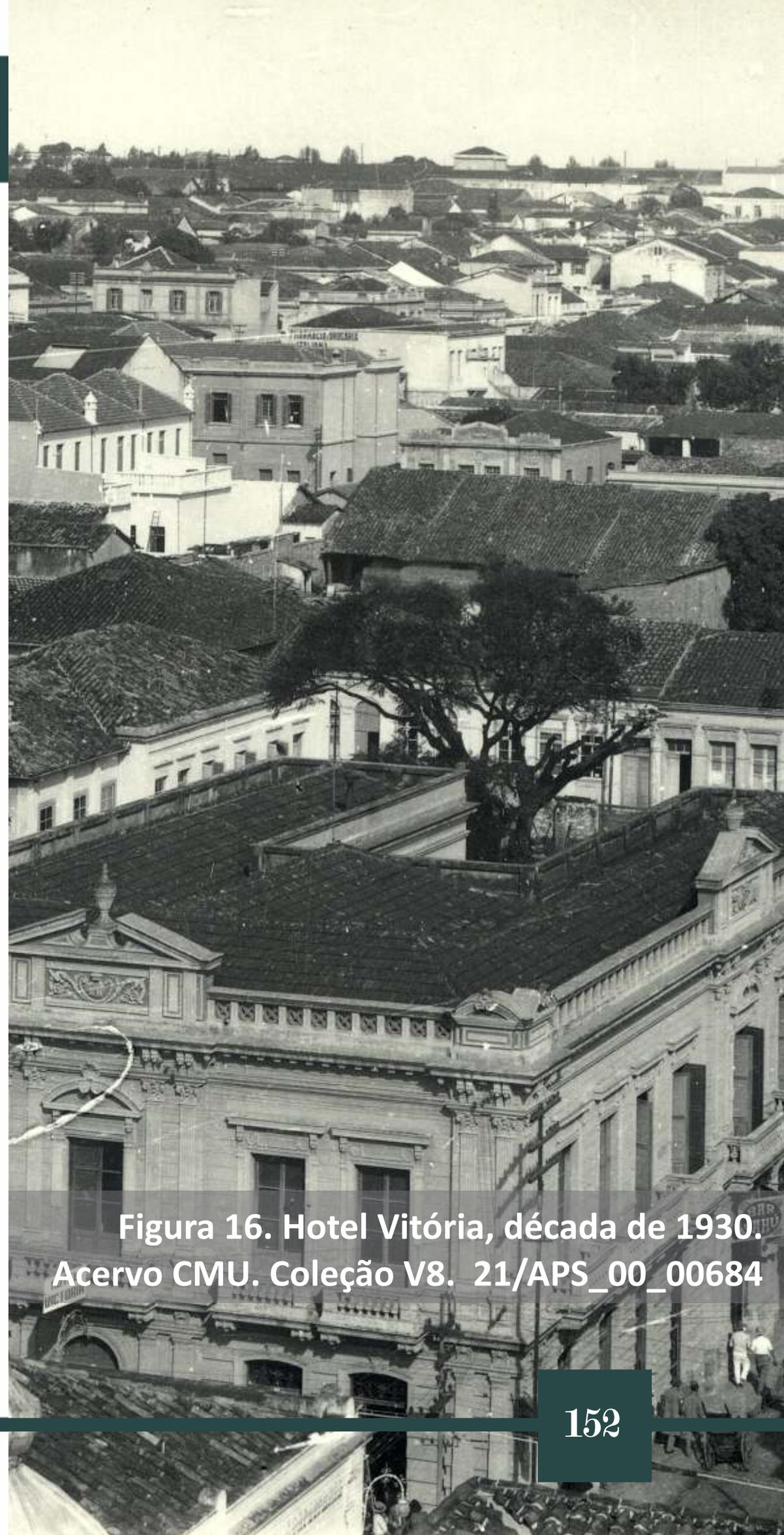


Hotel Vitória, década de 1930.
Acervo CMU. Coleção V8

**Imagens dão a medida da cidade
nas décadas de 1920 e 1930.**



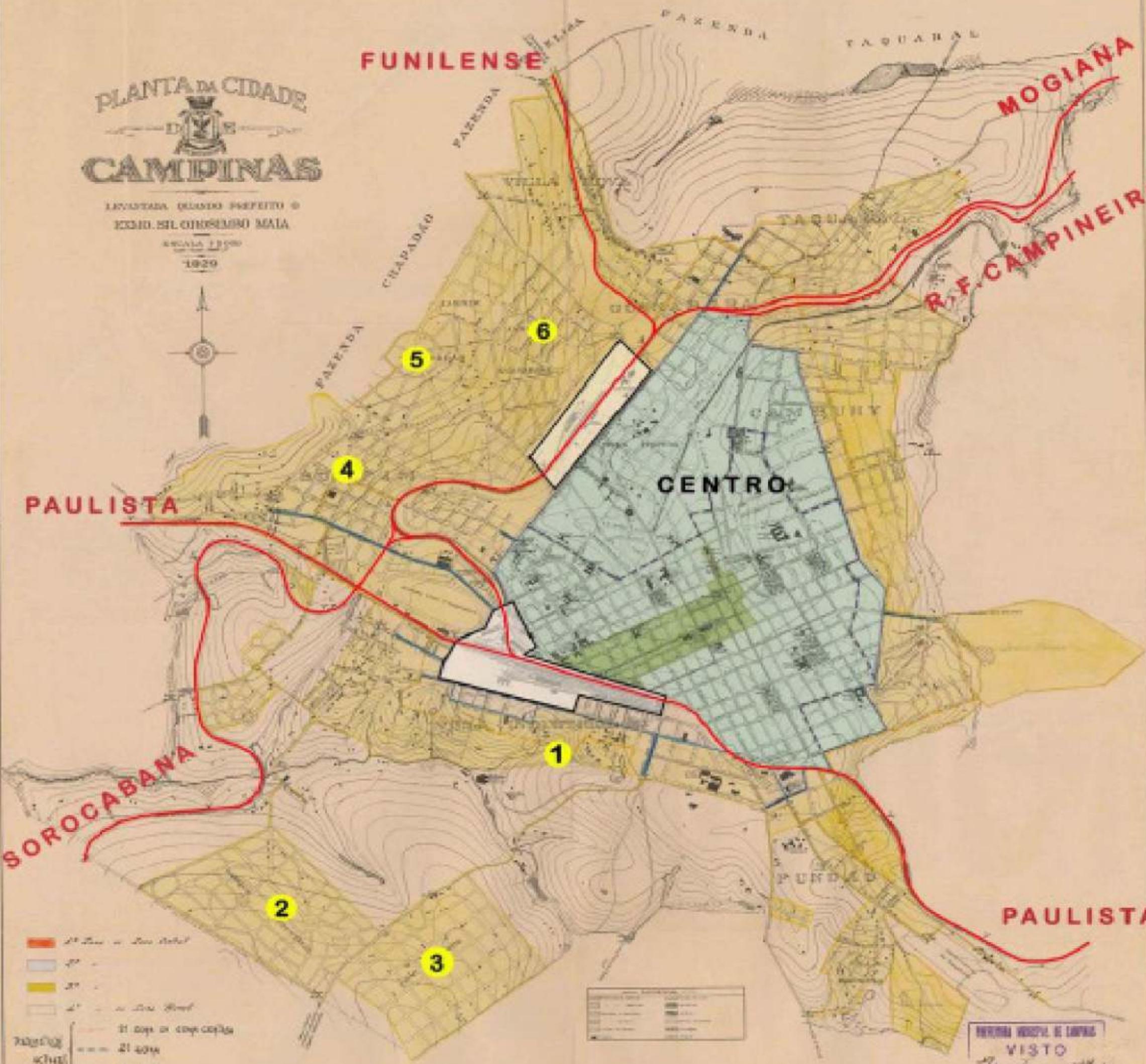
Avenida Francisco Glicério, em 1926.
Acervo CMU. Coleção V8



**Figura 16. Hotel Vitória, década de 1930.
Acervo CMU. Coleção V8. 21/APS_00_00684**

PLANTA DA CIDADE DE CAMPINAS

LEVANTADA QUANDO PREFEITO O EXCMO. SR. GONCALVES MATA
ESCALA 1:5000
1929



- 2ª Zona - Zona Industrial
- 1ª Zona - Zona Central
- 3ª Zona - Zona Periferica
- 4ª Zona - Zona Rural
- 2ª Classe de ruas e avenidas
- 1ª Classe de ruas e avenidas
- 3ª Classe de ruas e avenidas

Altura	Cor
1000	Amarelo
1100	Verde
1200	Verde Escuro
1300	Verde Escuro
1400	Verde Escuro
1500	Verde Escuro
1600	Verde Escuro
1700	Verde Escuro
1800	Verde Escuro
1900	Verde Escuro
2000	Verde Escuro

REVISOR MUNICIPAL DE CAMPINAS
VISTO
[Signature]
MAYORAL DE 1929 A 1930

CAMPINAS 1929

Arqueologia de uma paisagem

A planta de 1929, desenhada pelo engenheiro Macedo Vieira, dá a medida do crescimento da cidade para além das linhas férreas. Nas áreas de topografia acidentada além da ferrovia Paulista, proliferam habitações de menor porte, onde hoje é a Vila Industrial em lotes igualmente menores, além dos equipamentos indesejados como matadouro, curtumes, cemitérios, lazaretos, etc.

Para além dos trilhos da Mogiana, surgem os subúrbios como o Guanabara, com armazéns e chácaras, culminando na Fazenda Chapadão e na Fazenda Taquaral, loteadas anos mais tarde, como parte do plano de Prestes Maia de 1934-1938.

No centro – definido enquanto tal – destacam-se as ruas Campos Sales e Francisco Glicério, marcadas por novos equipamentos já de caráter monumental e ladeadas por ruas de traçado ortogonal e por diversas praças com paisagismo pinturesco – orgânico - ao gosto inglês.

A Planta da Cidade de Campinas de 1929 mostra a cidade em meio à rede ferroviária e de estradas que a articulavam ao resto do território do estado de São Paulo. Mostra também o novo eixo de visualidade que definiu a Matriz Nova e o Teatro São Carlos (depois Carlos Gomes) como os novos pontos quentes da cidade na Primeira República, cuja via de acesso era a rua Conceição, acesso dos fazendeiros de Sousas, onde estavam muitas das mais importantes fazendas da região.

Em resumo, com um longo histórico idêntico ao de outras vilas, sabe-se que Campinas foi elevada à categoria de cidade em 1842¹⁶. De acordo com Bittencourt (1990), o centro histórico da cidade e sua paisagem, tal qual se conhece no traçado urbano nos dias atuais, foi formado na segunda metade do século XIX com a chegada das ferrovias¹⁷. Na República definiu-se um novo eixo urbanístico de expansão, desde a Matriz Nova até a Estação da Companhia Paulista e sua praça frontal – formado pelas atuais ruas 13 de maio e Costa Aguiar, seguido também pela Avenida Campos Sales.

Figura 18. Legenda: Planta da Cidade de Campinas, desenhada pelo Engenheiro Macedo Vieira, 1929. Destaque para as ferrovias, área central, subúrbios e bairros novos.

¹⁶ data 14 de julho de 1774 é tida oficialmente como a fundação do município de Campinas, quando em uma capela provisória foi celebrada a primeira missa e o núcleo elevado à condição de freguesia..

¹⁷ Como consequência da chegada das ferrovias houve na área central em questão a implantação de pátios de manobra, oficinas de manutenção e fabricação, oficinas subsidiárias e grandes galpões de depósito, além das vilas operárias e das próprias estações ferroviárias com seu complexo de transbordo.



PLANTA DA CIDADE DE CAMPINAS 1929.



MAPA "ALARGAMENTO DAS ÁREAS URBANAS"
In: ROSSETTO, Anais do Museu Paulista.
v. 14. n.2. jul.- dez. 2006, p. 154.



CLUB CAMPINEIRO. MIS. BMC_106

Club campineiro
Dr. Quirino com Thomas Alves

Depois de Prestes Maia

Capítulo 4



HOTEL TERMINUS E IGREJA DO ROSÁRIO AO FUNDO. MIS. BMC_221

Rua do Rosário, onde se vê ao fundo a
Igreja do Rosário, antes do alargamento,
junto ao plano Prestes Maia, que a transformou
em Av Francisco Glicério

Um Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas, também conhecido como "Plano de Avenidas", foi idealizado em 1934 pelo engenheiro Francisco Prestes Maia, sob encomenda da Prefeitura, propondo o alargamento das ruas Campos Sales e Francisco Glicério, convertidas em avenida, ressignificando assim a nova centralidade definida na Primeira República.

Decreto nº 76 de 1934

Art. 135. Continuam em vigor todas as disposições e restrições constantes das:

Leis: 306, 370, 385, 398, 406, 419, 422, 423, 424, 429, 430, 441, 462, 470, 471 e 475;

Resoluções: 726, 752, 753, 756, 781, 784, 786, 803 e 807;

Decretos: 5, 6, 8, 12, 14, 15, 19, 20, 29, 30, 32, 34, 37, 38, 40, 48, 49, 51, 53, 54, 60, 65, 66, 68, 72, dos anos 1930 e 1934.

O plano de Prestes Maia foi realizado com base no Ato 118, de 1938. Reiterado pela Lei 640, de 28/12/1951, muitas das obras foram realizadas na gestão do Prefeito Ruy Novaes, prolongando-se até a década de 1960.

Ruy Novaes foi eleito prefeito de Campinas em 1955. Três anos depois, elegeu-se deputado federal renunciando à prefeitura em janeiro de 1959 para assumir seu mandato parlamentar. No entanto, seu mandato foi eternizado pela demolição de dois importantes ícones da paisagem urbana - o Teatro Carlos Gomes e a Igreja do Rosário -, justificadas pelo alargamento das avenidas Francisco Glicério e Campos Sales e implantação do Plano de Melhoramentos de Prestes Maia.

Leis revelam as mudanças na cultura urbanística que passaram a orientar os destinos da cidade. A paisagem da cidade assumiu um novo skyline desde então.

O DR. JOÃO ALVES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Campinas, usando dos poderes que a lei lhe confere, e Considerando que o Ato Municipal no 115, de 18 de Março deste ano, tomando no devido apreço o disposto no art. 117 da Lei Orgânica dos Municípios, restabeleceu a atividade da Comissão de Melhoramentos Urbanos que havia sido criada pela Lei Municipal no 490 de 23 de novembro de 1936; e Considerando que a referida Comissão, desobrigando-se de sua elevada incumbência e, superiormente orientada pelo consagrado urbanista Dr. F. Prestes Maia, apresentou ao estudo da extinta Câmara Municipal um plano de urbanismo que mereceu um parecer favorável das comissões permanentes da mesma Câmara e que é realmente digno da Cidade de Campinas; e

Considerando que o referido parecer reconheceu que Campinas necessita da aprovação imediata de um plano de urbanismo, a fim de serem corrigidos os defeitos da cidade e preparar esta última para o progresso futuro, dentro das normas de beleza, estética e bem estar da população; e

Considerando mais que o plano proposto pela Comissão de Melhoramentos Urbanos, sobre ser completo e grandioso, e o fruto dos estudos acurados que ela fez com a mais absoluta liberdade, inteiramente livre da influência da Prefeitura e do funcionalismo municipal, não acarreta, no momento, despesas para o município, nem demolições precipitadas, por isso que deverá ser executado gradativamente, e

Considerando, que o plano proposto pela Comissão de Melhoramentos Urbanos merece o inteiro apoio desta Prefeitura, e que a sua aprovação se impõe desde logo por ser necessário habilitar as Diretorias de Obras e de Viação e de Águas e Esgotos a resolverem, dentro da lei, diversos casos de construções e reconstruções dependentes de solução e que não podem ser protelados;

Considerando, ainda, que tratando-se de um plano de melhoramentos para execução paulatina, a sua imediata, mesmo que se tratasse de uma resolução imperfeita, não irá criar nenhum transtorno ou situação irremediável, uma vez que durante o longo prazo de sua execução poderá ele sofrer as alterações que forem determinadas por circunstâncias supervenientes, resolve baixar o seguinte ATO 118.

- Art. 1º Ficam determinados os seguintes melhoramentos da cidade de Campinas, de acordo com o plano de urbanismo apresentado pela Comissão de Melhoramentos Urbanos:

I - Serão construídas as seguintes Avenidas Centrais, com a largura de 22 metros cada uma:-

a) A Avenida Francisco Glicério, na Rua do mesmo nome, que passará a ser denominada Avenida com o alargamento do lado ímpar entre as Ruas Marechal Deodoro e Cônego Cipião, tendo pequenas praças nos cruzamentos com essas ruas;

b) A Avenida Campos Sales, na rua do mesmo nome que passará a ser denominada Avenida, com o alargamento do lado ímpar entre as Ruas Francisco Glicério e 11 de Agosto.

II - Será construída uma Avenida de Ligação, com a largura de 26 metros, entre a Praça Marechal Floriano Peixoto e a Rua 11 de Agosto, partindo de uma praça no cruzamento desta última rua com a Avenida Campos Sales.

III - Será construída uma segunda Avenida de Ligação, com 22 metros de largura, entre a praça circular e o ponto de cruzamento da Rua General Osório com Avenida Andrade Neves, simetricamente com a primeira.

Aprova o plano de melhoramentos urbanos da cidade de Campinas e dá outras providências.



HOTEL TERMINUS - AV FRANCISCO GLICÉRIO - MIS BMC_222

IV - Ficam aprovados mais os seguintes melhoramentos:-

1 - Alargamento bilateral para 16 metros, da Rua Francisco Glicério, entre a Rua Marechal Deodoro e o Canal do Saneamento.

2 - Alargamento bilateral para 16 metros, da mesma rua, entre as Ruas Cônego Cipião e Duque de Caxias.

3 - Alargamento do lado par, para 16 metros, da mesma rua, entre as Ruas Duque de Caxias e a Linha Férrea.

4 - Alargamento da Rua General Osório, para 14 metros, do lado par, entre a Rua José Paulino e Avenida Anchieta. (Ver Decreto Lei no 6 , de 04/09/1939)

5 - Alargamento da Rua Conceição, para 14 metros, do lado par, entre Francisco Glicério e Irmã Serafina. (Ver Art. 172 , de 03/04/1939)

6 - Prolongamento da Avenida Dr. Thomaz Alves, com a largura atual, até Francisco Glicério pela Rua Bernardino de Campos.

7 - Alargamento da Rua Benjamin Constant para 14 metros, entre a Rua Luzitana e a Rua Dr. Ernesto Kuhlmann.

8 - Prolongamento da Rua Culto à Ciência, com a largura atual, entre Marechal Deodoro e Benjamin Constant e entre a Avenida Barão de Itapura e o futuro prolongamento de Andrade Neves.

9 - Prolongamento da Rua Hercules Florence, com a largura de 12 metros, entre Saldanha Marinho e Dr. Mascarenhas, sendo alargada do lado ímpar, para 12 metros, entre Saldanha Marinho e Barão Geraldo de Rezende, e prolongada até encontrar a Rua Álvaro Muller.

10 - Prolongamento da Rua Delfino Cintra, em suas extremidades, até a Avenida Andrade Neves e até a Rua Francisco Glicério, com a largura de 14 metros e com alargamento bilateral no trecho José Paulino Hercules Florence.

11 - Alargamento da Rua Irmã Serafina para 14 metros, entre Cônego Cipião, do lado par.

12 - Alargamento da Rua Cônego Cipião do lado par, para 16 metros, da Linha Férrea até Barão de Jaguará; bilateral até Dr. Quirino e do lado ímpar até encontrar a Rua Itu onde se ligará com a praça inicial da Avenida Júlio de Mesquita.

/.../

- Art. 5o Todos melhoramentos indicados obedecerão às plantas apresentadas com o Plano de Urbanismo, pela Comissão de Melhoramentos Urbanos e que constam do processo referente a este Ato.
- Art. 6o Ficam declaradas de utilidade pública, para serem adquiridas por compra, permuta, doação ou desapropriadas, as faixas de terrenos necessárias para os melhoramentos determinados por este Ato.
-
- Art. 7o Os referidos melhoramentos serão executados gradativamente, de acordo com o disposto neste Ato e com as disposições que ulteriormente determinar o Poder Competente.
-
- Art. 8o Em todos os prédios e terrenos alcançados por este plano, não serão permitidas reformas, reconstruções e construções que contribuam para aumentar a durabilidade desses imóveis, excetuadas as pequenas reformas necessárias à conservação pura e simples dos mesmos imóveis.
-
- Art. 9o Desde que duas terças partes de uma quadra tenham sido alargadas, a Prefeitura, imediatamente providenciará a desapropriação da terça parte restante, completando o serviço de acordo com o plano aprovado.
- Art. 10. Quando a Prefeitura determinar a execução de qualquer melhoramento urbano, tais como calçamento, alargamento, etc. deverá publicar editais convidando os proprietários dos terrenos marginais a requererem colocação de pontos de água e a tomarem todas as medidas necessárias para que, uma vez concluído o melhoramento, não seja necessário abrir a rua para dar passagem a encanamentos que se destinam aos prédios que se construirão.
- Art. 11. Enquanto não se fizer o alargamento completo da quadra, o terreno que ficar para dentro do alinhamento, na frente do prédio recuado, será imediatamente desapropriado pela Prefeitura, podendo ser fechado, com gradil, conforme for estabelecido oportunamente para cada caso, sendo a obra de fecho retirada logo que se complete o alargamento.



**EDIFÍCIO PRUDÊNCIA – BENJAMIM CONSTANT
ESQUINA COM RUA BARÃO DE JAGUARA- LARGO DO CARMO - MIS BMC_167**

- Art. 12. As faixas de terreno que passarem para o patrimônio municipal serão indenizadas imediatamente, por meio de Resolução prévia, e os terrenos que forem ocupados pelas construções que avançarem sobre a via pública, serão pagos pelos proprietários que os quiserem adquirir, na base da valorização do momento.
- Art. 13. Quando, das desapropriações para alargamento, retificação ou formação de novas ruas, resultarem sobras de terrenos em que não se possa edificar, a Prefeitura desapropriará o imóvel todo que for prejudicado.

Art. 14. Ficam aprovados para execução remota e oportuna, os melhoramentos abaixo indicados:

A Radiais externas:

1. Rodovia para Mogi-Mirim pelo prolongamento da Avenida Barão de Itapura e Jardim Campinas, até encontrar a estrada atual na futura barragem da represa do Taquaral.

2. Rodovia Anhumas-Pedreira.

3. Rodovia para Fazenda B. de Paranapanema, visando a futura ligação com o Bairro Industrial da C.A.I.C.

4. Rodovia para Valinhos, São Paulo, Itu e Indaiatuba, Viracopos, Roseira, Asilo, Limeira, Amarais (Campo de Aviação) e Cosmópolis. Fica estabelecido o recuo obrigatório de 6 metros para as construções nos trechos dessas vias com alinhamento já definido, desde que o afastamento das fachadas em relação ao eixo da via não seja inferior a 13 metros, cabendo à Prefeitura fixar oportunamente as larguras dos trechos sem alinhamento aprovado.

B Perimetral externa: (Canal do Proença, Vila Industrial, Alto do Chapadão e Vale do Taquaral).

1. Avenida e Canal do Proença (Park-way) entre o Saneamento e a praça circular, no cruzamento das ruas Abolição e Dr. Ângelo Simões, com passagem superior na linha da Paulista.

2. Prossegue em direção da 1ª rua de São Bernardo com passagem superior nas travessias das estradas de rodagem de São Paulo e Itu.

3. Prossegue pela rua de São Bernardo até a estrada do Piçarrão, deflete à esquerda e segue rumo à praça da Vila Teixeira.

4. Prossegue em direção à rua Joaquim Vilac, por esta, pela rua Dr. Alberto Sarmiento em direção à praça circular situada na extremidade da Av. Andrade Neves, continuando pela Av. do Espigão do Jardim Chapadão até encontrar a rua

Maria Lins, na Vila Nova.

5. Prossegue pela rua Maria Lins, atravessa a Estrada Sorocabana e estrada de rodagem de José Paulino, desenvolvendo-se ao longo da margem direita da futura represa do Taquaral, corta a estrada de Mogi-Mirim e descrevendo uma curva vai fechar a perimetral na Avenida Proença, junto ao futuro Parque das Instalações de Águas e Esgotos. Fica estabelecido o recuo obrigatório de 6 metros para as construções ao longo do perímetro acima descrito nos trechos com alinhamento já definido, cabendo à Prefeitura fixar oportunamente a largura dos trechos de ligação.

C Melhoramentos complementares:

1. Abertura de uma Avenida com 16 metros de largura através terrenos municipais a partir da futura Praça João Jorge, até a perimetral externa, acompanhando o córrego do Piçarrão.

2. Prolongamento da rua Lopes Trovão, com 20 metros, nas duas extremidades, de forma a ligar diretamente a Av. Proença, com o prolongamento da Av. Itapura, passando na extremidade leste junto ao Parque do Saneamento.

3. Alargamento das partes carroçáveis aproveitando espaços livres das praças:

a) Carlos Gomes ruas Conceição, Irmã Serafina e Boaventura do Amaral;

b) Pará ruas Francisco Glicério e Duque de Caxias;

c) D. Pedro II ruas Cônego Cipião, Irmã Serafina e Boaventura do Amaral;

d) Imprensa Fluminense rua Conceição e Avenida Júlio de Mesquita;

e) Luiz de Camões rua Marechal Deodoro e Saldanha Marinho.

D Parques:

1. Será construído um Parque na Vila Industrial, abrangendo todos os terrenos municipais da antiga Chácara Frias e pastos do Matadouro, tendo acesso pela Av. João Jorge e pelas ruas Prudente de Moraes e São Carlos.

2. Será formado o Parque do Saneamento, aproveitando-se os terrenos pertencentes ao município.

3. Será inteiramente reformado e modernizado o Bosque dos Jequitibás.

4. Será formado o Parque Taquaral, no cruzamento da estrada de Mogi-Mirim com o prolongamento da Avenida Barão de Itapura, à margem do lago existente, cujo nível será elevado de 8 metros.

5. Será aproveitado parte do terreno em que está localizado o Hipódromo, no prolongamento da Av. Barão de Itapura, para uma praça.



**RUA DO ROSÁRIO, ANTES DA DEMOLIÇÃO DA IGREJA DO ROSÁRIO PARA
ALARGAR A AVENIDA, HOJE AV. FRANCISCO GLICÉRIO - APS_00_00037**

E Bairros Industriais:

- Serão facilitadas as formações dos bairros industriais: 1. Ao longo da Estrada de Ferro Paulista, além dos Armazéns Reguladores. 2. Ao longo da Paulista, além do Cemitério. 3. Na Vila Nova e Taquaral.

F Edifícios públicos:

1. Serão reservados depois de estudos convenientes, lugares para a construção futura do Paço Municipal, Matadouro, Estádio e instalações esportivas populares, Mercado, Hotel Municipal e Escolas.

§ 1o Na aprovação de projetos de arruamentos, loteamentos, construções, etc., a que se refere este artigo, a Prefeitura providenciará para que fique assegurada a exequibilidade dos melhoramentos referidos.

Art. 15. A Prefeitura providenciará o zoneamento sistemático e gradual da cidade.

§ 1o Nos novos arruamentos na periferia da cidade poderá ser exigida obediência à concepção de unidade residencial.

Art. 16. A Prefeitura só aprovará na Praça Visconde de Indaiatuba e seus aumentos futuros até a rua José Paulino, projetos para construções com 6 pavimentos.

§ 1o Será tolerada, a juízo da Prefeitura, a execução parcial do prédio até o mínimo de 3 pavimentos.

o2 §

As construções de mais de 6 pavimentos deverão obedecer ao tipo torreão, com recuos nas faces aparentes.

Art. 17. A Prefeitura exigirá harmonização das linhas principais das fachadas, sendo que os prédios construídos em lotes de 7 ou menos metros de frente, deverão se subordinar às linhas arquitetônicas de um dos prédios contíguos, desde que um destes já tenha sido construído de acordo com as exigências do artigo anterior.

Art. 18. Para a execução do plano aprovada por este Ato, a Prefeitura pedirá ao poder competente a concessão dos créditos necessários. Anualmente a Prefeitura incluirá na lei orçamentária uma verba no mínimo de 5 por cento da receita municipal para ser aplicada em desapropriações. (Revogado pela Lei no 112, de 03/12/1948)

Art. 19. O presente Ato entrará em vigor 30 dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário e ficando expressamente mantidos os decretos, leis e atos que não contrariem os seus dispositivos, especialmente os

Decretos 83 e 160, aquele de 1934 e este de 1936, bem como o Código de Construções baixado com o Decreto no 76, de 16 de Março de 1934.

Campinas, 23 de Abril de 1938.

JOÃO ALVES DOS SANTOS

Publicado na Diretoria do Expediente da Prefeitura,
em 23 de Abril de 1938.

O Diretor,
F. CAMPOSABREU



PRÉDIO REGINA - ESQUINA RUA BARÃO DE JAGUARA - MIS BMC_168

A rua Campos Sales - alargada e convertida em avenida - foi desapropriada do lado ímpar, totalizando 22 metros de largura, assim como a rua Francisco Glicério. Ambas foram ocupadas por novos imóveis comerciais, bancários, institucionais e residenciais. Nas décadas de 1950 e 1960, aumentou significativamente o setor de serviços na área central e as largas avenidas - Francisco Glicério e Campos Sales – compuseram o tão desejado visual de modernidade. A paisagem representa os sentimentos da população de uma cidade mais avançada, ligando os pontos mais distantes ao centro histórico.

No Império e na Primeira República predominaram padrões europeus à francesa¹⁸, representados na opção pelo traçado geometricamente regular, associado a novos modos de vida urbana sofisticados, propondo uma cidade diferente à sobrevivente da febre amarela, com base no urbanismo sanitaria de engenheiros como Saturnino de Brito e arquitetos como Ramos de Azevedo.

Após a Primeira República, o urbanismo proposto na década de 1930 por Prestes Maia aporta uma nova modernidade, mesclando acentos norte-americanos aos padrões vigentes, rasgando a cidade com avenidas de 22 metros de largura, alargando ruas estreitas para 14 metros e assim permitindo a movimentação de automóveis (BITTENCOURT, 1990)¹⁹.

O conjunto arquitetônico de perfil colonial, imperial, eclético e art nouveau sobreviveu apequenado diante do Art Déco e da verticalização induzida pelo Plano de Avenidas de Prestes Maia. São edificações que hoje compõem nosso patrimônio tombado, envolvendo casas, casarões, igrejas, prédios comerciais e administrativos.

O inventário inicial de imóveis do centro histórico (Francisco, 2008, 2013) dá a medida do patrimônio arquitetônico do centro histórico mais antigo ainda sobrevivente, mas permanece invisibilizado por uma verticalização desenfreada realizada a partir das décadas de 1940 e 1950.

Muitas obras datam do período entre 1917 e 1923 e sobreviveram ao alargamento das avenidas. Mas as mudanças no padrão de urbanização revelam um sério problema de infraestrutura em Campinas, agravado pela especulação imobiliária desenfreada (BEGERES BISNETO, 2009, p. 49).

Em 1934, é aprovado o código de obras que disciplina os longos trabalhos de melhoria das condições urbanas: em 1938 ocorre a aprovação do Plano de Melhoramentos Urbanos que consiste, como vimos, entre outros itens, na remodelação do centro, "propondo a criação de áreas cívicas, o paço municipal, alargamento de ruas, etc. e que ocorreu em duas etapas: entre 1933-1955 e 1956-1961" (Silva, 1996 apud B. Bisneto, 2009).

O Plano de Avenidas de Prestes Maia trouxe consigo a modificação das praças antigas convertidas em praças cívicas, construção de novos equipamentos como o Fórum Municipal (em linguagem estética Art Déco) e os Correios e Telégrafos (Art Déco), a demolição do antigo Teatro Municipal e da Igreja do Rosário, alargamento das avenidas e verticalização das edificações como a Associação Comercial e Industrial (Art Déco) e o Hotel Terminus (Art Déco), entre outros, sobretudo nas décadas de 1950-1960.

O Teatro e a Igreja do Rosário são as vítimas dos novos tempos e do ideário de modernidade propagandeado à exaustão na mídia desde então.

O skyline das avenidas e ruas centrais mudou significativamente e a Catedral de N. S. da Conceição e a Igreja do Rosário ficaram pequenas em face aos novos símbolos como o Fórum, a Associação Comercial e Industrial (ACIC), os Correios e Telégrafos e o Hotel Terminus.

A historiografia sobre Campinas é farta e destacam-se os estudos de Antônio Lapa, Celso Maria de Mello Pupo, Ricardo Badaró, Rita de Cássia Francisco, Ana Maria de Góes Monteiro, Kleber Pinto Silva, Mônica Cristina B. F. Ferreira, Yacy-Ara Froner, entre outros. No entanto, à exceção de Rita Francisco (2008, 2013), a historiografia toma a cidade a voo de pássaro. O histórico de Campinas privilegia fatos marcantes, como as epidemias e os grandes planos, mas pouco atendeu para suas consequências na arquitetura da cidade e atividades comerciais.

Se o intuito até aqui foi resumir a história da cidade em três momentos para estudo da formação de seu centro histórico, a cronologia impõe a empiricização da documentação primária disponível, ao menos para o caso da Avenida Campos Sales, eleita nosso objeto de estudo para testar a metodologia em Arqueologia da Paisagem, lote a lote, respeitando os recortes temporais propostos. Este será o objeto do próximo capítulo.

¹⁸ Sobre "legislação", ver FRANCISCO, 2013, p. 14

¹⁹ BITTENCOURT, Luiz Claudio. Desenho urbano de Campinas: implantação e evolução. 1990. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990. In. <https://saude.campinas.sp.gov.br/seplan/eventos/camp230/camp2301semipale1.htm>

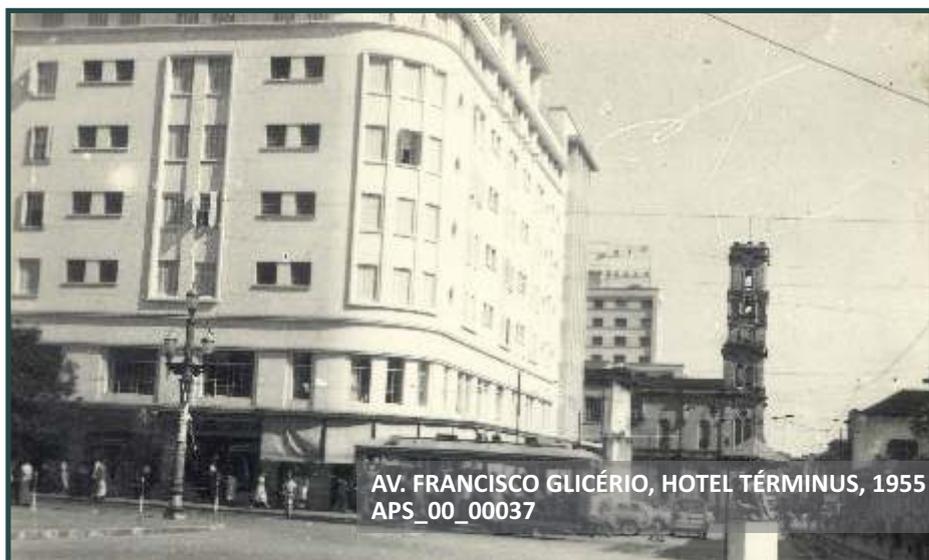
Seminário 230 anos de Campinas - Território, Urbanismo e Planejamento

²⁰ Uma nova geração de pesquisadores, com foco na documentação do Arquivo Municipal de Campinas recém informatizada sob a coordenação da Profa. Dra. Silvana Rubino, da UNICAMP, permite formular novas perguntas para velhas questões e espacializar a cidade em processo de transformação, alvo do presente livro.

Arqueologia de uma paisagem



IGREJA DO ROSÁRIO E CONSTRUÇÃO DO FÓRUM DE JUSTIÇA, ENTRE 1939 E 1943 - ACERVO CMU. COLEÇÃO V8. 28 APS_00_006631.



AV. FRANCISCO GLICÉRIO, HOTEL TÉRMINUS, 1955
APS_00_00037



AV. FRANCISCO GLICÉRIO, HOTEL TÉRMINUS, 1955
ACERVO CMU. COLEÇÃO V8. APS_00_00419



VISTA PARCIAL DE CAMPINAS, 1946
ACERVO CMU. COLEÇÃO V8. 40 APS_00_00688.



MIS. BMC_451

**Praça Visconde de Indaiatuba com piso de mosaico trabalhado
ao fundo se vê as duas torres do Palácio Campos Sales**



ACERVO CMU. COLEÇÃO V8
24 APS_00_00182.

Largo do Rosário, 1950, onde se vê ao fundo o Palácio da Justiça e a alteração do piso na praça do Visconde de Indaiatuba

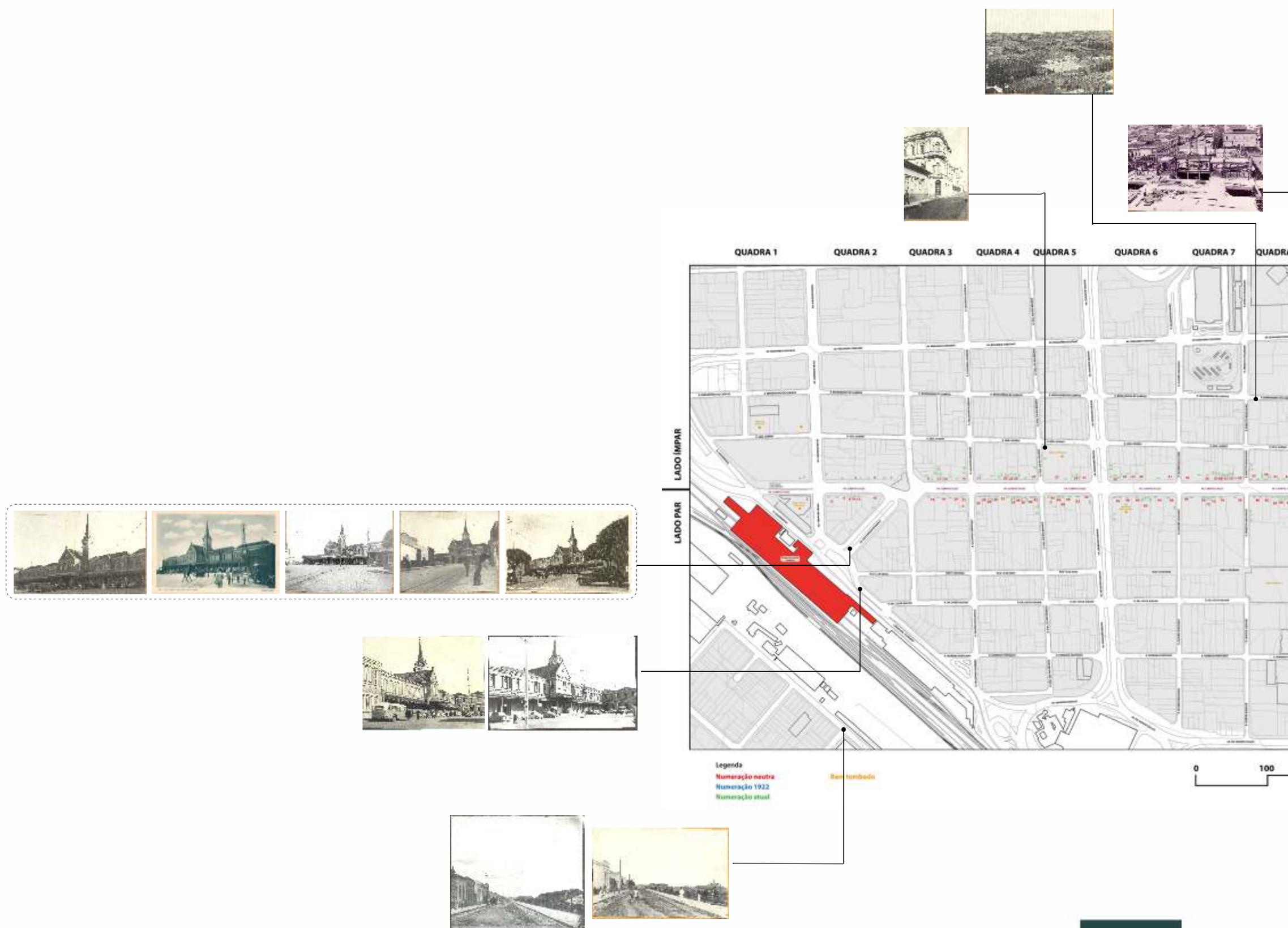
Avenida Campos Sales

Capítulo 5

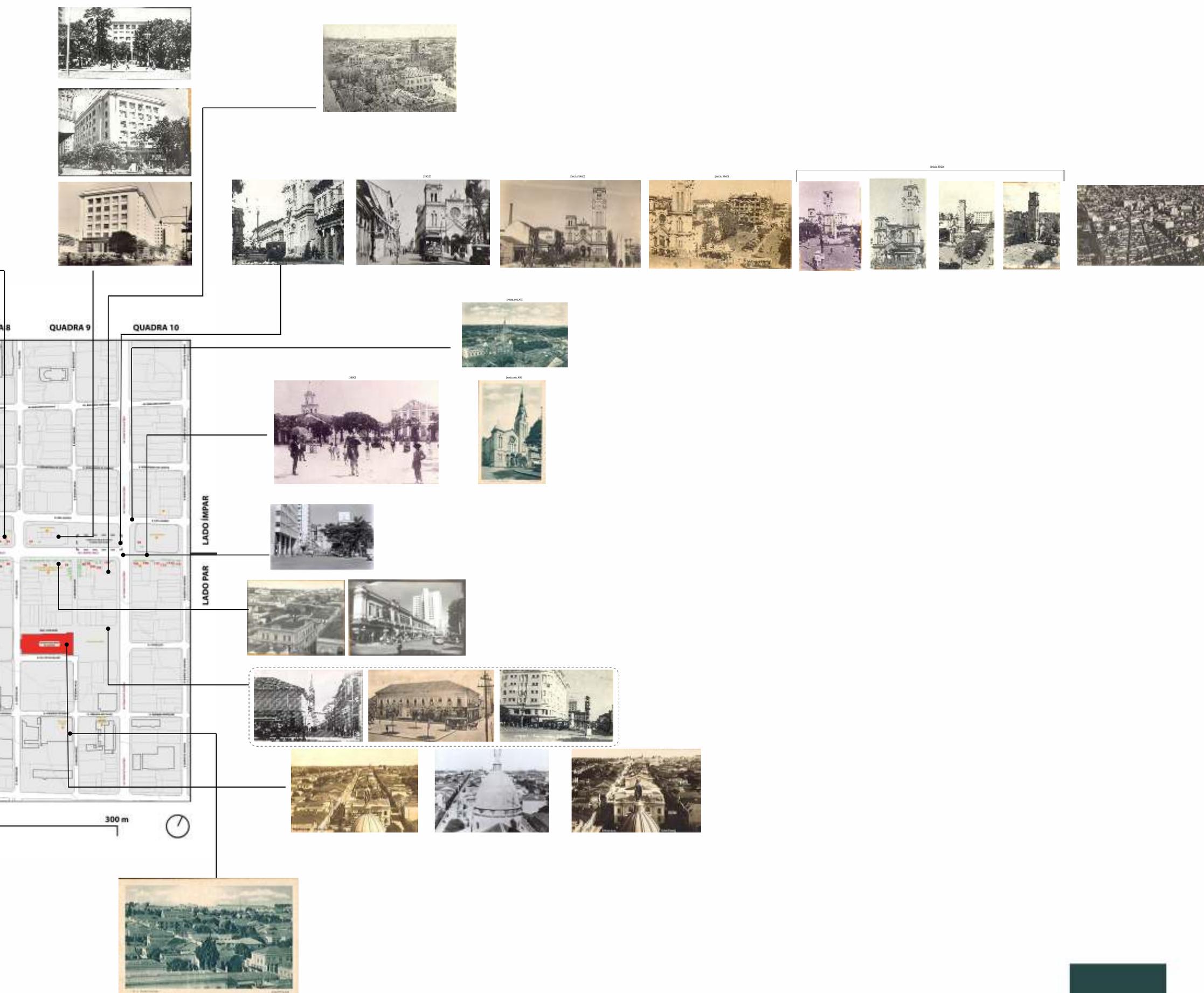


Avenida Campos Sales 1960

Avenida Campos Sales - Numeração



Arqueologia de uma paisagem



O exercício em Arqueologia da Paisagem aqui proposto envolve uma análise dialética entre a escala geral da cidade e a escala da Avenida Campos Sales, lote a lote. Enseja a busca por mapas e plantas da cidade nos acervos de Campinas para detalhar o desenho dos lotes da Campos Sales ao longo do tempo, georreferenciá-los e articulá-los a um banco de dados por meio do software livre QuantumGis - QGis. Fundamental para tanto foi o site de metadados geoespaciais oferecidos pelo Banco de Dados Espaciais de Campinas (<https://informacao-didc.campinas.sp.gov.br/metadados.php>) que, embora não tenha a precisão exigida, traz os dados necessários para o desenvolvimento do SIG Histórico para Campinas aqui proposto, permitindo espacializar e georreferenciar os dados sincrônicos e diacrônicos levantados.

Em paralelo, entramos em contato com instituições como o Centro de Memória da Unicamp, Associação Comercial e Industrial de Campinas e o Centro de Ciência Letras e Artes de Campinas em busca de documentação iconográfica, jornais, almanaques, anuários estatísticos, anúncios e outras fontes relacionadas ao objeto de estudo. Os acervos digitais permitiram vasculhar especialmente os Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, acessíveis digitalmente na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Fizemos um levantamento de todas as informações referentes à cidade de Campinas, a partir das quais formulamos algumas hipóteses sobre o processo de metamorfose da cidade e da Campos Sales em particular.

A pesquisa completou-se com a recolha de documentação iconográfica no Centro de Memória da Unicamp (CMU) - especificamente fotografias de Aristides Pedro da Silva (V8) - que, somadas aos documentos das edificações supracitados, permitiram visualizar trechos da avenida Campos Sales nos quais as mutações foram mais expressivas. A Associação Comercial e Industrial de Campinas (ACIC) mostrou-se farta em iconografia. A Secretaria de Planejamento e Urbanismo de Campinas (SEPURB) foi acessada para obtenção dos mapas históricos e conhecimento do processo de loteamento do centro de Campinas.

Algumas constatações foram possíveis, sobretudo no que tange às camadas de historicidades observadas, ao realizarmos um mapa de síntese das informações recolhidas sobre a avenida Campos Sales e organizá-las lote a lote.

Uma primeira camada de historicidade compreende a transição do Império à República, quando a Estação Ferroviária da E. F. Paulista converte-se no principal caminho de acesso externo ao centro da cidade, então definido enquanto tal. Sabe-se que obras de

saneamento básico foram realizadas nas ruas 13 de Maio e Costa Aguiar, outras entradas importantes da cidade. A Matriz de N.S. da Conceição afirma-se como o coração da cidade, com seu torreão central em destaque, em meio a ruas e antigos largos e igrejas ainda nomeados com toponímia colonial. O casario de taipa, de uso predominantemente residencial, e misto em certas ruas de comércio, após a Primeira República (1889-1930) foi alvo de encamisamentos e demolições para novas construções em tijolos. Essa cidade em transição é claramente perceptível ao focarmos nesse primeiro layer de historicidade. Sabe-se que, em fins do século XIX, as principais ruas de Campinas traziam ainda um caráter estritamente provinciano, não apenas se comparadas com cidades europeias (e outras estrangeiras), como também frente às demais cidades brasileiras. Ana Maria Reis Góes Monteiro (2005) faz um resumo da situação:

A partir dos anos setenta do século passado [século XX] observa-se na região de Campinas (...) [que] a realidade urbana era bastante distinta do seu progresso econômico. Suas ruas eram sujas, esburacadas e sem calçamento. A década de 1880 anunciou a presença de uma vida urbana que exigia a incorporação e a multiplicação de edifícios que correspondessem às novas demandas sociais. Aos edifícios públicos, construídos no período, incorporaram-se novos programas, inéditas soluções técnico-construtivas e passaram a expressar uma composição arquitetônica que ainda não se vira por estas paragens. Intensificou-se a implantação de obras de infraestrutura, de saneamento e de embelezamento da cidade. O engenheiro-arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo foi o profissional responsável pela introdução dessa nova arquitetura. São dele grande parte dos principais e mais significativos edifícios construídos até meados da década de 1880. Seu legado arquitetônico, além das qualidades intrínsecas, conferiu qualidade aos espaços em que foi inserido e, em seu conjunto, foi responsável pelo estabelecimento de uma outra urbanidade. Há que se revelar ainda que a privilegiada condição social, política, cultural e, principalmente, econômica da cidade de Campinas propiciou oportunidades a vários empreendedores. (...) Assim, buscando a implantação de uma nova imagem para Campinas e procurando instituir as normas burguesas do bem viver, tornou-se cada vez mais premente a necessidade de manter a cidade asseada, desodorizada, aformoseada. Como forma de viabilizar o controle sobre a produção do espaço urbano foram promulgadas, nos últimos vinte anos do século XIX, duas legislações municipais que, além de induzirem a uma outra ordem social, burguesa, reiteraram o viés higienista, levando a um redesenho da cidade. Foram elas, o Código de Posturas de 1880 e a Lei nº 43 de 1895.

O almanaque de 1873 permite imaginar as atividades comerciais e de serviços predominantes em Campinas nos tempos do Império.

Uma segunda camada de historicidade data da Primeira República (1889-1930) e revela as mudanças ocorridas ao longo do início do século XX no eixo ESTAÇÃO FERROVIÁRIA – RUA CAMPOS SALES – RUA FRANCISCO GLICÉRIO.

COMARCA DE CAMPINAS

(3ª ENTRANCIA)

Cabeça da Comarca a Cidade de Campinas. Abrange os Termos de Campinas, Jundiahy e Belém.

JUIZ DE DIREITO

Bacharel Belarmino Peregrino da Gama e Mello, r. do Bom Jesus, 4.

PROMOTOR PUBLICO

Bacharel Eschylo do Amaral Góes.

TERMO DE CAMPINAS

1º DISTRICTO

Da ponte do rio Jaguary, no sitio de João Leite de Moraes Cunha, antiga estrada de Campinas ao Amparo, indo por esta estrada até o portão do finado José Francisco de Paula, a sair na estrada do Belém; e indo até Campinas Velha, segue pela primeira rua, á direita, até o portão de Antonio Carlos de Sampaio Peixoto, e daqui á esquerda pelo vallo até o portão da Santa Casa de Misericordia; segue pela ponte do Mercado, ficando este á esquerda, entra pela rua da Cadêa e por ella até a estrada da Terra-Preta; e seguindo por esta estrada, e depois pela nova da Agua-Choca, até as respectivas divisas, toma á direita até o rio Jaguary, e sobe este rio até a ponte donde partiu, cujas divisas são as da freguezia de Santa Cruz.

2º DISTRICTO

Da estrada de Campinas a Jundiahy, no lugar denominado Rocinha, indo por esta estrada até a rua do Rosario, e desta até a da Cadêa, canto dos fundos da casa de Antonio Manoel Proença, donde seguirá á direita

3º DISTRICTO

Da rua do Rosario, canto do fundo do sobrado de Antonio Manoel Proença, segue pela travessa da rua da Cadêa, estrada da Terra-Preta, e nova estrada para Agua-Choca; ficando á direita as divisas do 1º districto, e á esquerda o 3º até ás divisas de Agua-Choca, e dali tomando á esquerda até o Capivary-Mirim, e seguindo por este acima a divisar com Jundiahy até a estrada deste com aquelle Termo, e voltando á esquerda pela estrada, e á direita pelas divisas do 2º districto, até entrar pela rua do Rosario, e por ella abaixo até a rua da Cadêa, canto da casa do referido Proença.

JUIZ MUNICIPAL E DE ORPHÃOS

Bacharel Francisco Gonçalves da Silva, r. do Bom Jesus, 4.

Suplentes

- 1º, Capitão Joaquim Corrêa Dias, r. do Bom Jesus, 47.
- 2º, Antonio Manoel Proença, r. da Cadêa, 17.
- 3º, Capitão Antonio Raggio Nobrega, Praça do Commercio, 23.

Escrivão de jury

Joaquim Franco de Pontes, r. do Rosario, 39.

Curador geral dos orphãos

Bacharel Antonio Benedito de Cqueira Cesar, r. do Barreto Leme, 14.

Promotor de residuos e capellas

Arqueologia de uma paisagem

Conforme Amaral Lapa (1996, p. 259), a grande crise decorrente das epidemias de febre amarela culminou diretamente no reordenamento da organização e ocupação do espaço urbano, bem como no disciplinamento da circulação e outras novidades em termos de orientações arquitetônicas, materiais construtivos e até comportamentais. Pelo fato de as ruas de Campinas, se comparadas a outras cidades do Brasil e Europa, exibirem um caráter ainda muito provinciano nesse período, foi necessário investir em uma nova imagem urbana. Foram convocados os engenheiros Saturnino de Brito e Ramos de Azevedo para remodelar a infraestrutura da cidade e sua arquitetura. Para estudo dessa segunda camada de historicidade contamos com a tese de doutorado de Rita de Cássia Francisco (2013), realizada na FAU-USP sob a orientação de Beatriz Kuhl, na qual identifica e espacializa os projetos arquitetônicos das novas obras em tijolo realizadas, em meio a uma série de construtores anônimos envolvidos com a produção material da cidade entre 1892-1933, apontando os períodos e as regiões da cidade com maior volume de obras. Em seus dizeres: "Não por acaso, tais índices [maior volume de obras] coincidem com a fase com que se convencionou chamar de maturação do complexo cafeeiro (CANO, 1988; GONÇALVES, 1998) que, em Campinas, ganhou especiais contornos já que a cidade, não raro, é qualificada como uma daquelas em que o café trouxe alterações significativas na qualificação e estruturação do espaço urbano" (FRANCISCO, 2013, p. 41). As obras monumentais assinadas por Ramos de Azevedo foram objeto de estudo na dissertação de mestrado de Ana Maria de Góes Monteiro (2000).

Sobre a relação café-urbanização, além dos clássicos estudos de Odilon Nogueira de Matos (1974) e Pierre Monbeig (1984), são de fundamental importância os de Ulysses Semeghini (1991) e Wilson Cano (1998). Ao final deste período, nota-se acentuada queda no ritmo da construção civil, com a deflagração da Crise de 1929.

Decorrem assim das mudanças na legislação urbanística um conjunto de novos edifícios, prédios e palacetes em Campinas. Conforme Francisco (2013, p. 40), "na última década de XIX às três primeiras décadas do século XX [foram incorporados] os novos gostos e as novas exigências da legislação urbanística campineira".

Os almanaques permitem detalhar essa segunda camada de historicidade da década de 1920 e dão uma ideia do comércio e atividades operadas na rua Campos Sales. Nota-se progressivamente a passagem de um tipo de economia ainda dependente do tropeirismo para outra decorrente da ferrovia e do capital vinculado à economia do café.



Figura 28. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional. Pesquisa realizada por Fernanda Siqueira. Bolsista CNPq/PIBIC, FAUUSP.

Escrivão de orphãos

José Gonçalves de Godoy Mauricio,
r. do Commercio, 43.

Contador e distribuidor

Zeferino Antonio Vieira, r. Direi-
ta, 84.

Partidores

José de Góes Pacheco, r. Lusita-
na, 29.

José Francisco dos Santos Maia.

Porteiro dos auditorios

João Rodrigues de Godoy Pinto, r. da
Cadêa, 1.

Solicitadores do crime e do civil

Caetano José da Silva Costa Pessoa,
r. do Imperador, 40.

Francisco Glycerio de Cerqueira Leite,
largo da Matriz Velha, 25.

Ildefonso Antonio de Moraes, r. do
Commercio, 27.

Major Joaquim Xavier de Oliveira (é
tambem solicitador privativo de re-
siduos e capellas), r. do Rosario, 4.

José Francisco dos Santos Maia.

Officiaes de justiça

Firmino Felisbino Ramalho, r. do Ge-
neral Osorio.

João Francisco de Camargo, r. das
Campinas Velhas.

João Rodrigues de Godoy Pinto, r.
da Cadêa, 1.

José Carlos de Souza, r. de S. José, 1.
Luiz Gonzaga de Almeida Magalhães,
r. Lusitana, 85.

DELEGACIA DE POLICIA

DELEGADO

Major Joaquim Xavier de Oliveira, r.
do Rosario, 4.

Supplentes

1º, Damaso Xavier da Silva, r. Direi-
ta, 57.

os Municipios de Campinas e Belém
e tem o 8º Batalhão e 8ª Seccção de
Batalhão de Infantaria, e 2º Esqua-
drão de Cavallaria, da activa, e o
2º Batalhão da reserva. O 8º Batalhão
de Infantaria, 2º Esquadrão de Ca-
vallaria e 2º Batalhão da reserva têm
por séde o Municipio de Campinas, e
a 8ª Seccção de Batalhão de Infan-
taria o Municipio de Belém.

COMMANDANTE SUPERIOR

Coronel Barão de Tres-Rios, r. Direi-
ta, 51.

Chefe do Estado-maior

Tenente-coronel Antonio Carlos Pa-
checo e Silva, r. do Sacramento, 2.

Majores Ajudantes de ordens

Julio Franco de Andrade, r. do Com-
mercio, 21.

João Francisco de Andrade Franco,
r. Direita, 51.

Capitão Secretario

Francisco Alves de Almeida Salles,
r. do Bom Jesus, 41.

Capitão Quartel-mestre

Carlos Egydio de Souza Aranha, r. do
Rosario, 52.

Capitão Cirurgião-mór

Dr. Daniel Frederico Julio da Silva,
r. do Regente Feijó, 3.

8º BATALHÃO DE INFANTARIA

ESTADO-MAIOR

Tenente-coronel Commandante, Flo-
riano de Camargo Penteado, r. das
Flôres, 36 A.

Tenente Ajudante, Diogo de Moraes
Salles.

Tenente Quartel-mestre, Diogo Anto-
nio de Moraes Salles, r. do Regente
Feijó.

Alferes Secretario, José Pedro de
Sant'Anna Gomes, r. das Campinas

Destacados por Zaluar em 1860-1861, os poucos três hotéis e pensões - ladeados por lojas de fazendas e ferragens, armazéns de gêneros de fora, tavernas, fábricas de licores, de cerveja, de velas de cera, de chapéus, de charutos, casas de bilhares, sapateiros, latoeiros, caldeireiros, torneiros, marceneiros, seleiros e armadores – metamorfoseiam-se ao longo da Primeira República em novas modalidades de comércio e serviços.

As edições do Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (Almanaque Laemmert) permitiram compor um banco de dados georreferenciado por meio do QGIs, indexando nomes, produtos e serviços oferecidos, anúncios e propagandas referentes aos comércios e comerciantes. Com essas informações foi possível fazer uma linha do tempo - arqueológica e filológica - da paisagem da Avenida Campos Sales, que ajuda no entendimento das mudanças ocorridas, bem como dos responsáveis pelos imóveis, suas motivações e consequências para a cidade.

Consultamos os anos de 1921, 1924, 1925, 1926, 1927 e 1931. No segmento denominado de "imprensa" há notações sobre os principais meios de circulação de informação impressa na cidade à época, e no segmento "Comércio, indústria e profissões" há notas sobre o comércio local que reúnem desde o nome dos comerciantes até o endereço do respectivo estabelecimento.

A organização desses segmentos é feita em ordem alfabética. Nesse sentido o trabalho de investigação se resumiu à busca e categorização das informações sobre comércio na Rua-Avenida Campos Sales. A partir desses dados foram construídas planilhas com os produtos e serviços oferecidos nos estabelecimentos comerciais, os nomes dos comerciantes e seus respectivos endereços.

As tabelas elaboradas revelam 45 categorias de estabelecimentos comerciais e de serviços nas seis edições consultadas, sendo que apenas 6 destes permaneceram na posse do mesmo comerciante no decorrer da década de 1920, mais especificamente um advogado, um barbeiro, uma charutaria, uma marmoraria, uma parteira e um fotógrafo.

Isso evidencia que havia grande rotatividade de atividades comerciais na avenida, uma vez que quase todos os nomes haviam mudados em dez anos.

Embora seja necessário realizar uma investigação mais minuciosa e lastreada em outros documentos para definir os padrões das transformações nesse período, é possível inferir algumas constatações: 1) mudança da natureza do comércio/serviço, porém com o mesmo inquilino ou proprietário; 2) endereços que apresentam mudança de inquilino, porém com constância na natureza do comércio/serviço; e 3) mudança tanto do inquilino quanto do uso em um mesmo endereço. Das três categorias, a terceira é a que

apresenta a maior quantidade de casos observados, quando analisados o número do imóvel, o nome a ele associado, e a atividade ali realizada.

O primeiro caso envolvendo mudança na natureza do comércio/serviço e permanência do inquilino/proprietário conta com 4 ocorrências:

1. Na seção "advogados", o nome de Abílio Álvaro Miller aparece localizado na rua Campos Sales n. 61, no Almanaque de 1924. As demais menções ao imóvel ocorrem em 1925 e 1926, mas o endereço passa a constar na seção "açougue".

2. Na seção "marcenarias e fábrica de móveis" aparece o nome de Antônio Matallo localizado na rua Campos Sales n. 113, no Almanaque de 1921. As demais menções ocorrem em 1924, 1925, 1926 e 1927, e nome e endereço aparecem na seção de carpintaria e serralaria.

3. Na seção "secos e molhados", o nome de José Barros foi localizado na rua Campos Sales n. 62, no Almanaque de 1921. As demais menções ocorrem em 1931, mas o endereço passa a constar na seção "botequins e cervejarias". Ao mesmo tempo, nas edições de 1924 a 1927, no mesmo local também encontramos um botequim e cervejaria em nome de Manoel Amaro, associado simultaneamente a José de Barros.

4. Na seção "barbeiros", o nome de Antônio Encarnação foi encontrado na rua Campos Sales n. 2, no Almanaque de 1921. As demais menções ocorreram em 1923, no endereço da rua Campos Sales n. 2-A, e o mesmo nome aparece na seção "fotógrafos".

ANNUARIO

Commercial, Industrial, Agrícola, Profissional e Administrativo

— DA —

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

PARA

1921-1922

OBRA ESTATISTICA E DE CONSULTA FUNDADA EM 1844

COM O TITULO

Almanak Laemmert

77.º-78.º ANNO

... .

4.º VOLUME

ESTADOS DO SUL



Propriedade de SERGIO & PINTO

Editado nas officinas typographicas do ALMANAK LAEMMERT

Já na segunda na categoria enquadram-se endereços que apresentam mudança de usuários (proprietário ou inquilino), porém constância na natureza do comércio, e nela incluem-se 15 casos. Consideramos nessa classificação a mudança de proprietário com a permanência do negócios idêntica ou análoga: açougues, alfaiatarias, arreios, botequins e cervejarias, casas de fazenda, couros, dentistas, médicos, modistas, padarias e confeitarias, pensões, secos e molhados e tinturaria. Esses serviços costumam permanecer no mesmo local ao longo do tempo. Exemplos:

Comércio na seção "modista" sob o nome de Herminia Borgiani & Filho localizado na rua Campos Sales n. 18, cuja primeira aparição foi no Almanaque de 1921. As demais menções ocorreram em 1931 no mesmo endereço, porém com inquilino nomeado João de Felice, na categoria de alfaiataria.

Comércio na seção de arreios localizado na rua Campos Sales n. 11, cuja primeira aparição foi no Almanaque de 1921. As demais menções ocorreram em 1931 no mesmo endereço, porém com mudança de inquilino, na categoria de couros.

Dentre esses comércios e serviços, os que merecem atenção, devido a sua alta reincidência, são as "pensões", "botequins e cervejarias" e "médicos". Os exemplos a seguir reforçam o argumento de que determinados usos requerem uma tipologia arquitetônica específica e tendem a permanecer no mesmo logradouro, mesmo que variando de inquilino:

1. Pensões: Aparece em apenas um endereço ao longo das edições analisadas na rua Campos Sales n. 34, o que demonstra ser uma atividade em extinção ali nesse momento. A pensão aparece em nome de três pessoas diferentes ao longo das edições de 1921 a 1927, e regida por mais de um sujeito ao mesmo tempo, com exceção do ano de 1931 no qual o logradouro aparece associado a apenas um indivíduo.

2. Médicos: Aparecem em três endereços ao longo das edições analisadas, sendo que em dois deles ocorre a associação a dois ou mais indivíduos para o mesmo imóvel, cenário que indica a existência de diversas especialidades médicas atuando em um mesmo estabelecimento.

3. Botequins e Cervejarias: Aparece em três endereços ao longo das edições analisadas e regidos sob o nome de pessoas diferentes ao longo do tempo.

Por último, na terceira categoria, observa-se mudança por completo de nomes e usos num mesmo endereço, a saber:

1. Na seção de "secos e molhados", sob o nome de José de Souza, localizado na rua Campos Sales n. 11, com primeira aparição no Almanaque de 1921. As demais aparições ocorreram na seção de arreios e em seguida na de "couros" no mesmo endereço, porém com mudança de inquilino.

2. Na seção de "seguros", associado ao nome de Companhia de Seguros Minerva, o imóvel da rua Campos Sales n. 15 aparece no Almanaque de 1924. As demais menções no mesmo endereço ocorrem na seção de "médicos", com diversos inquilinos ao longo do tempo, e em 1931 na categoria "agentes de negócio", associado ao nome Prado Ayres e Cia.

Outro levantamento interessante refere-se aos nomes e sobrenomes que se repetem nos Almanques ao longo do tempo. Este inventário permitiu perceber vinculações familiares e territoriais na história de Campinas. Tendo em vista o histórico da influência financeira que os grandes produtores de café tiveram sobre o comércio e os serviços no centro de Campinas, os dados compulsados auxiliam no entendimento do impacto que certos grupos sociais tiveram no desenvolvimento da cidade, comprovando a tese de que as mesmas famílias da elite cafeeira paulista concentraram a posse de grande parte dos imóveis no centro comercial de Campinas para renda de aluguel e, até hoje, continuam exercendo influência nos destinos da cidade.

Esses dados foram também planilhados quantitativamente por edições e categorias de negócios. Categorizamos a incidência em quatro intensidades: baixa (variação de até 2 unidades), média (variação entre 3 e 4 unidades), alta (variação acima de 5) e nenhuma.

A análise da tabela permite perceber que a variação é baixa na maioria das categorias, mesmo que existam tipos de negócios que tendem a permanecer constantes, tais como confeitarias, garagens, lotéricas e agências, oficinas mecânicas e parteira. Entretanto, o foco da pesquisa será nos imóveis com maiores variações, a fim de entendermos as razões para as diversas transformações na área.

Nesse sentido construímos gráficos com os dados majoritários nas categorias de variação média, entre elas: agentes de negócio, marcenarias e fábrica de móveis, restaurantes e botequins e cervejarias.

Percebemos que, no decorrer dos anos, os comércios de variação média, como os de secos e molhados, marcenarias e fábrica de móveis, em 1924, tiveram uma queda exponencialmente e depois estabilizaram-se ao longo da década de 1920. Já estabelecimentos de agentes de negócios apresentaram variação bem inconstante.

Borlido Maia & C.^a

A MAIS ANTIGA CASA DE
OLEOS, GRAXAS E LUBRIFICANTES.

FUNDADA EM 1878

Ferragens, tintas, arame farpado, tubos, correias, gaxetas, carbureto, cimento
e materiaes para Estradas de Ferro, Fabricas e Agricultura.

Importação directa da Inglaterra e Estados Unidos.

Caixa do Correló 131

End. Tel. «Borlido-Rio»

55, Rua do Rosario, 55

Depositos — Ruas: Rosario, 58; Primeiro de Março, 39;
e Gambôa, 142 a 154 (Caes do Porto).

— RIO DE JANEIRO —

Almanak Laemmert 1924 - 1.º Vol.

Fundado em 1844 — 80.º Anno

Ourivesaria Christofle

O unico Metal comparavel à Prata
Talheres e Baixellas

Representante no Rio de Janeiro:

Isidoro Marx — Rua Ouvidor N.º 138

Representantes em São Paulo:

Grumbach & Cia. — Rua S. Bento 89 e 91

Arqueologia de uma paisagem

Por outro lado, nos casos com maior variação observam-se padrões opostos aos anteriores. Na edição de 1931 do Almanaque Laemmert nota-se um aumento expressivo e súbito após quatro anos sem nenhuma variação. É importante ressaltar que precisamos combinar essa informação com outras de diversas fontes para podermos entender melhor esse cenário e seus impactos na paisagem de Campinas, confirmando que não se trata de um caso isolado, e sim de um padrão.

ANNUARIO

Commercial, Industrial, Agrícola, Profissional e Administrativo

— DA —

CAPITAL FEDERAL e dos ESTADOS UNIDOS DO
BRASIL

(Propriedade de A. PINTO)

EDIÇÃO PARA

1925

(81.º ANNO)

OBRA DE CONSULTA, DE ESTATISTICA E DE INFORMAÇÕES GERAES
FUNDADA EM 1844
COM O TITULO DE

ALMANAK LAEMMERT

O UNICO ANNUARIO DE TODOS OS ESTADOS DO BRASIL

4.º VOLUME — ESTADOS DO SUL

(A OBRA COMPLETA CONSTA DE 4 VOLUMES)



A. HÉNAULT & Cia.

DIRECTORES-CONCESSIONARIOS

o o o

EDITADO NAS OFFICINAS TYPOGRAPHICAS DO ALMANAK LAEMMERT

Rua D. Manoel, 62 — Tel. Norte 7579 — Rio de Janeiro

Tabela 1
Comércios, indústria e profissões na avenida Campos Sales no Almanaque Laemmert.

Comércio indústria e profissões na avenida Campos Sales Campinas segundo o Almanaque Laemmert								
categoria	nome	endereço	edição 1921	edição 1924	edição 1925	edição 1926	edição 1927	edição 1931
açougue	Attilio Andreotti	r. Campos Salles, 151*/152 /153^	*					^
açougue	Attilio Pirotti	r. Campos Salles, 96						
açougue	Rosa Maria	r. Campos Salles, 68-A						
açougue	Abilio Alvaro Miller	r. Campos Salles, 61						
açougue	Vicente Gagliardi	r. Campos Salles, 96-A						
advogados	Alvaro Muller	r. Campos Salles, 47						
advogados	Abilio Alvaro Miller *	r. Campos Salles, 61						
advogados	A. Guimarães Filho e Cia	r. Campos Salles, 23						
advogados	Abilio Alvares Muller	r. Campos Salles, 75						
agentes de negócios	Bernardino Martins *	r. Campos Salles, 8						
agentes de negócios	Charles H. Pratt *	r. Campos Salles, 45						
agentes de negócios	Joaquim Álvaro de Souza Camargo	r. Campos Salles, 1						
agentes de negócios	Prado Ayres e Cia	r. Campos Salles, 15						
agencias de seguros	Companhia Americana de Seguros, Domingos Penteado	r. Campos Salles, 23						
agencias de seguros	Companhia de Seguros Aliança da Bahia, Nicolau Purchio e Cia (!)	r. Campos Salles, 17						!
seguros	Companhia de Seguros Minerva (marítimos e terrestres)	r. Campos Salles, 15						
seguros	Arino Quirino Simões	r. Campos Salles, 50						
seguros	Nicolau Purchio & Cia	r. Campos Salles, 17						
alfaiatarias	Irineu Checahnia	r. Campos Salles, 5						
alfaiatarias	Napoleão Corto	r. Campos Salles, 2 A						
alfaiatarias	João De Felice	r. Campos Salles, 18						
arreios	J. A. Costa	r. Campos Salles, 11						
armazém, fazendas, modas e perfumarias	José Gibara	r. Campos Salles, 24						
armazém, fazendas, modas e perfumarias	Pedro Simão	r. Campos Salles, 60						
Assucar (refinações)	José Januzzi	r. Campos Salles, 101-A						
Barbeiros	Mario Savegnago / Saviguago / Sovignago	r. Campos Salles, 22						
Barbeiros	Afonso Carneiro Ribas	r. Campos Salles, 80						
Barbeiros	Placido Suriani	r. Campos Salles, 98						
Barbeiros	Antonio Encarnação	r. Campos Salles, 2-A						
Botequins e Cervejarias	Donato Franco Bandeira	r. Campos Salles, 39						
Botequins e Cervejarias	Antonio Mathias Pires	r. Campos Salles, 86						
Botequins e Cervejarias	Manoel Amaro	r. Campos Salles, 62						
Botequins e Cervejarias	Benedicto Felix de Araujo	r. Campos Salles, 78						
Botequins e Cervejarias	Braz Chiarelli	r. Campos Salles, 13-A						
Botequins e Cervejarias	João Mendes dos Santos	r. Campos Salles, 86						
Botequins e Cervejarias	José Barros	r. Campos Salles, 62						
Botequins e Cervejarias	José Lorente	r. Campos Salles, 39						
Botequins e Cervejarias	Orlando de Barros	r. Campos Salles, 113						
Calçados	Castorino e Castro	r. Campos Salles, 1-C						
Carpintarias e serrarias	Antonio Metallo	r. Campos Salles, 113						
carroças (fábrica e oficina)	Jorge Penteado	r. Campos Salles, 23 / 28*		*				

Tabela 1
Comércios, indústria e profissões na avenida Campos Sales no Almanaque Laemmert.

Comércio indústria e profissões na avenida Campos Sales Campinas segundo o Almanaque Laemmert

categoria	nome	endereço	edição 1921	edição 1924	edição 1925	edição 1926	edição 1927	edição 1931
carroças (fábrica e oficina)	Avelino de Souza e Cia	r. Campos Salles, 143						
carroças (fábrica e oficina)	Ernesto Malta	r. Campos Salles, 30						
charutarias (fábricas de fumos)	Silva Guimarães e Cia	r. Campos Salles, 3						
concerto de relógios	Jorge / José Monteiro	r. Campos Salles, 38						
confeitarias	Placidino Bernardes Nunez	r. Campos Salles, 23						
confeitarias	Guilherme Otto Ernesti	r. Campos Salles, 24						
couros	J.A. Costa	r. Campos Salles, 9						
couros	Annibal Thomaz Delgado	r. Campos Salles, 11						
dentistas	João de Almeida Barbosa	r. Campos Salles, 55						
dentistas	Joaquim Francisco Ferreira de Camargo	r. Campos Salles, 64* / 8	*					
dentistas	F. Tepedino	r. Campos Salles, 25						
dentistas	Alfredo Baretta	r. Campos Salles, 61						
dentistas	Jorge Florence Teixeira	r. Campos Salles, 61						
dentistas	Placido Ribeiro	r. Campos Salles, 167						
doces e balas	José Januzzi	r. Campos Salles, 139						
engenheiros	Carlos Mundt	r. Campos Salles, 21						
engraxates	Jorge Jamarino	r. Campos Salles, 9						
engraxates	Nicolau Caputo	r. Campos Salles, 1-A						
estofador	Jacob Gioll	r. Campos Salles, 47						
fazendas (Casas de):	Jorge Gibara	r. Campos Salles, 26						
fazendas (Casas de):	Salim Amim	r. Campos Salles, 13						
fazendas (Casas de):	Gertrudes Gibarra	r. Campos Salles, 26						
funilarias, encanamentos	Franciso Padini	r. Campos Salles, 115-A						
garages	Paschoal Nicolau Purchio	r. Campos Salles, 84						
garages	Theodova e Attilia Marco Gatti	r. Campos Salles, 153						
joalherias	Jorge C. Monteiro	r. Campos Salles, 30-A						
loterias e agencias	José Carvalho de Moura	r. Campos Salles, 7						
loterias	J. U. Sarmento	r. Campos Salles, 9-A						
marcenarias e fábricas de moveis	Antonio Matallo	r. Campos Salles, 113						
marcenarias e fábricas de moveis	Guilherme Kloche	r. Campos Salles, 35						
marcenarias e fábricas de moveis	José Farjou	r. Campos Salles, 20						
marmorarias	Marcellino Velez	r. Campos Salles, 23-B						
marmoarias	Velez e Cia	r. Campos Salles, 33						
massas alimenticias	Antonio Crupi	r. Campos Salles, 145						
material para construção	A. Volpe & Ortale	r. Campos Salles, 149						
mechanicos (officinas de):	Manoel F. Lagoa	r. Campos Salles, 47						
mechanicos (officinas de):	José Paterno	r. Campos Salles, 50						
officinas mecanicas	Edmundo Guaraldo	r. Campos Salles, 163						
officinas mecanicas	Posato Manfredini	r. Campos Salles, 14/16						
médicos	Dr. Ponciano José Alves Cabral	r. Campos Salles, 10						
médicos	Dr. Guilherme Gonçalves	r. Campos Salles, 91						
médicos	Dr. Jayme Campos	r. Campos Salles, 91						
médicos	Dr. Affonso Pereira	r. Campos Salles, 73						
médicos	Dr. José Barboza de Barros	r. Campos Salles, 51						
médicos	Dr. Lavieri Laurindo	r. Campos Salles, 115						
médicos	Dr. Armando Rocha Britto	r. Campos Salles, 51						

Tabela 1
Comércios, indústria e profissões na avenida Campos Sales no Almanaque Laemmert.

Comércio indústria e profissões na avenida Campos Sales Campinas segundo o Almanaque Laemmert								
categoria	nome	endereço	edição 1921	edição 1924	edição 1925	edição 1926	edição 1927	edição 1931
médicos	Dr. Azael Lobo	r. Campos Salles, 15						
médicos	Dr. Hermas de Carvalho Braga	r. Campos Salles, 15						
modistas	Herminia Borgiani & Filho	r. Campos Salles, 18						
modistas	Maria Napolis	r. Campos Salles, sem número						
parteiras	Guilhermina Blatner	r. Campos Salles, 131						
padarias e confeitarias	Placido Bernardes Nunes	r. Campos Salles, 27						
padarias e confeitarias	Laureano Bacello	r. Campos Salles, 24						
padarias e confeitarias	Lindolpho Barboza	r. Campos Salles, 27						
pensões	Eliza Ribeiro	r. Campos Salles, 28						
pensões	Manoel Ribeiro da Silva	r. Campos Salles, 34						
pensões	Allemã de Otto Stanger	r. Campos Salles, 59* / 34	*					
pensões	Bernardo Stapelfeldt	r. Campos Salles, 34						
pensões	Eugenio Rodrigues Malva	r. Campos Salles, 60						
pensões	Flaminio de Moraes	r. Campos Salles, 125						
pensões	Julia Ferreira	r. Campos Salles, 72						
pensões	Luiz Teixeira	r. Campos Salles, 121						
pharmacias	Jorge Sampaio	r. Campos Salles, 20						
pharmacias	Derio & Cia	r. Campos Salles, 71						
pharmacias	Associação Beneficente Salles de Oliveira	r. Campos Salles, 111						
pharmacias	F. Serafini & Cia	r. Campos Salles, 15-A						
photographos	Antonio da Encarnação	r. Campos Salles, 2						
photographos	Francisco Domingues	r. Campos Salles, 23						
pintores e decoradores	Victor Caruso	r. Campos Salles, 23-C						
restaurantes	Manoel da Silva	r. Campos Salles, 105						
restaurantes	Bernardino Rodrigues Marques	r. Campos Salles, 71						
restaurantes	Eugenio Galvez	r. Campos Salles, 90						
secos e molhados	Francisco Duarte	r. Campos Salles, 91						
secos e molhados	Francisco Maia	r. Campos Salles, 135						
secos e molhados	José de Barros	r. Campos Salles, 62						
secos e molhados	José de Souza	r. Campos Salles, 11						
secos e molhados	Nicolau Purchiro & Filho	r. Campos Salles, 15						
secos e molhados	João Manoel da Rocha	r. Campos Salles, 135						
secos e molhados	Manoel Varella	r. Campos Salles, 71-A						
secos e molhados	Nicolau Purcchio & Cia	r. Campos Salles, 17/19						
serralheria	Alexandre Sun	r. Campos Salles, 111-B						
tinturaria	José Sacchi	r. Campos Salles, 85						
tinturaria	João Cassano	r. Campos Salles, 57						
tinturaria	João Chioratto	r. Campos Salles, 99						
tinturaria	Mathilde Furato	r. Campos Salles, 57						
typographia	Nair de Oliveira	r. Campos Salles, 88						

Fonte: Almanques Laemmert, 1921, 1924-1927, 1931. Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional. Pesquisa realizada por Fernanda Siqueira, Bolsista CNPq/PIBIC, FAUUSP.

ANNUARIO

Commercial, Industrial, Agrícola, Profissional e Administrativo

— DA —

CAPITAL FEDERAL e dos ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

(Propriedade de A. PINTO)

EDIÇÃO PARA

1926

(82.º ANNO)

OBRA DE CONSULTA, DE ESTATISTICA E DE INFORMAÇÕES GERAES
FUNDADA EM 1844
COM O TITULO DE

ALMANAK LAEMMERT

O UNICO ANNUARIO DE TODOS OS ESTADOS DO BRASIL

3.º VOLUME — ESTADOS DO NORTE

(A OBRA COMPLETA CONSTA DE 4 VOLUMES)



*Doação do Ministério
Relações Exteriores*

Tabela 2
Padrão de mudança da natureza da atividade, porém com mesmo inquilino ou proprietário.

Mudança de uso porém o mesmo inquilino/proprietário observado nos Almanaque Laemmert								
categoria	nome	endereço	edição 1921	edição 1924	edição 1925	edição 1926	edição 1927	edição 1931
açougue	Abilio Alvaro Miller	r. Campos Salles, 61						
advogados	Abilio Alvaro Miller	r. Campos Salles, 61						
marcenarias e fábricas de moveis	Antonio Matallo	r. Campos Salles, 113						
Carpintarias e serrarias	Antonio Matallo	r. Campos Salles, 113						
Botequins e Cervejarias	José Barros	r. Campos Salles, 62						
secos e molhados	José de Barros	r. Campos Salles, 62						
photographos	Antonio da Encarnação	r. Campos Salles, 2						
Barbeiros	Antonio Encarnação	r. Campos Salles, 2-A						

Fonte: Almanques Laemmert, 1921, 1924-1927, 1931. Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional. Pesquisa realizada por Fernanda Siqueira, Bolsista CNPq/PIBIC, FAUUSP.

Tabela 3
Padrão de endereços que apresentaram uma mudança de inquilino, porém uma constância na natureza do comércio.

mudança de inquilino/proprietário porém mesmo uso								
categoria	nome	endereço	edição 1921	edição 1924	edição 1925	edição 1926	edição 1927	edição 1931
arreios	J. A. Costa	r. Campos Salles, 11						
couros	Annibal Thomaz Delgado	r. Campos Salles, 11						
modistas	Herminia Borgiani & Filho	r. Campos Salles, 18						
alfaiatarias	João De Felice	r. Campos Salles, 18						
açougue	Attilio Pirotti	r. Campos Salles, 96						
açougue	Vicente Gagliardi	r. Campos Salles, 96-A						
Botequins e Cervejarias	Donato Franco Bandeira	r. Campos Salles, 39						
Botequins e Cervejarias	José Lorente	r. Campos Salles, 39						
Botequins e Cervejarias	Antonio Mathias Pires	r. Campos Salles, 86						
Botequins e Cervejarias	João Mendes dos Santos	r. Campos Salles, 86						
Botequins e Cervejarias	Manoel Amaro	r. Campos Salles, 62						
Botequins e Cervejarias	José Barros	r. Campos Salles, 62						
dentistas	Alfredo Baretta	r. Campos Salles, 61						
dentistas	Jorge Florence Teixeira	r. Campos Salles, 61						
fazendas (Casas de):	Jorge Gibara	r. Campos Salles, 26						
fazendas (Casas de):	Gertrudes Gibarra	r. Campos Salles, 26						
médicos	Dr. Guilherme Gonçalves	r. Campos Salles, 91						
médicos	Dr. Jayme Campos	r. Campos Salles, 91						
médicos	Dr. José Barboza de Barros	r. Campos Salles, 51						
médicos	Dr. Armando Rocha Britto	r. Campos Salles, 51						
médicos	Dr. Azael Lobo	r. Campos Salles, 15						
médicos	Dr. Hermas de Carvalho Braga	r. Campos Salles, 15						
padarias e confeitarias	Plácido Bernardes Nunes	r. Campos Salles, 27						
padarias e confeitarias	Lindolpho Barboza	r. Campos Salles, 27						
pensões	Manoel Ribeiro da Silva	r. Campos Salles, 34						
pensões	Allemã de Otto Stanger	r. Campos Salles, 59* / 34						
pensões	Bernardo Stapelfeldt	r. Campos Salles, 34						
secos e molhados	Francisco Maia	r. Campos Salles, 135						
secos e molhados	João Manoel da Rocha	r. Campos Salles, 135						

Fonte: Almanagues Laemmert, 1921, 1924-1927, 1931. Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional. Pesquisa realizada por Fernanda Siqueira, Bolsista CNPq/PIBIC, FAUUSP.

Tabela 4
Mudança por completo tanto de inquilino quanto do uso em um mesmo endereço.

mudança de uso e de inquilino/proprietário								
categoria	nome	endereço	edição 1921	edição 1924	edição 1925	edição 1926	edição 1927	edição 1931
agentes de negócios	Joaquim Álvaro de Souza Camargo	r. Campos Salles, 1						
Calçados	Castorino e Castro	r. Campos Salles, 1-C						
engraxates	Nicolau Caputo	r. Campos Salles, 1-A						
alfaiatarias	Napoleão Corto	r. Campos Salles, 2 A						
Barbeiros	Antonio Encarnação	r. Campos Salles, 2-A						
agentes de negócios	Bernardino Martins	r. Campos Salles, 8						
dentistas	Joaquim Francisco Ferreira de Camargo	r. Campos Salles, 64* / 8	*					
couros	J.A. Costa	r. Campos Salles, 9						
engraxates	Jorge Jamarino	r. Campos Salles, 9						
loterias	J. U. Sarmiento	r. Campos Salles, 9-A						
arreios	J. A. Costa	r. Campos Salles, 11						
couros	Annibal Thomaz Delgado	r. Campos Salles, 11						
secos e molhados	José de Souza	r. Campos Salles, 11						
Botequins e Cervejarias	Braz Chiarelli	r. Campos Salles, 13-A						
fazendas (Casas de):	Salim Amim	r. Campos Salles, 13						
agentes de negócios	Prado Ayres e Cia	r. Campos Salles, 15						
seguros	Companhia de Seguros Minerva (marítimos e terrestres)	r. Campos Salles, 15						
médicos	Dr. Azael Lobo	r. Campos Salles, 15						
médicos	Dr. Hermas de Carvalho Braga	r. Campos Salles, 15						
pharmacias	F. Serafini & Cia	r. Campos Salles, 15-A						
secos e molhados	Nicolau Purchiro & Filho	r. Campos Salles, 15						
marcenarias e fábricas de moveis	José Farjou	r. Campos Salles, 20						
pharmacias	Jorge Sampaio	r. Campos Salles, 20						
advogados	A. Guimarães Filho e Cia	r. Campos Salles, 23						
agencias de seguros	Companhia Americana de Seguros, Domingos Penteado	r. Campos Salles, 23						
carroças (fábrica e oficina)	Jorge Penteado	r. Campos Salles, 23 / 28*		*				
confeitarias	Placidino Bernardes Nunez	r. Campos Salles, 23						
marmorarias	Marcellino Velez	r. Campos Salles, 23-B						
photographos	Francisco Domingues	r. Campos Salles, 23						
pintores e decoradores	Victor Caruso	r. Campos Salles, 23-C						
confeitarias	Guilherme Otto Ernesti	r. Campos Salles, 24						
padarias e confeitarias	Laureano Bacello	r. Campos Salles, 24						

Tabela 4
Mudança por completo tanto de inquilino quanto do uso em um mesmo endereço.

mudança de uso e de inquilino/proprietário								
categoria	nome	endereço	edição 1921	edição 1924	edição 1925	edição 1926	edição 1927	edição 1931
carroças (fábrica e oficina)	Ernesto Malta	r. Campos Salles, 30						
joalherias	Jorge C. Monteiro	r. Campos Salles, 30-A						
advogados	Alvaro Muller	r. Campos Salles, 47						
estofador	Jacob Gioll	r. Campos Salles, 47						
mechanicos (officinas de):	Manoel F. Lagoa	r. Campos Salles, 47						
seguros	Arino Quirino Simões	r. Campos Salles, 50						
mechanicos (officinas de):	José Paterno	r. Campos Salles, 50						
armarinho, fazendas, modas e perfumarias	Pedro Simão	r. Campos Salles, 60						
pensões	Eugenio Rodrigues Malva	r. Campos Salles, 60						
açougue	Abilio Alvaro Miller	r. Campos Salles, 61						
dentistas	Alfredo Baretta	r. Campos Salles, 61						
dentistas	Jorge Florence Teixeira	r. Campos Salles, 61						
farmacias	Derio & Cia	r. Campos Salles, 71						
restaurantes	Bernardino Rodrigues Marques	r. Campos Salles, 71						
farmacias	Associação Beneficente Salles de Oliveira	r. Campos Salles, 111						
serralheria	Alexandre Sun	r. Campos Salles, 111-B						
Botequins e Cervejarias	Orlando de Barros	r. Campos Salles, 113						
Carpintarias e serrarias	Antonio Matallo	r. Campos Salles, 113						
funilarias, encanamentos	Franciso Padini	r. Campos Salles, 115-A						
médicos	Dr. Lavieri Laurindo	r. Campos Salles, 115						

Fonte: Almanques Laemmert, 1921, 1924-1927, 1931. Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional. Pesquisa realizada por Fernanda Siqueira, Bolsista CNPq/PIBIC, FAUUSP.

Tabela 5
Quantificação de comércios/serviços na avenida Campos Sales no Almanaque

comércio / serviço	Quantidade de comércios/serviços na Campos Sales registrados em cada edição do Almanaque Laemmert						variação
	edição 1921	edição 1924	edição 1925	edição 1926	edição 1927	edição 1931	
açougue	2	2	3	3	2	2	baixa
advogados	1	1	0	0	0	2	baixa
agentes de negócios	2	3	3	0	3	1	média
agencias de seguros / seguros	2	2	2	2	2	3	baixa
alfaiatarias	2	0	0	0	0	2	baixa
arreios	1	0	0	0	0	0	baixa
armarinho, fazendas, modas e perfumarias	2	2	2	2	2	0	baixa
Assucar (refinações)	1	1	1	1	1	0	baixa
Barbeiros	2	2	2	2	2	3	baixa
Botequins e Cervejarias	2	1	1	1	1	6	alta
Calçados	1	0	0	0	0	0	baixa
Carpintarias e serrarias	0	1	1	1	1	0	baixa
carroças (fábrica e oficina)	1	1	1	1	1	3	baixa
charutarias (fábricas de fumos)	1	1	1	1	1	1	baixa
concerto de relógios	1	1	1	1	1	0	baixa
confeitarias	1	1	1	1	1	1	nenhuma
couros	1	0	0	0	0	1	baixa
dentistas	3	1	1	1	1	3	baixa
doces e balas	0	0	0	0	0	1	baixa
engenheiros	1	1	1	1	1	0	baixa
engraxates	0	2	2	2	2	0	baixa
estofador	0	0	0	0	0	1	baixa
fazendas (Casas de):	2	2	2	2	2	0	baixa
funilarias, encanamentos	1	1	1	1	1	0	baixa
garages	1	1	1	1	1	1	nenhuma
joalherias	1	0	0	0	0	0	baixa
loterias e agencias	1	1	1	1	1	1	nenhuma
marcenarias e fábricas de móveis	3	0	0	0	0	0	média
marmoarias	2	2	2	2	2	1	baixa
massas alimentícias	0	1	1	1	1	1	baixa
material para construção	0	0	0	0	0	1	baixa
mechanicos (officinas de): oficinas mecânicas	2	2	2	2	2	2	nenhuma
médicos	3	2	2	3	3	3	baixa
modistas	2	1	1	1	1	0	baixa
parteiras	1	1	1	1	1	1	nenhuma
padarias e confeitarias	2	1	1	1	1	0	baixa
pensões	3	3	3	3	3	5	baixa
pharmacias	1	1	1	1	1	2	baixa
photographos	1	1	1	1	1	2	baixa
pintores e decoradores	1	1	1	1	1	0	baixa
restaurantes	1	1	1	1	1	2	baixa
secos e molhados	5	2	2	2	2	2	média

Fonte: Almanques Laemmert, 1921, 1924-1927, 1931. Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional. Pesquisa realizada por Fernanda Siqueira, Bolsista CNPq/PIBIC, FAUUSP.

ANNUARIO

Commercial, Industrial, Agricola, Profissional e Administrativo
da CAPITAL FEDERAL e dos ESTADOS UNIDOS DO

BRASIL

EDIÇÃO PARA

1931

87.º ANNO



OBRA DE CONSULTA, DE ESTATISTICA E DE INFORMAÇÕES GERAES

FUNDADA EM 1844

COM O TITULO DE

ALMANAK LAEMMERT

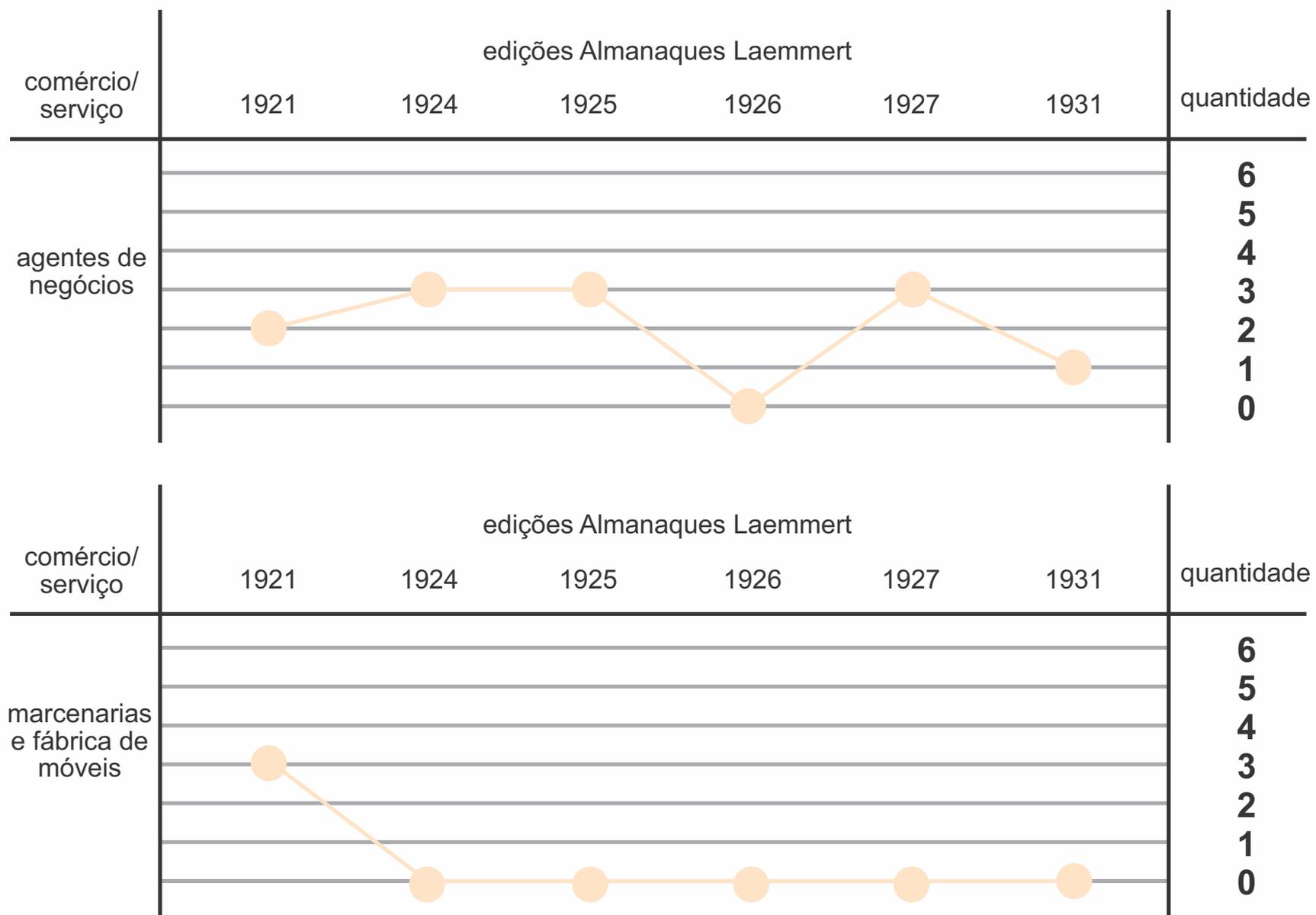
O UNICO ANNUARIO DE TODOS OS ESTADOS DO BRASIL

1.º VOLUME — DISTRICTO FEDERAL

(A OBRA COMPLETA CONSTA DE 4 VOLUMES)

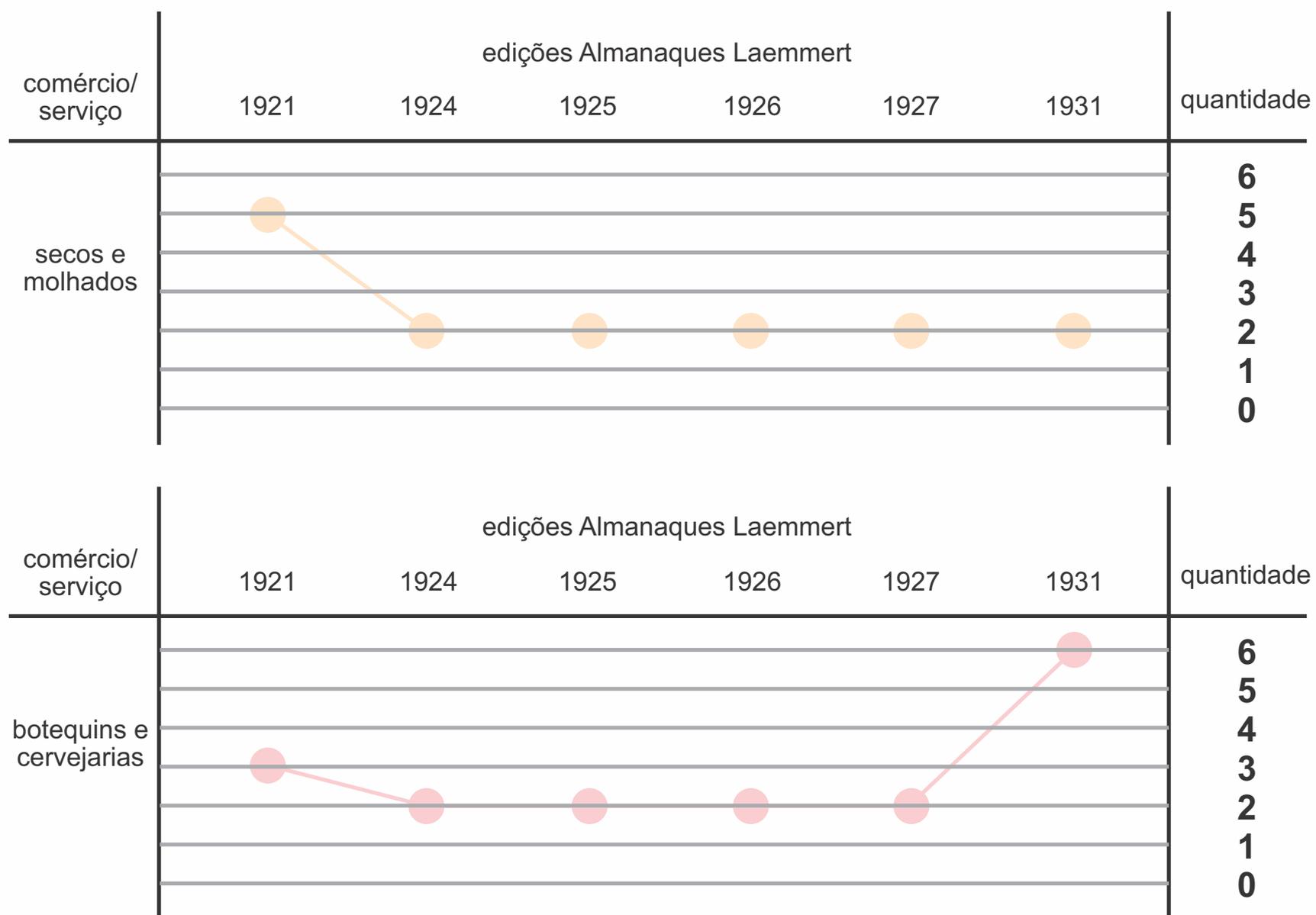


Gráfico 1
Número de agentes de negócios e marcenarias e fábricas de móveis na avenida Campos Sales que constam no Almanaque Laemmert.



Fonte: Almanagues Laemmert, 1921, 1924-1927, 1931. Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional. Pesquisa realizada por Fernanda Siqueira, Bolsista CNPq/PIBIC, FAUUSP.

Gráfico 2
Número de secos e molhados e botequins e cervejaria presentes na avenida Campos Sales que constam no Almanaque Laemmert.



Fonte: Almanagues Laemmert, 1921, 1924-1927, 1931. Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional. Pesquisa realizada por Fernanda Siqueira, Bolsista CNPq/PIBIC, FAUUSP.

HIME & Cia.

Rua Theophilo Ottoni, 52

RIO DE JANEIRO.

Caixa Postal 593 — Endereço Telegraphico: "FERRO"
Telephone: 4-6075

INDUSTRIAES — — IMPORTADORES

Grande deposito de ferro, metaes e ferragens em geral

DEPOSITARIOS DOS

**Productos da Companhia Brasileira de Usinas Metallurgicas:
Alto Forno, — Refinação de Aço e Laminação, — Fundição
Ferro e Bronze, — Parafusos, Pregos para Trilhos,
Ferros de Engommar, Balanças, Louça
Estanhada, Canos de Chumbo, etc.**

**Fabricantes de Pontas de Paris, Louça de Ferro Batido e Es-
maltado, Fogões, Caixas d'Agua, Ferraduras,
Portas de Aço, Gradis, etc.**

Depositarios da Companhia Brasileira de Phosphoros

**Unicos Recebedores das afamadas marcas de Cimento "White
Brothers" & "Saccadura", — Ferro Guza da Usina: Morro
Grande, — Dynamite & Gellignite da Nobel's Explosives Co., Ltd.**

Arqueologia de uma paisagem

A terceira camada de historicidade tem como foco as avenidas Francisco Glicério e Campos Sales, no âmbito do "Plano Urbanístico de Prestes Maia", apresentado em forma de anteprojeto e aprovado no Ato Municipal nº 118 de 23 de abril de 1938. O plano urbanístico de Prestes Maia criou uma larga e grande avenida ligando a estação ferroviária ao centro da cidade. A Avenida Campos Sales atingiu cerca de um quilômetro e ganhou uma Praça Cívica (no antigo Largo do Rosário) decorrente da demolição da Igreja do Rosário dos Pretos. Em paralelo, o plano de Prestes Maia criou uma avenida perpendicular a esta (a Avenida Francisco Glicério) estendendo-a em direções opostas, um quilômetro em cada direção, até o circuito perimetral composto pelas avenidas Moraes Sales, Senador Saraiva, Orozimbo Maia, José de Souza Campos, Aquidabã, Barão de Itapura, com intuito de distribuir o fluxo de veículos para os bairros adjacentes ao centro.



Uma quarta camada de historicidade data da década de 1950 e decorre da implantação definitiva do plano urbanístico de Prestes Maia. Em meio às avenidas criadas, outras ruas antigas do antigo centro foram alargadas e novos edifícios foram construídos, a exemplo do Fórum Municipal e da sede da Cia Correios e Telégrafos.



Uma quinta camada de historicidade representa o Centro Histórico de Campinas hoje (Avenidas Francisco Glicério e Campos Sales). Nota-se descontinuidade no skyline e grande deterioração nos imóveis. Certos ícones da paisagem urbana (marcos da cidade), como o Largo do Rosário, a Praça Cívica e o Entroncamento Viário junto da Matriz e da Estação foram ressignificados.

O PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO é um projeto de governo que envolveu várias secretarias ligadas à PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS - SEMURB – EMDEC – SETEC – SANASA – CONDEPACC, associados à iniciativa privada, à CPFL e à TELECON. Para tanto, ensejou um diagnóstico lote a lote e mapeamento do desrespeito para com o Patrimônio Histórico e uso inadequado dos equipamentos públicos.

Sob inspiração do projeto de requalificação da Avenida Francisco Glicério², foram elaboradas propostas de aumento da calçada (calçadas organizadas com maior acessibilidade; calçadas ampliadas e ainda permitindo acessos e paradas rápidas; lugares onde o mobiliário foi encostado na parede devido à calçada estreita). Redesenhou-se o Mobiliário Urbano, bem como estabeleceram-se diretrizes e elementos técnicos para organização do espaço, definindo painéis para arte urbana, painéis para bancas de jornal para propaganda, bem como disciplinando a higiene na comercialização dos produtos alimentícios (lixeiras / bancos / cobertura / flores). Em paralelo, garantindo a visibilidade do Patrimônio Histórico e Arquitetônico do centro da cidade, procedeu-se à limpeza das fachadas, floreiras, floreiras com armação de ferro com primaveras, paginação do piso, lateralmente aos quiosques de bancas de jornal e revistas. Os equipamentos de transporte também mereceram projeto (Estações de Ônibus / Estações de Transferência; Estações de embarque e desembarque livres de bancas e carrinhos; livre acesso ao usuário de ônibus), bem como os equipamentos de iluminação, envolvendo a retirada e enterramento da fiação, além da troca das luminárias.

Este projeto de Requalificação do Centro de Campinas ousou garantir:

1. preferência ao pedestre com mais acessibilidade;
2. mobiliário urbano sempre do lado das calçadas ampliadas;
3. estações de embarque livres e bem localizadas;
4. paisagismo ordenador do espaço;
5. iluminação e segurança mais eficientes;
6. limpeza das fachadas e respeito ao patrimônio histórico; e
7. valorização da arte urbana.





hanguera
certificado
que dá
confiança
pra seguir
em frente.
vem
por
aqui

FOTO ATUAL JUNHO 2024 - AV. CAMPOS SALES
(CRÉDITOS: RODRIGO VILLALBA/ MARIA RITA AMOROSO)

Arqueologia de uma paisagem

Em Campinas, inúmeras camadas desiguais de tempos amalgamam-se na paisagem contemporânea. Ainda que não tenha havido de imediato um completo abandono das edificações de matriz eclética dos tempos da Primeira República, as novas edificações das décadas de 1930 e 1940 tenderam à simplificação e à geometrização, influenciadas pela estética do art déco. A partir da década de 1950 surgiram os arranha-céus modernistas. As novas linguagens representam a passagem de uma cidade "dita provinciana" à outra "moderna", decorrente dos desdobramentos da acumulação propiciada pela cafeicultura. A decadência desta economia, após a crise de 1929, leva Campinas a uma conjuntura idêntica à paulistana, redesenhando-se ao sabor de gostos e hábitos urbanos decorrentes do desenvolvimento industrial e da dinâmica do comércio e serviços das décadas seguintes.

A colaboração "mútua e bem articulada" entre "o mercado imobiliário e a cadeia produtiva de burocratas de instituições municipais voltadas ao controle urbano, escolas de formação profissional de arquitetos-engenheiros e artesãos, elites e setores médios de empresários envolvidos na produção imobiliária", de acordo com Bueno (2018), foi capaz de promover na cidade de São Paulo "a renovação da zona central com um patrimônio arquitetônico-paisagístico de inegável encanto, hoje carente de cuidados". O quadro semelhante, de proporções menores obviamente, merece estudo em Campinas, buscando-se aquilatar em que medida o Estado fomentou e orquestrou o processo de produção da cidade por meio da legislação urbanística, bem como liderou operações com clara interdependência entre interesses públicos e privados, incitando a iniciativa privada na produção da cidade de Campinas no âmbito de um efervescente mercado imobiliário rentista vigente até a Lei do Inquilinato em 1942. A comparação entre São Paulo (Bueno, 2018) e Campinas é interessante para precisar dinâmicas, ritmos, lógicas e dar face aos envolvidos, inclusive precisando interdependências entre a aristocracia cafeeira da capital no interior e o lugar dos novos atores imigrantes no processo de produção material da cidade.

Buscamos aqui aplicar a metodologia em Arqueologia da Paisagem (BUENO, 2018) para pensar os caminhos da construção/transformação/apropriação/produção da paisagem urbana em Campinas em fins do século XIX até os dias atuais, com ênfase nas transformações materiais, mas também culturais e políticas, almejando conhecer, aprofundar e esclarecer as dinâmicas, as continuidades e as rupturas encontradas em sua história. Ainda na linha de pesquisa em Arqueologia da Paisagem, com base em Bueno (2018), pretende-se contribuir para a história da urbanização de Campinas, baixando o olhar da perspectiva em voo de pássaro ao processo de mutação dos imóveis, lote a lote, e assim buscando atender para ritmos, dinâmicas e lógicas que presidiram o processo de transformação do centro da cidade e dos agentes produtores, na longa duração, muitos deles ainda ativos no centro de Campinas, com vistas a cooptá-los na proposta de zeladoria compartilhada nos projetos de requalificação urbana em andamento.

Vale ressaltar, além de nossos trabalhos realizados anteriormente na área de Políticas Públicas para a Prefeitura de Campinas, entre outras, a predisposição atual da presente pesquisa no sentido de trazer incentivo e inovação no campo da restauração, réuso e conservação do patrimônio arquitetônico e urbano.

22 Nesse sentido, este livro dá continuidade aos estudos anteriores de Mestrado e Doutorado de Maria Rita Amoroso, realizados em meio a uma vasta experiência prática na área de arquitetura e urbanismo em órgãos locais, com ênfase, entre outros exemplos, no trabalho de Requalificação do Centro Histórico de Campinas (revitalização da Av. Francisco Glicério), como dito, realizado no ano de 2016.



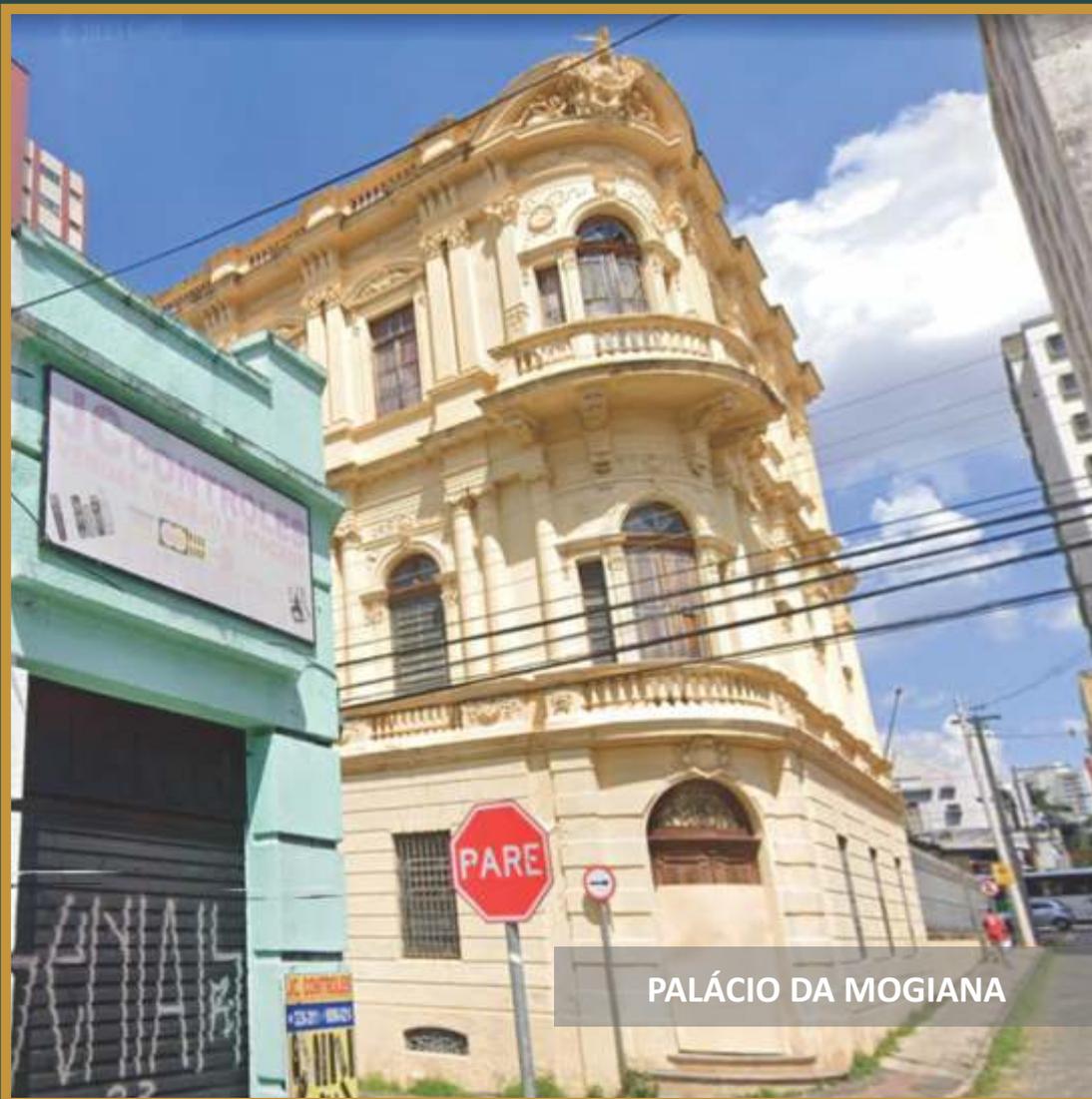
FIGURA 34. AVENIDA FRANCISCO GLICÉRIO. PRAÇA JOSÉ BONIFÁCIO (LARGO DA MATRIZ). FONTE: MARIA RITA AMOROSO, 2016.



LOJA MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA



ACIC



PALÁCIO DA MOGIANA



PALÁCIO DA JUSTIÇA

PALACETE BARÃO DE ATALIBA NOGUEIRA – 1894 –

proprietário da Fazenda Jaguary, atual Fazenda Santa Úrsula em Jaguariúna/SP uma das primeiras construções usando técnicas e mão de obra sofisticada como o uso do tijolo, massa e carpintaria. Foi utilizado como residência até 1922, quando foi vendido ao imigrante italiano José Frigeri, que já tinha outro hotel mais popular na rua 13 de maio para atender comerciantes principalmente de calçados. Por ser grande e requintado e possuir uma cozinha com gastronomia italiana atraiu hóspedes importantes como Monteiro Lobato (escritor), Guiomar Novais (pianista), Orlando Silva (cantor), os revolucionários de 1932, oficiais de Getúlio Vargas, entre outros. Para recrear seus hóspedes, possuía uma biblioteca, uma discoteca de músicas eruditas com cerca de 3.500 discos e um camarote exclusivo no Teatro Municipal de Campinas. Hotel Vitória – Av. Campos Sales com rua Regente Feijó, projeto de Ramos de Azevedo processo de tombamento 001/1988.



PALACETE BARÃO DE ATALIBA NOGUEIRA - MIS BMC- 159

Igreja do Rosário

Capítulo 6



MIS. BMC_257

Arqueologia de uma paisagem

Da pequena capela do início do século XIX, passando pela atuação de grupos negros, pela presença dos padres claretianos e pela grande reforma do início do século XX, chegando à sua demolição e reconstrução, refletimos sobre perdas, apagamentos e esquecimentos.

/.../

O início da construção da capela teria ocorrido com o tenente ituano Pedro Gonçalves Meira (1743-1813) que, devido a conflitos com o vigário local por conta do terreno escolhido, acabou se mudando de Campinas. A edificação de um novo templo, próximo ao terreno alvo de embates, foi iniciada em 1817. Atuaram na obra, primeiro o Padre Antônio Joaquim Teixeira de Camargo e, com sua morte, o Padre Manoel José Fernandes Pinto que também faleceu antes de sua conclusão. O cuidado e finalização da capela, por sua vez, foram entregues à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, já existente desde cerca de 1810 e formada por negros, sobretudo escravos, e depois mulatos. Segundo documentação, a associação religiosa leiga encontrava-se ainda ativa em 1935, mas não se sabe o ano de sua extinção²³.

1º TEMPLO (1818-1907)



Fig. 60 – 1818
Igreja do Rosário



Fig. 61 – 1870
Igreja reformada, recebeu torres



Fig. 62 - 1887
As torres foram demolidas, pois ameaçavam ruir

2º TEMPLO (1907-1956)



Fig. 63 – 1914
Nova Igreja do Rosário

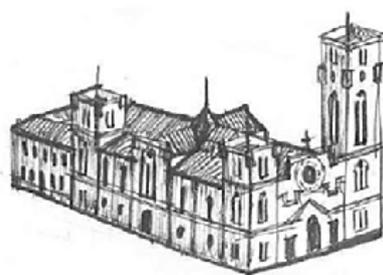


Fig. 64 – c. 1930
Igreja após a reforma estilística da fachada

Interessante saber que a Igreja do Rosário antecedeu a Matriz Nova em homenagem à N. S. da Conceição e ficava um tanto quanto afastada do núcleo original, como normalmente ficavam todas as irmandades pertencentes aos escravizados ou libertos.

Data de 1810 a Irmandade de N. S. do Rosário em Campinas formada por pretos escravizados e também pardos. A associação, religiosa leiga segue ativa até 1935. A capela foi construída pela irmandade e com apoio de beneméritos afastada do núcleo urbano inicial onde se situava a Matriz Velha e a Casa de Câmara e Cadeia. Era simples e coroada com um frontão triangular e ladeado por uma torre sineira à esquerda.

Em 1870, a cidade foi dividida em duas freguesias devido ao aumento populacional: a nova Paróquia de Santa Cruz, com sede na Matriz Velha; e a Paróquia de N. S. da Conceição, com sede provisória na Capela do Rosário, visto que a Matriz Nova estava em obras e só foi inaugurada em 1883.

O Largo do Rosário concentrava festas relacionadas ao sincretismo religioso dos escravizados africanos. A cronologia das obras dá a medida do papel da Capela do Rosário para a cidade:

1870 – tornou-se sede provisória da Matriz Nova e ganhou duas torres laterais.

1871 – arborização do Largo do Rosário.

1874 – instalação de chafarizes no Largo do Rosário.

1883 – inaugurada a Matriz Nova de N. S. da Conceição.

1887 – demolição das torres por apresentarem risco à população.

1887 – o Largo do Rosário passa a se chamar Praça Visconde de Indaiatuba.

23 UM ROSÁRIO DE MEMÓRIAS: 1817-1928 — Google Arts & Culture. Realização Centro de Memória - UNICAMP.

Figura 35. ROSADA, Mateus. Sob o signo da cruz: Igreja, Estado e secularização (Campinas e Limeira 1774-1939), 2010, p. 113-114.



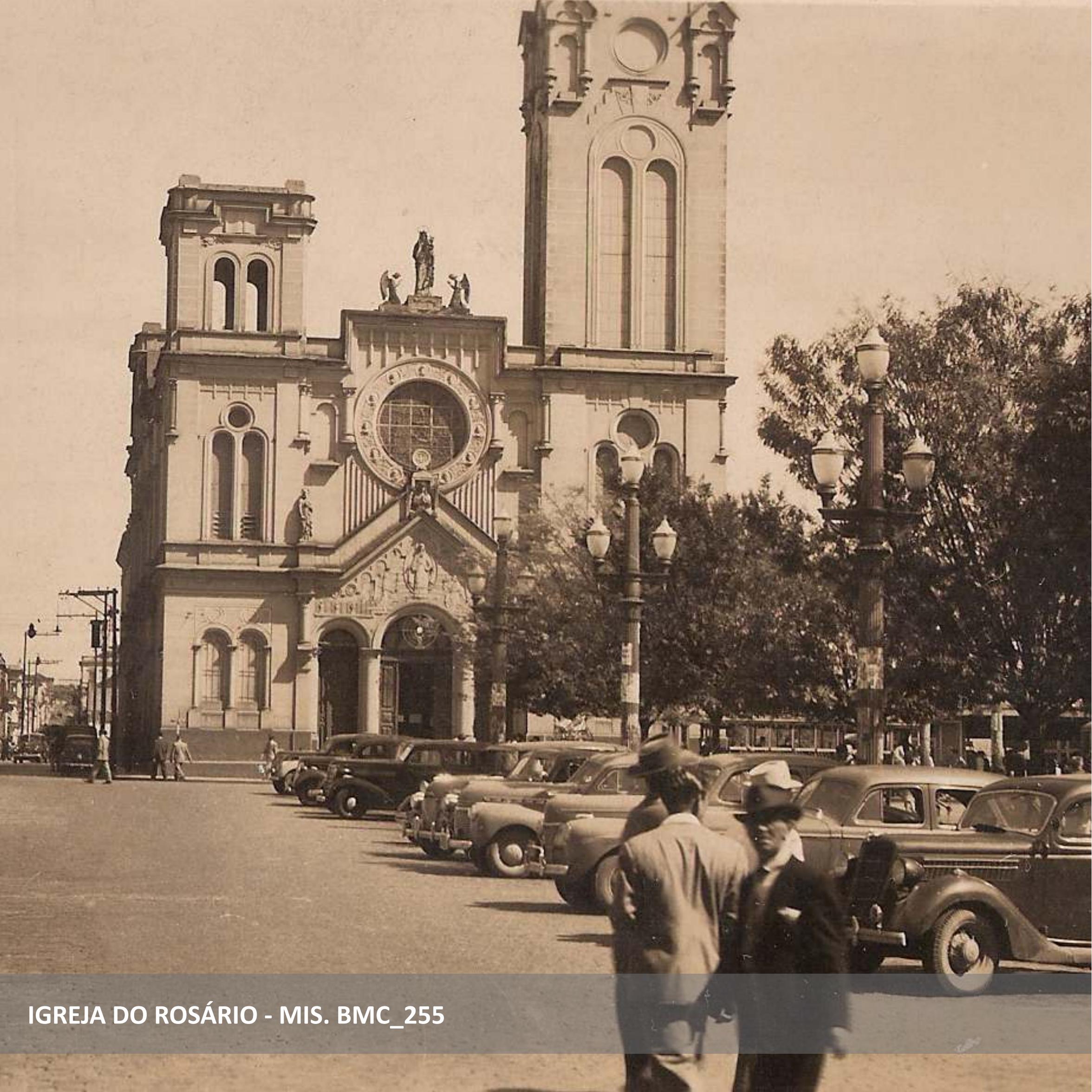
MIS. BMC_251

Desenho mostrando Igreja do Rosário, nota-se a praça com o monumento, a Campos Sales e ao fundo o prédio modernista do Fórum .



MIS. BMC_253

Igreja do Rosário
nota-se a praça com o monumento a Campos Sales



IGREJA DO ROSÁRIO - MIS. BMC_255

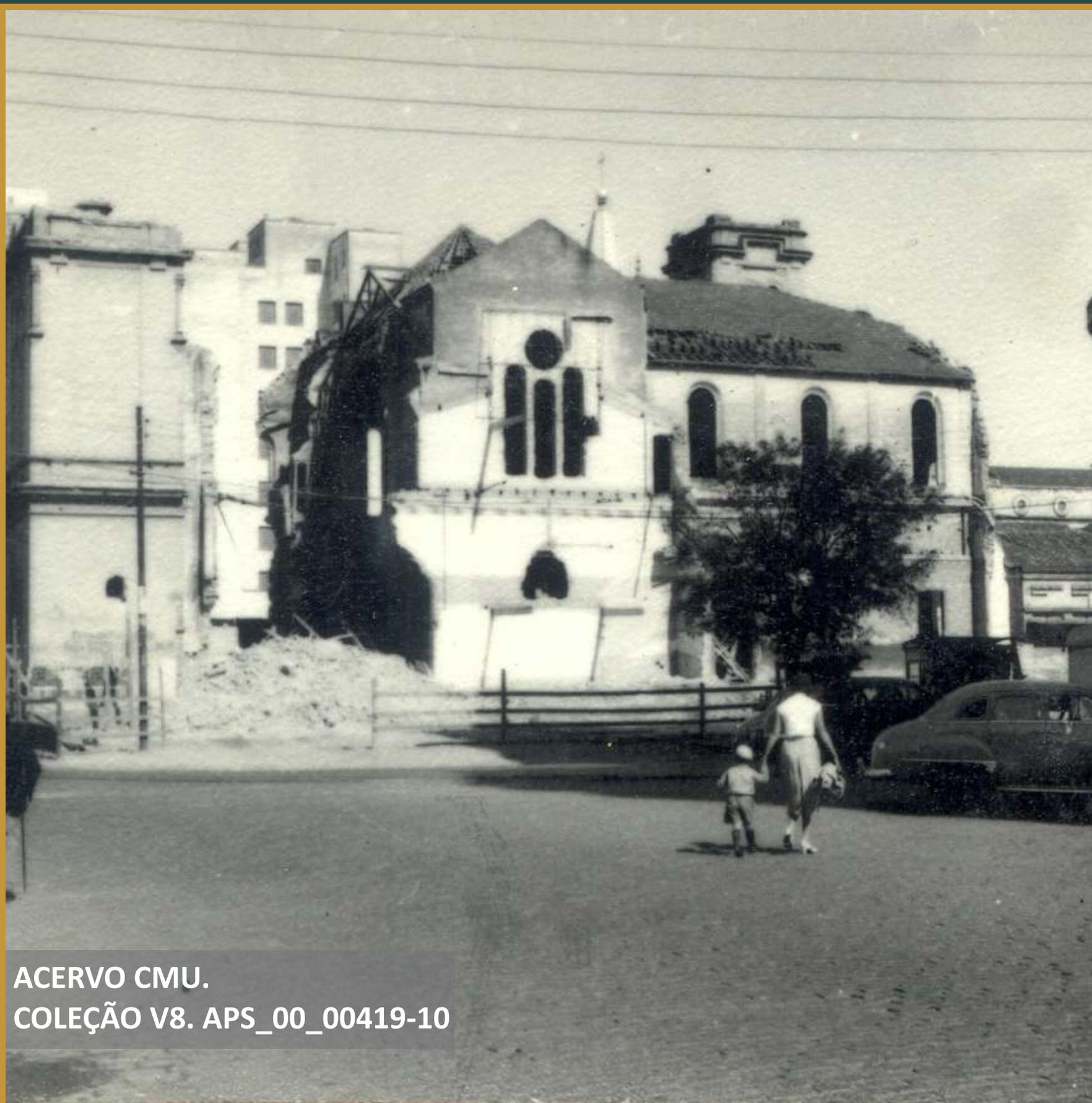
- Igreja do Rosário -

nota-se lado esquerdo da foto a Avenida Campos Sales
e em frente a praça do monumento a Campos Sales



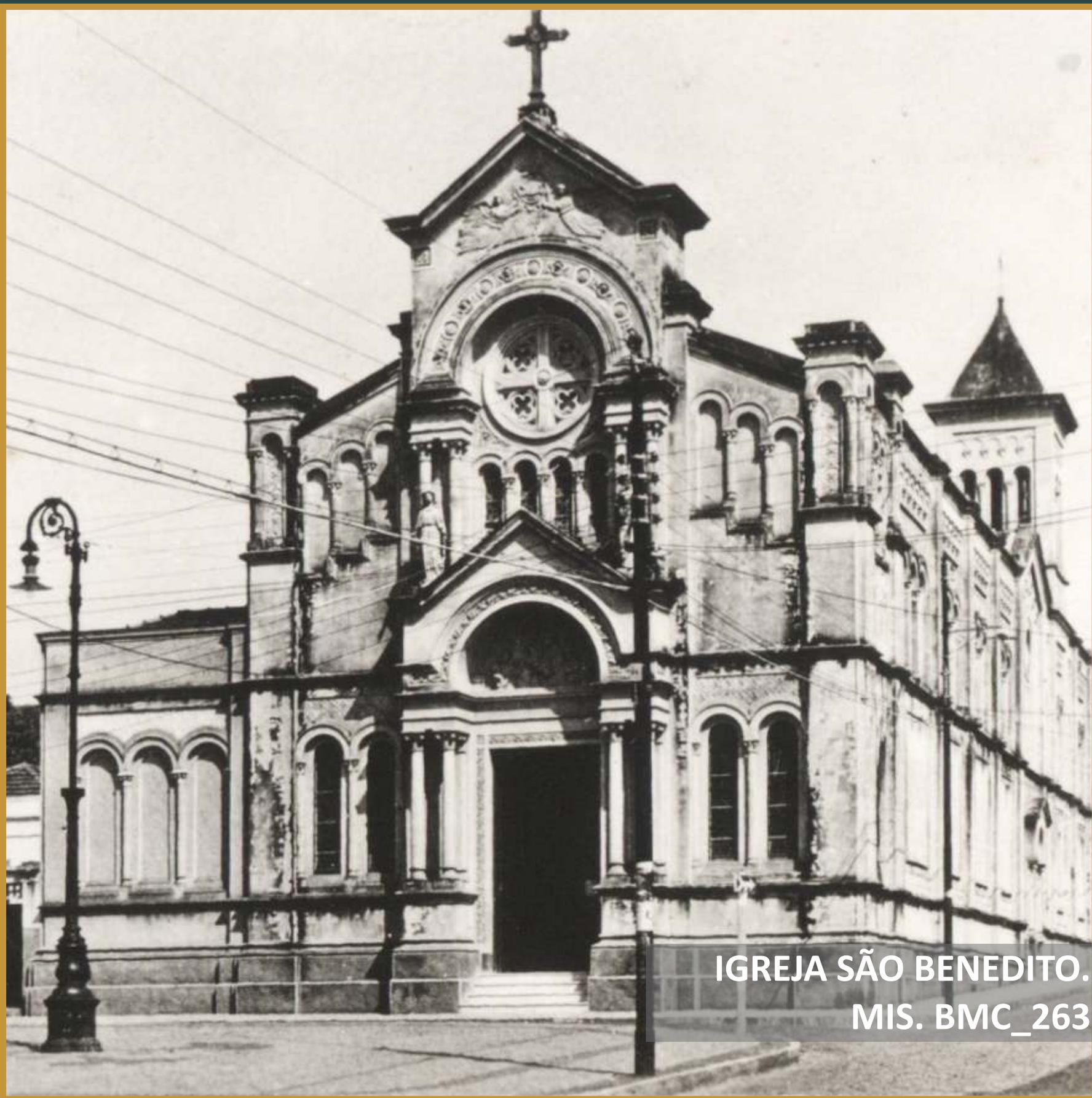
DEMOLIÇÃO DA IGREJA DO ROSÁRIO. ACERVO CMU. COLEÇÃO V8.

Demolição da Igreja do Rosário



ACERVO CMU.
COLEÇÃO V8. APS_00_00419-10

Demolição da Igreja do Rosário



IGREJA SÃO BENEDITO.
MIS. BMC_263

Igreja São Benedito – Centro

As vésperas da Abolição da Escravidão e da Proclamação da República, o Largo do Rosário torna-se alvo da municipalidade que começa uma campanha contra a arquitetura de taipa e outros aspectos indesejados do passado ibérico e escravista, iniciando um processo de retirada da irmandade do coração da cidade.

O Cemitério dos Cativos²⁴ ou dos Pretos, destinado aos escravizados e aos forros, situava-se às margens do perímetro urbano, no chamado rossio, ao lado do atual Largo de São Benedito, não por acaso uma divindade preta. Interessante observar que o largo se chamava Campo da Alegria, alusivo ao imaginário africano no qual a morte liberta a alma e é motivo de festejo para celebrar o retorno à terra de origem. Em sentido oposto, na lógica herdada do colonialismo, ali foi contraditoriamente implantada a força em 1849, intimidatória, funcionando como uma ameaça contra possíveis levantes. Havia ainda uma capela funerária. Desde 1837, o enterramento era alvo do urbanismo higienista que considerava a inumação no espaço urbano foco de miasmas e prejudicial à saúde da população. Em 1838, o presidente da Câmara indicou que se pedisse à Assembleia Legislativa autorização para vender o terreno do Cemitério dos Cativos e com o dinheiro fazer um Cemitério Geral. À margem do arruamento da cidade, o Cemitério dos Pretos seguiu sendo alvo de campanhas sucessivas contrárias à sua permanência: formigueiros, muros de taipa ameaçados pelas chuvas e mato alto foram algumas das justificativas apresentadas para a sua retirada da paisagem urbana.

Segundo Antônio Carlos Lorette (2003), a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos tinha cemitério anexo. Ficava do lado esquerdo da Igreja, voltado para a rua General Osório, antiga rua das Casinhas, que servia para o comércio de carne verde. O cemitério do Rosário atendia ao sepultamento dos homens brancos da Vila de São Carlos e continuou pertencente à Irmandade após a inauguração do Cemitério Público, em 1831, sendo desativado por exigência da dura lei de 1829. Sobre os cativos, havia também o cemitério bento, à beira da estrada das Campinas Velhas (atual Morais Salles), que servia para sepultamentos dos cativos de nação. As informações disponibilizadas na tese de Lorette baseiam-se em Ricardo Gumbleton Daunt e, nela, o autor questiona o sepultamento na capela do Rosário. Pautando-se em Jolumá Brito e Ricardo Gumbleton Daunt, Lorette afirma que os negros condenados e os negros de nação continuaram a ser sepultados no antigo cemitério bento, levantando a suspeita sobre a relação das Igrejas do Rosário com antigos territórios de mercado (de raízes ou de casinhas), na periferia de freguesias e vilas, por serem locais de comercialização de escravos.

Seja como for, todos os espaços dos cativos foram perseguidos pela municipalidade e progressivamente expurgados do espaço urbano e laicizados.

24 LORETTE, Antonio Carlos Rodrigues. *Cemitérios em Campinas: a transformação do espaço para sepultamentos (1753-1881)*. Dissertação de Mestrado em Urbanismo, Centro de Ciências Exatas Ambientais e das Tecnologias - PUCCAMP, 2003, pp. 108-114.



DEMOLIÇÃO DA IGREJA DO ROSÁRIO.
FONTE: ACERVO CMU. COLEÇÃO V8. APS_00_00419-10

Do sagrado ao profano, os espaços das festas e celebrações das irmandades de N. S. do Rosário dos Pretos e de São Benedito cederam lugar ao calçamento, à arborização disciplinada, à iluminação, ao bonde e ao automóvel, representativos ideários urbanísticos.

Após a Proclamação da República e a Abolição da Escravidão, o largo do Rosário convertido em praça e a irmandade dos pretos cedeu lugar à capela da Congregação dos Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria, conhecidos como missionários clareteanos.

- 1895 – tornou-se um grande jardim com calçadas, bancos, novo chafariz e iluminação a gás.
- 1897 – o pároco da matriz e também juiz da Irmandade do Rosário ofereceu a Capela do Rosário para dois padres clareteanos.
- 1907 – os padres clareteanos a reforma da Capela de taipa, ampliando-a em alvenaria de tijolos.
- 1909 – calçamento do Largo do Rosário, sendo o piso trocado e os passeios gramados substituídos por pedra portuguesa.
- 1910 – finalização da nova fachada.
- 1913 – inauguração novo templo com duas torres laterais e feições ecléticas.
- 1915 – chegaram da Itália o altar-mor e os seis altares-laterais em mármore de Carrara. Mais tarde a Igreja foi decorada com pinturas do artista austríaco Thomaz Scheuchl, inspirada na Escola de Arte de Beuron, do mosteiro beneditino de Beuron na Alemanha. As fachadas ganharam feições neorromânicas e torres quadrangulares. Nos interiores, vitrais e imagens policromadas de origem espanhola conferiam requinte ao templo. No altar-mor, em destaque, estava a imagem de N. S. do Rosário em madeira dourada e policromada.

De espaço sagrado para os cativos à praça da República, na década de 1930 o antigo do largo do Rosário vivenciou nova campanha predatória.

- 1933 – as árvores do Largo foram cortadas à revelia da população.
- 1934 – nova remodelação da praça e inauguração do monumento ao presidente Campos Sales, campineiro de nascimento.

A Igreja do Rosário é alvo do Plano de Avenidas de Prestes Maia, idealizado em 1934 e promulgado em 1938, mas só efetivado na década de 1950.

A proposta de abertura de duas grandes avenidas no coração

da cidade esbarra em dois ícones do passado que serão demolidos em nome de um novo conceito de modernidade em curso: a Igreja do Rosário e o Teatro.

Coube à gestão do Prefeito Ruy Novaes a sentença final, em 1956. As imagens da demolição falam por si e dão uma ideia do requinte do templo e do teatro demolidos porque obstruíam o progresso.

As grossas paredes de taipa de pilão são visíveis e foram difíceis de serem dinamitadas pela robustez alusivas às muitas temporalidades ali amalgamadas.

O requinte de ambos os espaços fala de outros tempos, cuja memória não alcança. As imagens das demolições mostram o descaso para com o passado.



DEMOLIÇÃO DA IGREJA DO ROSÁRIO. ACERVO CMU. COLEÇÃO V8. APS_00_00419-27



IGREJA SÃO BENEDITO – CENTRO
MIS. BMC_263

Arqueologia de uma paisagem

Um novo ideário de modernidade substitui o anterior e novos ícones passam a marcar a paisagem urbana em estética Art Déco e monumental. São simbólicos laicos – o fórum, os correios, o prédio para a Associação Comercial e Industrial, o hotel Terminus, a nova Igreja do Carmo, entre muitos outros.

Os novos ícones dão o tom dos novos tempos e impulsionam Campinas às alturas, apequenando os espaços de outros tempos. O largo à altura chamado de Praça Visconde de Indaiatuba foi convertido em Praça Cívica e a Igreja do Rosário transferida para o Jardim Chapadão, um novo loteamento parte do Plano de Prestes Maia nos subúrbios da cidade.

Por sua vez, a cidade ficou sem teatro e, em seu lugar, jaz uma praça anódina e hoje ainda carente de função. O Teatro Castro Mendes substituiu o anterior e situa-se na Vila Industrial.

Campinas verticaliza-se a partir da década de 1950 e expande-se em todas as direções. No entanto, esta modernidade não se traduz na preservação da memória.





DEMOLIÇÃO DA IGREJA DO ROSÁRIO. FONTE: ACERVO CMU. COLEÇÃO V8. APS_00_00419-11

Arqueologia de uma paisagem





DEMOLIÇÃO DA IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO.
FONTE: ACERVO CMU. COLEÇÃO V8. APS_00_00419-14.



Requalificação Campos Sales

Requalificação Campos Sales

Em termos prospectivos, buscamos entender as lógicas de produção da cidade, do geral à Avenida Campos Sales, entendida como metonímia na qual a parte representa o todo.

Foram analisadas as seguintes camadas de historicidade:

- 1ª fase: Campinas antes da ferrovia e da epidemia de febre amarela.
- 2ª. fase: Saneamento, calçamento e arquitetura eclética de tijolos durante a Primeira República.
- 3ª fase: Campinas do Plano de Avenidas de Prestes Maia, alargamento de vias e modificação das praças antigas convertidas em praças cívicas, construção de novos equipamentos como o Fórum Municipal e os Correios e Telégrafos em estética Art Décô, demolição da Igreja do Rosário e do Teatro Municipal, alargamento das avenidas e verticalização das edificações como o Hotel Terminus, entre outros, sobretudo nas décadas de 1950-1960.
- 4ª fase: Século XXI, a última camada de historicidade representa o centro histórico de Campinas hoje (Avenidas Francisco Glicério e Campos Sales), visto que este ainda se mantém como referência, apesar de sua descontinuidade de skyline e grande deterioração. Certos ícones da tradição urbana (marcos da cidade), como o Largo do Rosário, a Praça Cívica e o Entroncamento Viário junto da Matriz e da Estação foram ressignificados. A avenida Francisco Glicério foi requalificada (Projeto Requalificação do Centro de Campinas, 2016-2017).

Debater a questão da sustentabilidade (como convém aqui para falar de restauração e reuso patrimonial) implica em incorporar estudos sobre os planos urbanísticos estratégicos para o centro de Campinas – ao menos desde o Plano Diretor de 2016 até a Lei do Retrofit (2022). Tais planos são imperativos para o futuro de qualquer metrópole, justamente em um contexto de discurso ideológico a serviço do mercado, da economia e da competitividade, como dito, que constroem um cenário de cidade-mercadoria concebida por (e para) agentes hegemônicos, e nem sempre para a população como um todo (SANTOS, 2003).

Na linha do Projeto para a Avenida Francisco Glicério insere-se o Projeto de Requalificação da Avenida Campos Sales.

Arqueologia de uma paisagem



Proposta de totens de vidro a serem instalados ao lado dos pontos de ônibus e também nas bancas, contendo mídia digital. Projeto da prefeitura “Viva Campos Sales” (ver <https://correio.rac.com.br/campinasermc/obras-de-revitalizac-o-da-campos-sales-s-o-adiadas-1.1269645>). Idealização e coordenação: Arquiteta Maria Rita Silveira de Paula Amoroso.

**Projeto Campos Sales - Relocação e Remodelação das bancas e pontos de ônibus:
paisagismo, sinalização, acessibilidade, enterramento de fios, iluminação e calçamento.**



- | | |
|---|--|
|  PATRIMÔNIO |  ESTACIONAMENTO |
|  INSTITUCIONAL |  COMÉRCIO |
|  HOTEL |  SERVIÇO |
|  HABITAÇÃO | |

Arqueologia de uma paisagem



Patrimônios

1



MUSEU DA CIDADE

2



HOTEL ROMANCE

3



PALÁCIO DA MOGIANA

4



LOJA MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA

5



PALÁCIO DA JUSTIÇA

6

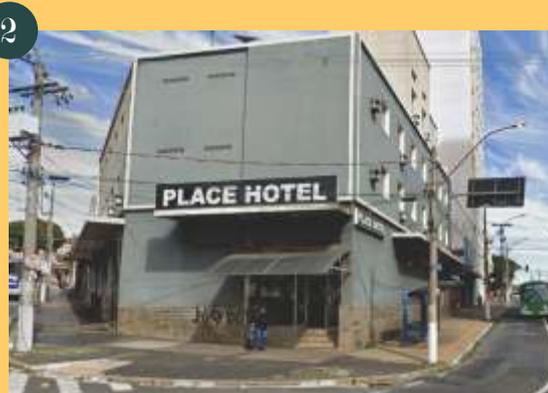


HOTEL VITÓRIA

Hotéis



ED. SIZENANDO DE PAULA PINHEIRO



PALACE HOTEL



HOTEL OPALA ESTADÃO CAMPINAS

Institucional



IGREJA PENTECOSTAL



IGREJA INTERNACIONAL
DA GRAÇA DE DEUS



ACIC

Estacionamentos



OUPARK ESTACIONAMENTO



ESTACIONAMENTO JEREMIAS



ESTACIONAMENTO BANDEIRANTES



CAMPOS PARK ESTACIONAMENTO



ESTACIONAMENTO IGREJA UNIVERSAL



CITY PARK ESTACIONAMENTO



ESTACIONAMENTO SOLAR

Habitação

1



ED. SIZENANDO DE PAULA PINHEIRO

2



EDIFÍCIO ELENA

3



EDIFÍCIO ABEL CARDOZO

4



EDIFÍCIO LAUZINHO FERREIRA

5



ED. PRINCESA D'OESTE

6



ED. CAMPOS SALES

7



EDIFÍCIO INDEPENDÊNCIA

8



EDIFÍCIO AMAZONAS

9



EDIFÍCIO CAMPINEIRO

10



EDIFÍCIO BANLAVOURA

Serviços



BARBEARIA



POSTO DE COMBUSTÍVEL



DPASCHOAL



ALCINO DUARTE



ODONTOLOGIA SIMÕES



CENTRAL ODONTOLOGIA



CHAMA AZUL



ALEIXO



ADVOCACIA / AUTO ESCOLA

Arqueologia de uma paisagem

10



ANTIGO SANTANDER

11



ACADEMIA / DROG. FAMILIAR

12



DROGARIA CAMPEÃ

13



BRASIL SORRISO

14



MERCADO CAMPOS SALES

15



CLÍNICA DENTÁRIA MINEIRA

16



BANCO SANTANDER

17



OPTICA / DENTISTA

18



WII DUPLO

19



LOTÉRICA INDEPENDÊNCIA

20



DENTISTA DO POVO

21



CAÇULA LOTÉRICA

Comércios



ESQ. AV. ANDRADE NEVES



ESQ. RUA ONZE DE AGOSTO



ESQ. RUA SALDANHA MARINHO



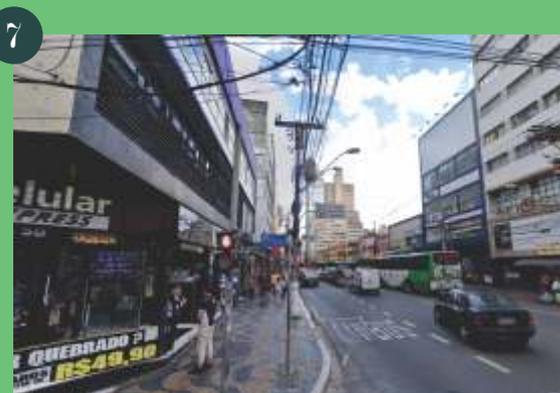
ESQ. RUA VISCONDE DO RIO BRANCO



ESQ. AV. SENADOR SARAIVA



ESQ. RUA ÁLVARES MACHADO



ESQ. RUA ERNESTO KHULMANN



ESQ. RUA JOSÉ PAULINO



ESQ. RUA REGENTE FEIJÓ

Comércios

10



ESQ. AV. FRANCISCO GLICÉRIO

11



KIOSKI MARISA

12



BANCA PALÁCIO



Bens Tombados - Campos Sales

Arqueologia de uma paisagem



TOMBADO



ESTUDO DE TOMBAMENTO



IMÓVEIS LINDEIROS EM ESTUDO DE TOMBAMENTO

Arqueologia de uma paisagem



Bens Tombados - Campos Sales

1

Antiga Fábrica Lidgerwood Manufacturing Ltda.

Situação do Imóvel: **Bem Tombado** - CONDEPACC

O edifício foi restaurado e tombado pelo CONDEPACC em 1990, passando a sediar o Museu da Cidade.

(ref.:site Secretaria de Turismo/PMC)

2

Traçado Urbano da Praça Nove de Julho

Situação do Imóvel: **Tombado** - CONDEPACC

Preservação: Fachadas, volumetria e a cobertura.

3

Entorno do Palácio da Mogiana

Situação do Imóvel: **Tombado** - CONDEPACC

Preservação: Fachadas, cobertura e volumetria.

4

Entorno do Palácio da Mogiana

Situação do Imóvel: **Tombado** - CONDEPACC

5

Entorno do Palácio da Mogiana

Situação do Imóvel: **Tombado** - CONDEPACC

6

Loja Maçônica Independência

Situação do Imóvel: **Tombado** - CONDEPACC

Preservação: Fachada.

7

ACIC (Associação Comercial e Industrial de Campinas)

Situação do Imóvel: **Tombado** - CONDEPACC

Preservação: O prédio original, com suas fachadas e volumetria. Todos os acabamentos existentes, as escadas e os corredores.

8

Solar do Barão de Ataliba Nogueira (Antigo Hotel Vitória)

Situação do Imóvel: **Tombado** - CONDEPACC

Preservação: Fachadas, volumetria e cobertura.

9

Palácio da Justiça

Situação do Imóvel: **Tombado** - CONDEPACC

10

Largo do Rosário

Situação do Imóvel: **Tombado** - CONDEPACC

1

Edifício da Estação da Antiga Cia. Paulista de Estradas de Ferro

Situação do Imóvel: **Estudo de tombamento**

CONDEPACC

1

Edifício da Estação da Antiga Cia. Paulista de Estradas de Ferro

2

3

Situação do Imóvel: **Imóveis lindeiros em estudo de tombamento**

CONDEPACC

Bens Tombados - Campos Sales

O atual projeto da prefeitura "Viva Campos Sales" (ver <https://correio.rac.com.br/campinasermc/obras-de-revitalizac-o-da-campos-sales-s-o-adiadas-1.1269645>) tem como objetivo requalificar a avenida na área central da cidade. O projeto teve início em 2023 e conclusão em 2024. Uma das características civis do centro de Campinas, por exemplo, é a presença dos lojistas e comerciantes que trabalham e também habitam nesta área. São cidadãos e cidadãs que merecem atenção no momento de revitalização da área central da cidade. Enquanto comerciantes, são "atores urbanos" e devem manter um diálogo com as políticas públicas para melhorias urbanas que beneficiem eles próprios e a comunidade. Frente à questão da preservação patrimonial, relacionada à cultura e à memória, o comércio tem a obrigação de conservar os edifícios e suas fachadas em respeito aos valores identitários locais.

O conceito que norteia a proposta "Viva Campos Sales" pauta-se no seguinte princípio: considera habitantes da cidade todas as comunidades de moradores que, em maior ou menor grau, mantêm relação com as avenidas e ruas do centro histórico (ou do centro expandido), visto que frequentam tais áreas enquanto trabalhadores, consumidores ou apenas transeuntes.

Quando se fala de requalificação de uma importante avenida como a Campos Sales, parte-se do pressuposto de que existem muitos aspectos positivos sendo trabalhados para o bem-estar da população, incluindo questões de segurança e higiene, melhores condições de uso dos transportes públicos e também de mobilidade. E tudo isso integra um conjunto de ações focadas em melhorias sociais, econômicas e culturais que estão em sintonia com as exigências de um futuro sustentável e mais humano, auxiliando ainda no combate aos efeitos danosos das mudanças climáticas que relacionam cidade e meio ambiente.

Em resumo, atualmente em Campinas existem trabalhos sendo desenvolvidos a fim de tornar realidade o respeito ao centro da cidade, dando condições, inclusive, para que as próximas administrações deem continuidade a políticas públicas desta natureza.

O projeto que está sendo implantado na Avenida Campos Sales é continuação do trabalho de requalificação urbana da Avenida Francisco Glicério feito em 2015-2016, coordenado por Maria Rita Amoroso em parceria com a prefeitura, e incluiu, entre outras reformas, o enterramento das redes de energia elétrica e telecomunicações e a troca das redes de água e esgoto.

Pelo fato de estarmos buscando ações de melhoria na Campinas que nascemos e aprendemos a amar, luta-se pela zeladoria do patrimônio cultural por meio da implantação de políticas públicas para benefício de toda a comunidade. Acredita-se que a preservação

do patrimônio construído, do patrimônio cultural resiliente e do ambiente nas áreas urbanas como a do centro de Campinas, de maior concentração popular, esteja relacionada diretamente com as comunidades de moradores de toda a cidade e, portanto, beneficiar-se-ão com a reutilização ética e sustentável dos imóveis e da infraestrutura da Avenida Campos Sales adequada às demandas da sociedade atual – a exemplo da Francisco Glicério.

Trabalhou-se para trazer inovações na Av. Campos Sales, envolvendo estratégias de reuso e preservação da área, para maior integração da população com a história cultural e urbanística da cidade, por meio de várias frentes que priorizam o comércio e a economia, a habitação e a mobilidade local, tais como:

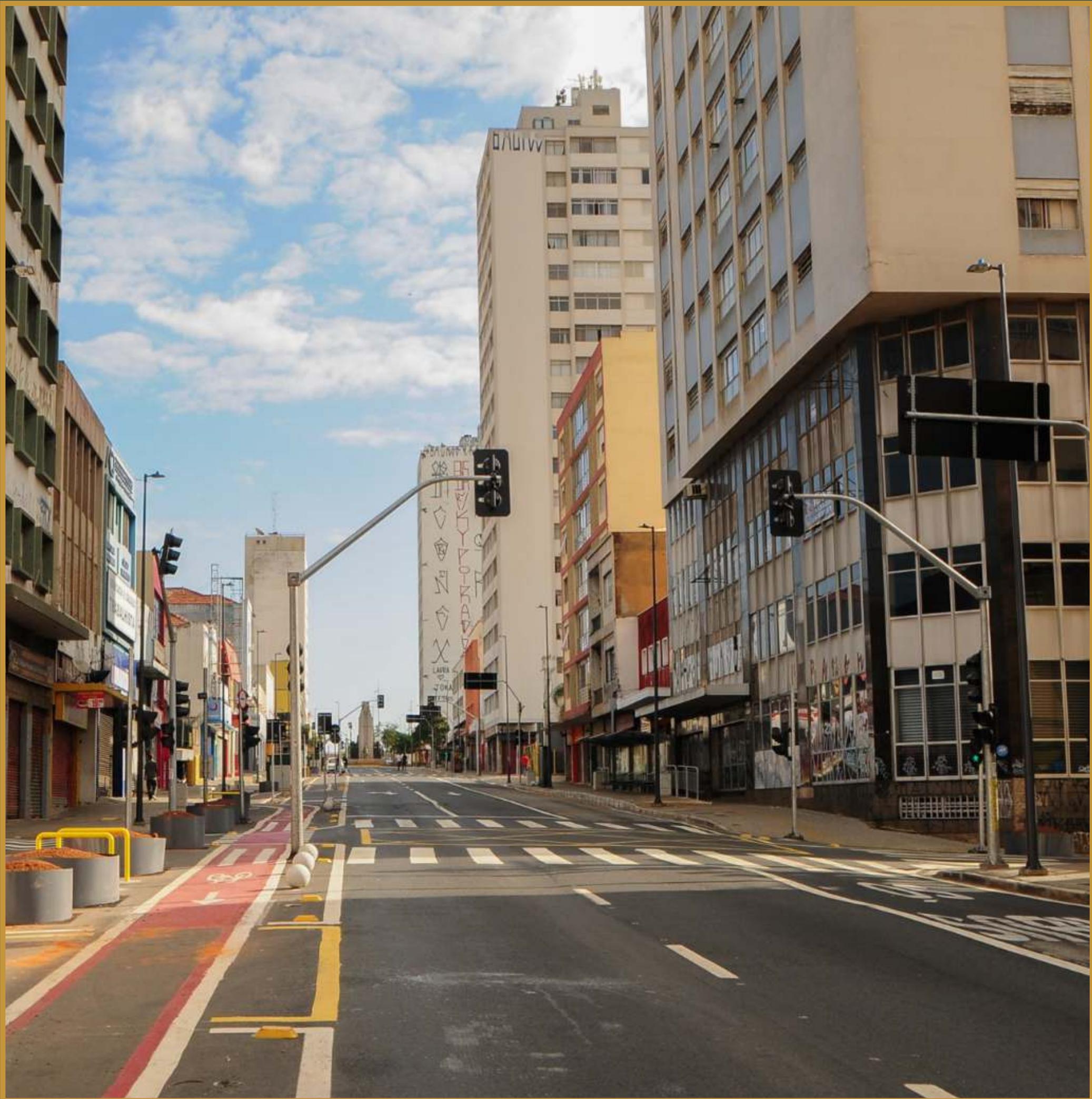
1. *Participação dos lojistas na limpeza e pintura das fachadas, além de uso de propagandas padronizadas (através de uma cartilha de autoria de Maria Rita Amoroso, criada na época das reformas da Glicério);*

2. *Reforma das calçadas, com inclusão de ciclovias;*

3. *Reestruturação das bancas de jornal e alimentos da Av. Campos Sales para melhor uso público, com padronização no tamanho e modernização no quesito higiene e estética. Além disso, desenhou-se uma proposta para que as bancas funcionem como um "equipamento cultural", com textos, fotografias e QR Code trazendo informações históricas de Campinas (casas de comércio, patrimônio histórico, história das importantes vias públicas, grandes personalidades, etc.), aí incluso a história dos permissionários das bancas (origens, atividades, histórico das famílias, etc.), em meio a totens de vidro instalados junto dos postes de ônibus e também nas bancas com mídia digital;*

4. *Reforma dos pontos de ônibus com modernização (disponibilização de Wi-Fi) e qualidade na acessibilidade e na segurança dos transeuntes (incluindo "semáforo para deficientes físicos" nas faixas de pedestre).*

Por meio da captação de energia solar, é possível manter ativos os dispositivos multimídias propostos, dia e noite.





Requalificação Campos Sales

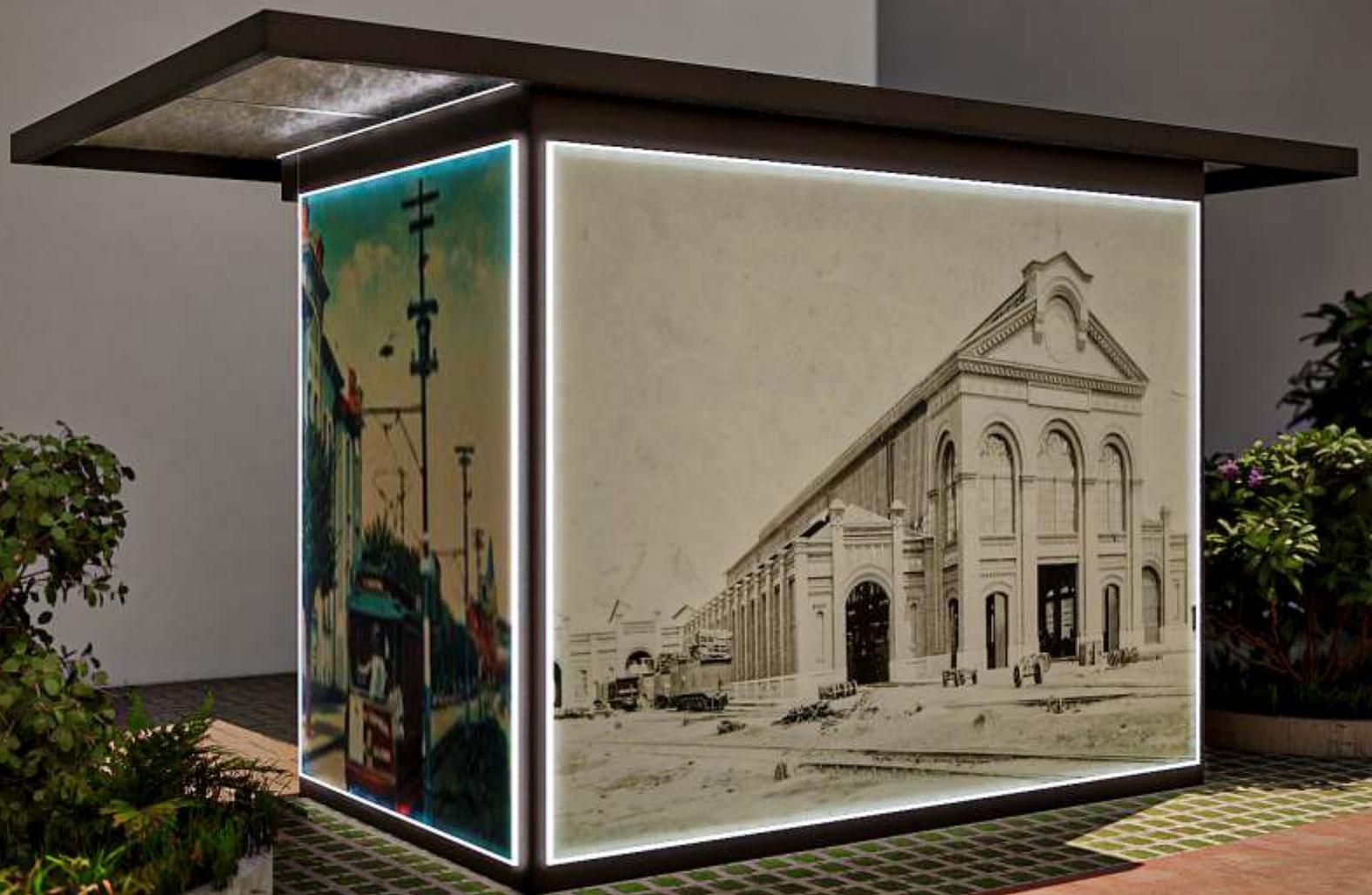
Banca Multimídia, funcionando como "equipamento cultural" com textos, fotografias e QR Code trazendo informações históricas de Campinas. Projeto da prefeitura "Viva Campos Sales" (ver <https://correio.rac.com.br/cam-pinasermc/obras-de-revitalizac-o-da-campos-sales-s-o-adiadas-1.1269645>). Idealização e coordenação: Arquiteta Maria Rita Silveira de Paula Amoroso.





Requalificação Campos Sales

Banca Multimídia, funcionando como "equipamento cultural" com textos, fotografias e QR Code trazendo informações históricas de Campinas. Projeto da prefeitura "Viva Campos Sales" (ver <https://correio.rac.com.br/cam-pinasermc/obras-de-revitalizac-o-da-campos-sales-s-o-adiadas-1.1269645>). Idealização e coordenação: Arquiteta Maria Rita Silveira de Paula Amoroso.



CONCLUSÃO

Todas essas ações visam proporcionar educação patrimonial ao alcance de todos os moradores e cidadãos de Campinas durante o dia e a noite, fundamental para o bem-estar social e para o fomento econômico, potencializando a preservação do patrimônio e da cultura local.

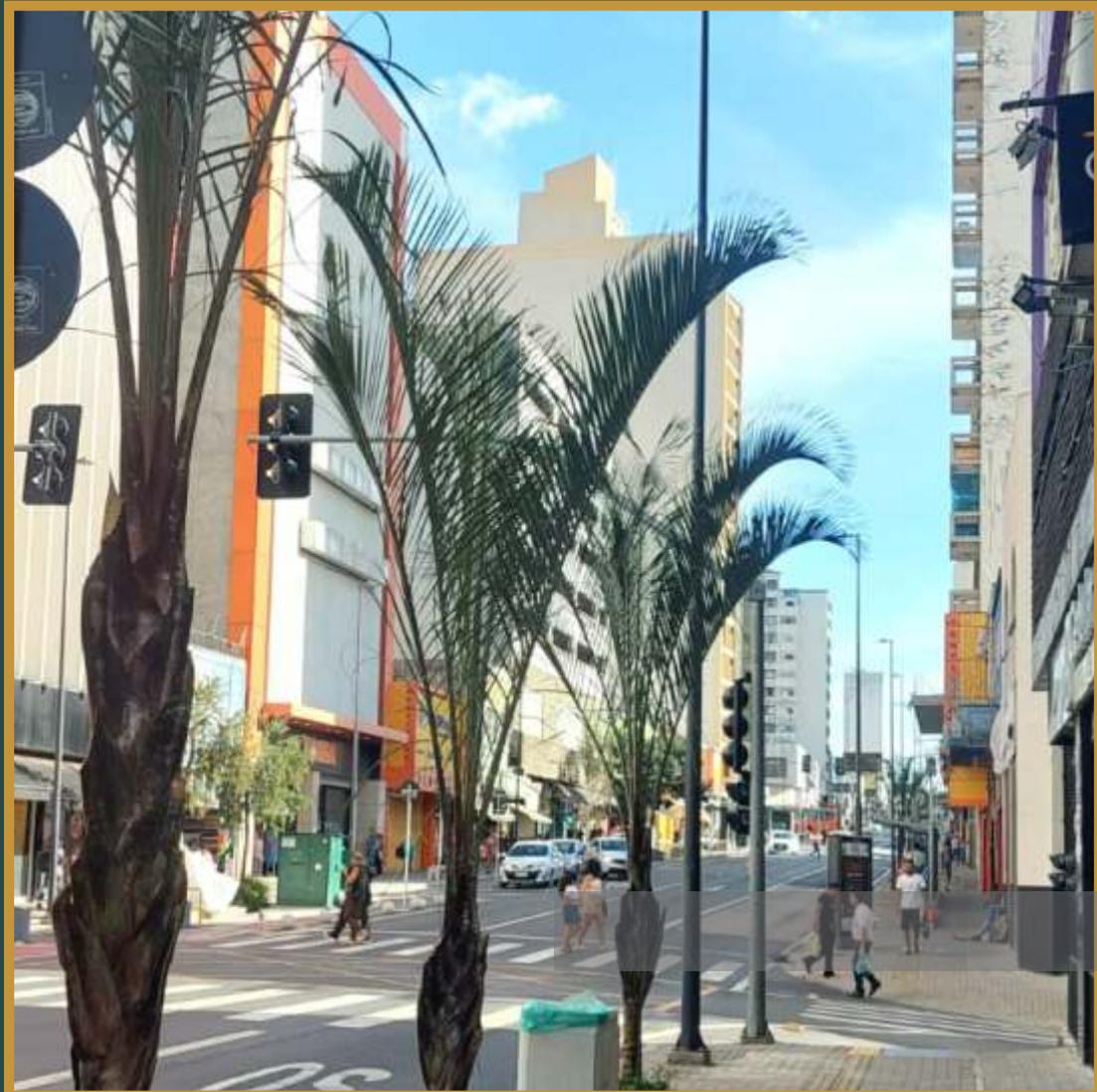
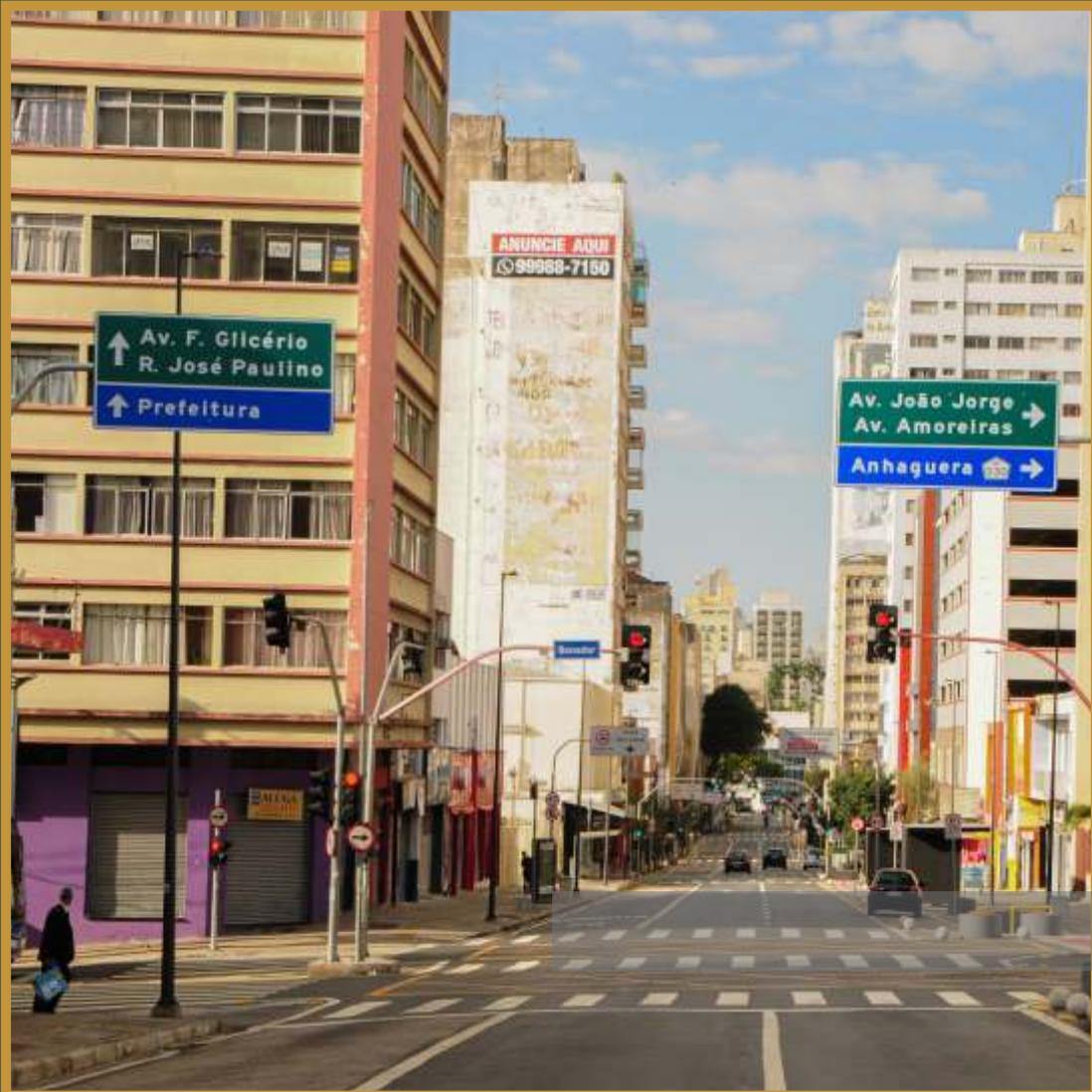
Hoje, Campinas é uma cidade que se depara com desafios idênticos aos de tantas metrópoles brasileiras no contexto pós-pandemia, que trouxe muitas mudanças no cotidiano de seus moradores e novas demandas para a sociedade atual. É preciso trabalhar de forma mais justa e igualitária para a reintegração de toda a comunidade ao dia a dia da cidade, como forma de superar as várias contradições urbanas existentes nas grandes cidades. Fundamental é valorizar e incentivar toda população para participar na luta por melhorias das condições de vida.

A busca pelo resgate de camadas de historicidade mais fundas visa orientar políticas de preservação e planejamento mais consistentes e fomentar a zeladoria compartilhada do Patrimônio Cultural, convocando todos os envolvidos para tanto.

Nesse sentido, o presente livro associa-se às iniciativas de requalificação do centro histórico de Campinas e, para além da intervenção na infraestrutura, deixa três legados para a cidade:

- A redefinição e ampliação do perímetro central de preservação.
- A ressignificação de memórias invisibilizadas na paisagem urbana, por meio da demarcação no chão (em tinta) do espaço outrora ocupado pela Igreja do Rosário (paredes externas), no antigo Largo do Rosário, associado a totem e QR Code para a compreensão da história da irmandade, das comunidades afrodescendentes em Campinas e de seu apagamento ao longo do tempo.

Por fim, por meio de totens espalhados junto aos pontos de ônibus e bancas de comércio, contar a história da avenida Campos Sales em meio à história de Campinas, seus comércios, usos e usuários, aí inclusos os permissionários recentes, valorizando o patrimônio material e imaterial e sensibilizando cidadãos para tornarem-se copartícipes no processo de preservação da cidade que este ano completa 250 anos de existência.



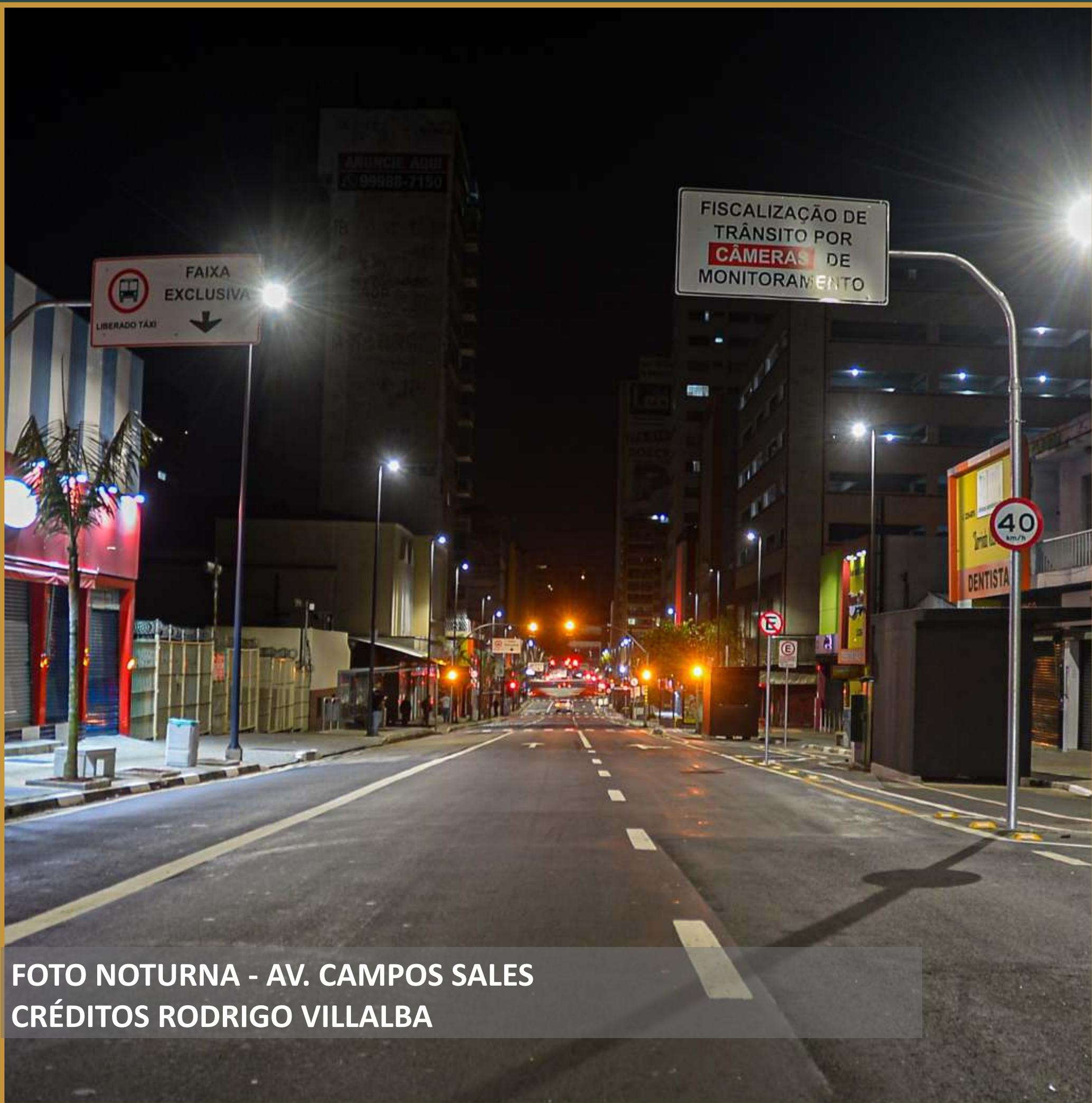


FOTO NOTURNA - AV. CAMPOS SALES
CRÉDITOS RODRIGO VILLALBA



**FOTO NOTURNA - AV. CAMPOS SALES
CRÉDITOS RODRIGO VILLALBA**



Bibliografia

AMOROSO, Maria Rita S. Arquitetura campestre na obra de Ramos de Azevedo: a arquitetura rural campineira – A Fazenda São Vicente. 2009. Dissertação. Mestrado em Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Orientadora: Ivone Salgado. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, Brasil. PUC-Campinas, 2009.

AMOROSO, Maria Rita S. Entre o rural e o urbano: os limites e as potencialidades de preservação da paisagem cultural das regiões norte e leste de Campinas-SP. Tese (Doutorado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade), Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas. Orientadora: Regina Andrade Tirello. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, Brasil. UNICAMP, 2016.

BADARÓ, Ricardo de S. C. Campinas, o despontar da modernidade. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, Coleção Campiniana, 1996.

BARBUY, Heloisa. A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914. São Paulo: Edusp, 2006.

BITTENCOURT, Luiz Claudio. Desenho urbano de Campinas: implantação e evolução. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

BRASIL. Caderno "Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura". Brasília, agosto de 2008, pp. 33 e 44-5. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/pnc>>.

BUENO, Beatriz P. S. São Paulo: um novo olhar sobre a história: a evolução do comércio de varejo e as transformações da vida urbana. São Paulo: Via das Artes, 2012.

BUENO, Beatriz P. S. Escritório Ramos de Azevedo: A cidade e a arquitetura. São Paulo: Centro Cultural do Correios, 2015.

BUENO, Beatriz P. S. Aspectos do mercado imobiliário em perspectiva histórica: São Paulo (1809-1950). 2. ed. São Paulo: Edusp, 2016.

BUENO, Beatriz P. S. A cidade como negócio: mercado imobiliário rentista, projetos e processo de produção do Centro Velho de São Paulo do século XIX à Lei do Inquilinato (1809-1942). Tese (Livre Docência), FAUUSP, 2018.

BUENO, Beatriz P. S. (org.). Dossiê História da Urbanização no Brasil: novas propostas em Arqueologia da Paisagem. ANAIS DO MUSEU PAULISTA São Paulo, Nova Série, vol. 29, pp. 1-87, 2021

CANO, Wilson. O processo de interiorização da indústria paulista. São Paulo: Fundação Seade, v. 1-3, 1988.

_____, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Campinas: IE Unicamp, 1998a

CARVALHO, Edemir de. Crise urbana e habitação popular em Campinas 1870-1956. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

CASTRIOTA, Leonardo. Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume / Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CELIA, Maria Isabel; NETO; Mario Danieli. Aspectos históricos da evolução urbana do município de Campinas (SP) durante os séculos XVIII e XIX. Campinas: Leituras de Economia Política, jun. 2002/jun. 2003.

FERREIRA, Monica C. B. F. Higiene e habitação. O controle da atividade edificativa em Campinas: 1880-1934. 2016. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.

FORNER, Valéria. ACIC: há 100 anos sempre à frente do seu tempo. Campinas: KI Produções, 2020.

FRANCISCO, Rita de Cássia. Inventário como ferramenta de preservação: a experiência da cidade de Campinas/SP. 6a. ed. Revista PCP, jan. 2008. p.119-141.

FRANCISCO, Rita de Cássia. Construtores anônimos em Campinas(1892-1933): fortuna crítica de suas obras na historiografia e nas políticas de preservação da cidade. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GAUTHIEZ, B. Lyon, das fontes escritas ao SIG histórico – método e exemplos de aplicação. RIEB, n. 64, 2016.

GONÇALVES, Maria Flora. As engrenagens da locomotiva: ensaio sobre a formação urbana paulista. Tese (Doutoramento). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. IPHAN, c2014. Paisagem Cultural. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/899/>>. Acesso em 22 de fev. de 2024.

LAPA, José Roberto do A. A cidade, os cantos e antros: Campinas, 1850-1900. São Paulo: EDUSP, 1996.

LEMOS, Carlos. Ramos de Azevedo e seu escritório. São Paulo: Pini, 1993, p. 4-5.

LEMOS, Carlos A. C. A República ensina a morar (melhor). São Paulo: Hucitec, 1999.

LIRA, José; LOPES, João Marcos. Memória, Trabalho e Arquitetura. São Paulo: Centro de Preservação Cultural USP, 2010.

LORETTE, Antonio Carlos Rodrigues. Cemitérios em Campinas: a transformação do espaço para sepultamentos (1753-1881). Dissertação (Mestrado em Urbanismo), Centro de Ciências Exatas Ambientais e das Tecnologias - PUCAMP, 2003, pp. 108-114.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, [1960] 1999.

MATOS, Odilon N. de. Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. São Paulo: Arquivo do Estado, 1974.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. "A paisagem como fato cultural". In: YÁZIGI, Eduardo (org.). Turismo e paisagem. São Paulo: Contexto, 2002, p. 29-64.

MONBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros em São Paulo. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MONTEIRO, Ana Maria R. de G. Ramos de Azevedo: presença e atuação profissional (Campinas - 1879- 1886), Campinas, Dissertação, FAU/PUC Campinas, 2000.

_____, Ana Maria R. de G. Ramos de Azevedo, presença e a modernidade urbana da Campinas dos barões do café. Salvador, XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2005.

ROSADA, Mateus. Sob o signo da cruz: Igreja, Estado e secularização (Campinas e Limeira 1774-1939). Dissertação (Mestrado em Teoria e

História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

ROSSETTO, Pedro Francisco. ANAIS DO MUSEU PAULISTA. São Paulo, v. 14. n.2. jul.- dez. 2006.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 3a.ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. Por uma geografia nova: da crítica da geografia à uma geografia crítica. 6a.ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SCHLERETH, Thomas. Cultural history and material culture: everyday life, landscapes, museums. Ann Arbor: UMI Research, 1990.

SEMEGHINI, Ulysses. Campinas (1860 a 1980): agricultura, industrialização e urbanização. 1980. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1980.

_____, U. C. Do café à indústria: uma cidade e seu tempo. Campinas, Editora da UNICAMP, 1991.

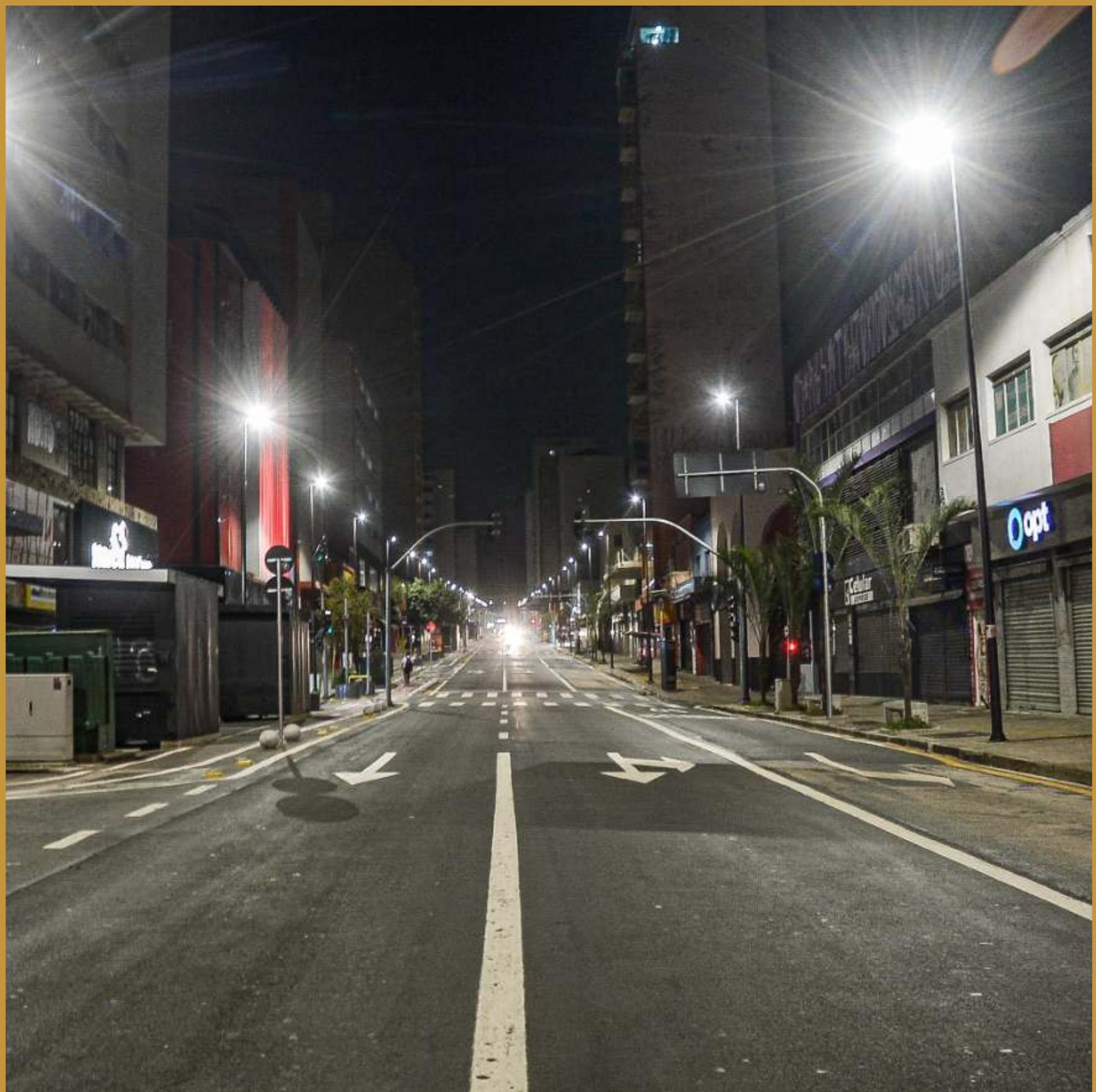
SILVA, Kleber P. A cidade, uma região, o sistema de saúde: para uma história da saúde e da urbanização em Campinas: Centro de Memória Unicamp. Campinas, 1996.

ZALUAR, Emílio A. Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861). São Paulo: Edições Cultura, 1943.

Sites

Plano Diretor de Campinas, Projeto Requalificação do Centro de Campinas, 2016 - 2017, p. 16. In: https://planodiretor.campinas.sp.gov.br/timeline/timeline/37_apresentacao_propostas_secretarios//propostas_setembro_2016.pdf





ARQUEOLOGIA DE UMA PAISAGEM

